

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 080/081 CURITIBA, SEGUNDA/TERÇA-FEIRA, EM 11/12 DE JUNHO DE 2001 ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH
1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO
2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI
1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI
2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME
3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES
4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA
5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Algaci Tulio
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Sérgio Spada
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Edno Guimarães
PST Divanir Braz Palma
PL Serafina Carrilho
PSB Moysés Leônidas

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE JUNHO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Nelson Garcia, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Sérgio Spada. (19). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Edno Guimarães, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Neivo Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Renato Gaúcho, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago de Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (35)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede a leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há quórum para prosseguimento da sessão. Só há dez parlamentares presentes na Casa.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Só registrar a presença dos deputados aqui, de Situação: Plauto, Tureck, Nelson Garcia, Moysés Leôni-

das, Elio Rusch, Edson Strapasson, Duílio Genari, Seleme, Valdir Rossoni e Hermas Brandão; bem como Antonio Anibelli, Ricardo Chab e Geraldo Cartário.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, queria justificar a ausência dos deputados da Base de Oposição, pela movimentação e a entrega hoje, aqui, em frente à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, da Ação Popular Contra a Venda da Copel.

Gostaríamos de convidar para fazer parte do palanque, todos os deputados desta Casa, independente da facção partidária.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 037/2000.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 390 e 635/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 179, 425/2000 e 097/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 144, 207/99; 004, 106, 181, 183/2000; 022 e 167/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 265, 383/99; 065, 162, 204, 239, 281, 402, 428/2000; 010, 045 e 070/2001; e do Projeto de Lei Complementar nº 025/2000.

Levanta-se a sessão.

Atos da Presidência:

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo título III, seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno,

D E C L A R A :

ATO DO PRESIDENTE Nº 02/2001

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos deputados

Tony Garcia, Duílio Genari, Ademar Traiano, Edno Guimarães, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Serafina Carrilho, Luiz Accorsi, Nelson Garcia, Valdir Rossoni, Basílio Zanusso, Cesar Seleme, Miltinho Pupio, Divanir Braz Palma, Luiz Carlos Martins, Durval Amaral, Hidekazu Takayama, Elio Lino Rusch, Algaci Tulio, Ricardo Maia, Geraldo Cartário e Cezar Silvestri, na sessão do dia 06 de dezembro de 2000, com fundamento no § 3º do artigo 62 da Constituição do Estado do Paraná, para que no prazo de 120 (cento e vinte dias) apure as freqüentes e sucessivas ocorrências de acidentes na malha ferroviária estadual, notadamente após a concessão do serviço público pela União à América Latina Logística. Publique-se no Diário da Assembléia Legislativa do Estado, para que produza os efeitos legais.

ATO DO PRESIDENTE Nº 03/2001

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos deputados Tony Garcia, Duílio Genari, Ademar Traiano, Edno Guimarães, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Serafina Carrilho, Luiz Accorsi, Nelson Garcia, Valdir Rossoni, Basílio Zanusso, Cesar Seleme, Miltinho Pupio, Divanir Braz Palma, Luiz Carlos Martins, Durval Amaral, Hidekazu Takayama, Elio Lino Rusch, Algaci Tulio, Ricardo Maia, Geraldo Cartário e Cezar Silvestri, na sessão do dia 06 de dezembro de 2000, com fundamento no § 3º do artigo 62 da Constituição do Estado do Paraná, para que no prazo de 120 (cento e vinte dias) apure responsabilidade pela ação e omissão que culminou com derramamento de óleo no Rio Iguaçu, poluindo-o gravemente. Publique-se no Diário da Assembléia Legislativa do Estado, para que produza os efeitos legais.

ATO DO PRESIDENTE Nº 04/2001

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela mesa, de autoria dos deputados Tony Garcia, Duílio Genari, Ademar Traiano, Edno Guimarães, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Serafina Carrilho, Luiz Accorsi, Nelson Garcia, Valdir Rossoni, Basílio Zanusso, Cesar Seleme, Miltinho Pupio, Divanir Braz Palma, Luiz Carlos Martins, Durval Amaral, Hidekazu Takayama, Elio Lino Rusch, Algaci Tulio, Ricardo Maia, Geraldo Cartário e Cezar Silvestri, na sessão do dia 06 de dezembro de 2000, com fundamento no § 3º do artigo 62 da Constituição do Estado do Paraná, para que no prazo de 120 (cento e vinte dias) investigue e apure indícios de desvio de dinheiro público proveniente do Pronaf e a cobrança de "Comissão" para liberação de recursos públicos aos trabalhadores rurais sem terra, por parte de integrantes do MST no Estado do Paraná. Publique-se no Diário da Assembléia Legislativa do Estado, para que produza os efeitos legais.

ATO DO PRESIDENTE Nº 05/2001

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos deputados Tony Garcia, Duílio Genari, Ademar Traiano, Edno Guimarães, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Serafina Carrilho, Luiz Accorsi, Nelson Garcia, Valdir Rossoni, Basílio Zanusso, Cesar Seleme, Miltinho Pupio, Divanir Braz Palma, Luiz Carlos Martins, Durval Amaral, Hidekazu Takayama, Elio Lino Rusch, Algaci Tulio, Ricardo Maia, Geraldo Cartário e Cezar Silvestri, na sessão do dia 06 de dezembro de 2000, com fundamento no § 3º do artigo 62 da Constituição do Estado do Paraná, para que no prazo de 120 (cento e vinte dias) investigue e apure responsabilidades quanto ao projeto e a construção do prédio do Fórum de Curitiba do Estado do Paraná, interrompido ante a evidência de falhas técnicas, bem como para acompanhar definição de alternativas para solução do impasse criado em razão da obra inacabada. Publique-se no Diário da Assembléia Legislativa do Estado, para que produza os efeitos legais.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 056ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2001

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab,

Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 017/2001

Curitiba, 08 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o parcelamento do pagamento de multas estabelecidas pelas leis de defesa sanitária vegetal e animal, de preservação do solo agrícola, de inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal, de inspeção e fiscalização da produção, distribuição, do comércio e uso de sementes, mudas, agrotóxicos, fertilizantes e seus congêneres, referentes às atividades da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

O alto significado de que se reveste a medida ora proposta, assim como o devido detalhamento quanto à sua conveniência e oportunidade estão contidos na adiante transcrita exposição de motivos, cujos termos ratifico, a mim apresentada pelo Secretário de Estado da Agricultura, através do protocolado sob nº 4.645.685-8:

É indispensável dissertarmos sobre o que a produção primária, seja vegetal ou animal, representa ao contexto social, pois tal deve ser de amplo e pleno conhecimento de todos.

Todavia, devemos frisar, a produção agrícola não se restringe ao mero plantio e colheita. O seu sucesso depende de preparo e de cuidados específicos, tais como: solo adequado e preservado, insumos (corretivos, fertilizantes, sementes, mudas...) de qualidade, prevenção e controle de pragas e doenças, etc.

Em conseqüência, é indispensável normas que imponham e preservem a qualidade, não apenas do solo, mas também dos insumos indispensáveis e, mais ainda,

regras de proteção à sanidade, tanto dos vegetais quanto dos animais, que são a base da alimentação humana, via de conseqüência, da saúde e vida humana, como também do próprio meio ambiente.

Em razão do acima exposto é que essa augusta Casa de Leis editou e o Poder Executivo sancionou as Leis mencionadas no art. 1º do presente Projeto, que tratam do uso do solo agrícola, dos fertilizantes e corretivos, da inspeção de produtos, das sementes e mudas e da defesa sanitária animal e vegetal.

Ora, como essas leis impõem práticas, ações, medidas ou abstenções, tanto aos proprietários, possuidores, agropecuaristas, como aos fabricantes, comerciantes, distribuidores de insumos, transformadores dos produtos (abatedouros, moinhos, etc.) e como essas ações impõem custos e trabalhos adicionais, essas normas têm que impor a obrigatoriedade do cumprimento e, como as experiências têm comprovado em todos os tempos, nenhum processo educativo ou normativo que gere maiores esforços ou custos funciona sem um processo coercitivo paralelo.

Pela razão acima exposta é que as leis mencionadas no presente projeto, estabelecem as normas e impõem penalidades, principalmente multas aos que não cumprem as suas regras. A observância do cumprimento das leis e a aplicação de sanções previstas nelas, está a cargo da SEAB.

Por outro lado, se afirmarmos, insistimos e reiteramos que as multas aludidas são indispensáveis para que as normas legais sejam cumpridas, também queremos alertar e frisar que as penalidades pecuniárias devem ser aplicadas aos desobedientes, para que os mesmos se compenentrem de suas obrigações indispensáveis, mas também deve-se evitar que essas penalidades, em alguns casos, impeçam o infrator de prosseguir em suas atividades que, como já dissemos no princípio, são de interesse de todo o contexto social, isto é, evitar que o lavrador, o pecuarista, o fabricante de alimentos, etc, cessem as suas atividades.

Lembra-se que muitos dos autuados e multados são pequenos produtores rurais, sem fonte regular de receita que, embora desejosos de serem adimplentes, não o fazem em face dos valores envolvidos, casos em que o simples parcelamento permitiria a regularização. Da mesma forma, vê-se o Poder Executivo obrigado a ajuizar a cobrança de multas de inúmeros procedimentos fiscais, mesmo de pequena monta, com todos os prejuízos e custos adicionais, para o Estado e para o cidadão, porque não há mecanismo que, de alguma forma, facilite o pagamento ainda na instância administrativa".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, mediante requerimento fundamentado e nos termos da presente Lei e de seu decreto regulamentador, poderá parcelar o pagamento das multas cominadas na aplicação da Lei Estadual nº 7827, de 29 de dezembro de 1983; da Lei Estadual nº 8014, de 14 de dezembro de 1984; da Lei Federal nº 7802, de 11 de julho de 1989; da Lei Estadual nº 9056, de 02 de agosto de 1989; da Lei Estadual nº 9818, de 26 de novembro de 1991; da Lei Estadual nº 10.799, de 24 de maio de 1994; da Lei Estadual nº 11.200, de 13 de novembro de 1995 e da Lei Estadual nº 11.504, de 06 de agosto de 1996.

Parágrafo Único - No caso de débitos inscritos em Dívida Ativa ou em execução judicial, a autorização do parcelamento compete à autoridade do órgão exequente.

Art. 2º - O parcelamento poderá ser concedido em até 10 (dez) parcelas.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias de sua publicação, estabelecendo os critérios e condições concessivas e o procedimento administrativo para o parcelamento das multas impostas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 018/2001

Curitiba, 08 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar para Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o atual Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, criado pela Lei nº 9579, de 22 de março de 1991.

O plano de lei em referência é oportuno e conveniente, tendo em vista que a proposta nova denominação do Colegiado, deve-se à necessidade de amoldá-la às disposições da Lei Federal nº 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), onde tal nomenclatura é consagrada.

Por outro lado a pretendida nova redação ao art. 8º, acrescentando-lhe o parágrafo único, ensejará condições no sentido de que a Presidência e Vice-Presidência do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente sejam escolhidos por dois terços dos membros do colegiado e que, a cada novo mandato, o preenchimento ocorra mediante forma alternada entre representantes de órgãos governamentais e não governamentais.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova-

ção, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, criado pela Lei nº 9579, de 22 de março de 1991, passa a denominar-se Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º - O art. 8º, da Lei nº 9579, de 22 de março de 1991, alterado pela Lei nº 10.014, de 29 de junho de 1992 passa, acrescido de parágrafo, a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º - O Presidente e o Vice-Presidente serão nomeados pelo Governador do Estado, após eleitos pelo Conselho, dentre os membros titulares, em sessão plenária específica, por maioria de dois terços, para mandato de um ano.

Parágrafo Único - Em cada mandato, a Presidência e a Vice-Presidência serão preenchidas de forma alternada entre representantes dos órgãos governamentais e organizações não governamentais”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 552/2001, do Senhor Mário Roberto Bertoni, Diretor de Participações da Copel, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Marcos Isfer, que pede esclarecimentos sobre “participação societária da companhia em outros negócios, bem como Atas de reunião de Diretoria”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 055/2001, do Senhor José Menezes Neto, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Paraná, no valor de R\$297.025,00, sendo R\$253.185,00 para pagamento da Bolsa Criança Cidadã e R\$43.840,00, destinado à manutenção da Jornada Ampliada/Erradicação do Trabalho Infantil, no mês de março/2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 054/2001, do Senhor José Menezes Neto, Diretor do DGFNAS, comunicando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social / PR. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO

FÓRUM POPULAR CONTRA A
VENDA DA COPEL

Rua Dr. Zamenhof, 35 - Alto da Glória
Curitiba - Paraná
Telefone: (41)350-6924 - Fax: (41)350-6935

Curitiba, 11 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

De acordo com os dispositivos constitucionais, tanto federal quanto estadual, o Fórum Popular Contra a Venda da Copel encaminha a Vossa Excelência 120.984 assinaturas qualificadas - com título de eleitor - distribuídas em 241 municípios do Paraná, para validar o Projeto de Lei de Iniciativa Popular.

Também seguem, anexas, outras 80 mil assinaturas coletadas em abaixo-assinado contendo o nº do Registro Geral (RG) perfazendo ao todo mais de 200 mil assinaturas de apoio ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular.

Portanto, senhor presidente, solicitamos que o referido Projeto com origem nos anseios e clamores populares seja protocolado e tenha a tramitação assegurada.

Saudações democráticas, cívicas e paranistas.

(a) FÓRUM POPULAR CONTRA A
VENDA DA COPEL

Ao
Excelentíssimo Presidente da
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Deputado Hermas Brandão
Em mãos.

FÓRUM POPULAR CONTRA A
VENDA DA COPEL
Rua Dr. Zamenhof, 35 - Alto da Glória
Curitiba - Paraná
Telefone: (41)350-6924 - Fax: (41)350-6935

PROJETO DE LEI DE
INICIATIVA POPULAR

Súmula:

Revoga a Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que trata da alienação de ações da Copel, e adota outras providências.

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a implementar a reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia - Copel, alienar, dar em caução ou oferecer em garantia ações do Estado no capital daquela Companhia, bem como contratar operações de crédito,

financiamentos ou outras operações por si ou pela Paraná Investimento S/A e adota outras providências.

Art. 2º - O Estado do Paraná deterá sempre, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias da Companhia Paranaense de Energia - Copel, e das demais empresas a ela vinculadas.

Parágrafo Único - A reserva de que trata este Artigo não poderá ser dada em caução ou garantia de qualquer espécie.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Curitiba, 11 de junho de 2001.

(a) Assinatura ilegível

JUSTIFICATIVA:

O Fórum Popular Contra a Venda da Copel - movimento cívico, paranista, patriótico, pluralista, suprapartidário, multidisciplinar e democrático - conclamou a sociedade paranaense a lutar contra a entrega da maior e mais rentável empresa pública do Estado e foi amplamente atendido.

Entidades da sociedade civil, ligadas ao setor produtivo, também se manifestaram na defesa do patrimônio público. Entre elas, o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná. O Conselho Estadual de Economia e Contabilidade, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, a Federação do Comércio do Estado do Paraná, a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, as Igrejas Católicas e Evangélicas, Centrais Sindicais de caráter nacional, além de diversos outros segmentos sociais organizados.

É inadmissível que o Governo do Estado, sem ter preocupação do povo paranaense, venda a melhor empresa do setor elétrico brasileiro, sem nos esquecermos de sua característica de empreendedora, podendo gerar outras subsidiárias de interesse do Estado do Paraná.

Mesmo assim, o governador Jaime Lerner assinou decreto no dia 4 de maio de 1999, criando o Conselho de Desestatização, encarregado de preparar a privatização da companhia, que no ano interior registrou um lucro de R\$430 milhões. Entre as atribuições deste órgão constam a elaboração do cronograma de desestatização da Copel e a fixação do preço de venda de suas ações.

Em 27 de dezembro do ano passado, a Copel criou mais cinco subsidiárias, cada uma respondendo por um setor estratégico da empresa: geração, transmissão, distribuição, telecomunicações e sistemas de informações, todas subordinadas à holding Copel, que assim, poderia ser mais facilmente vendida, o que hoje é a grande obsessão do governo: vender a qualquer preço a empresa para equilibrar o seu caixa, que vem sofrendo as consequências de uma administração perdulária e imprevidente.

Na campanha eleitoral de 1994, Jaime Lerner prometeu que não privatizaria o Banestado nem a Copel e todos sabem que as suas promessas não têm nenhum valor. A Copel é um patrimônio público que pertence ao povo paranaense e este não permitirá a sua entrega a um grupo privado nacional ou estrangeiro.

A Copel representa aproximadamente 10% de toda demanda de pico no Brasil, com 4.525 MW de capacidade de geração máxima. E 95% de sua energia é hidráulica, permanente, renovável e verde-amarela.

Vender um ativo público desta magnitude, inteiramente pago pela nossa gente, sem acrescentar um único quilowatt e sem gerar um emprego (ao contrário, gerando postos de trabalho sabe-se lá onde) seria uma verdadeira insanidade.

Nada justifica a dilapidação do patrimônio público do Paraná. E contra isso as forças vivas da sociedade estão reagindo e se mobilizando, sob a bandeira do Fórum Popular Contra a Venda da Copel.

Em decorrência, o Fórum Popular elaborou o presente Projeto de Lei de iniciativa Popular, hoje subscrito por mais de 100 mil eleitores paranaenses, que querem ver revogada a Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que autorizou a venda de ações da Copel, em regime de urgência e sem consulta ao povo do Paraná.

O Fórum Popular rejeita as afirmações capciosas do Executivo de que a Copel perderá competitividade a partir de 2004, quando se concluir o seu projeto de lesa pátria, vendendo o setor elétrico brasileiro como sucata a poderosos grupos financeiros internacionais.

Mesmo isso já reverteu, com o próprio Governo Federal revendo sua estratégia e interrompendo o processo de privatização do setor elétrico, constatando que ele não representará a modernização do sistema, a ampliação dos serviços e o melhor atendimento aos usuários. Não há garantia nenhuma de que as empresas privatizadas terão fôlego, reservas de capital, créditos internacionais e disposição para investir na geração de energia.

A privatização da Copel seria um retorno à década de 1950, quando a Companhia Força e Luz (subsidiária da Bond and Share) não atendia ao clamor público, alegando os seus diretores que não tinham autonomia para expandir os serviços. E a empresa de capitais americanos e canadenses, que tinha interesse em dezenas de países, incluindo os sistemas elétricos do Rio de Janeiro e de São Paulo, jamais se preocupou com a angústia dos paranaenses.

O Fórum Popular continuará a mobilizar a sociedade paranaense em defesa da melhor, mais rentável e mais eficiente empresa pública do Estado, que hoje está presente em obras de engenharia e construção de barragens no Brasil, China, Argentina, Colômbia, Malásia, Paraguai e Chile.

O Paraná dispõe de um grande potencial hídrico, bem superior à capacidade de Itaipu, e mantém em suas barragens um volume extraordinário de água, o petróleo do século XXI.

E tem amplo domínio sobre a tecnologia de construções, manutenção e operação de sistemas, sendo grande formadora de mão-de-obra especializada e de engenheiros e técnicos de primeiro nível, que tem repassado ao longo de sua existência ao parque industrial paranaense.

Com a venda da Copel, o governo do Estado pretende também entregar os rios, que são bens públicos intangíveis e nenhum governo tem o direito de aliená-los, a qualquer título. Os rios pertencem à história, desde o antigo Egito quando Rio Nilo foi berço da civilização, até os nossos Rios Iguaçu, Paraná, Ivaí, Piquiri e outros.

Incentivos fiscais e serviços de terraplenagem para atrair investimentos são de água e energia elétrica em abundância, os fatores mais valorizados quando se cogita de novas plantas industriais. E governo nenhum tem o direito de abrir mão destas vantagens, sob pena de cometer um crime contra a posterioridade.

Por isso, o Fórum Popular recebeu o apoio na conclamação que fez aos paranaenses a se unirem a uma só voz, em defesa da Copel, por tudo que ela já fez e poderá fazer pelo desenvolvimento do nosso Estado.

FORUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL PROJETO DE INICIATIVA POPULAR	
Município	Nº de Eleitores (TRE)
Abatiá	7.386
Adrianópolis	3.923
Agudos do Sul	4.612
Almirante Tamandaré	49.526
Altamira do Paraná	5.005
Alto Paraná	7.217
Alto Piquiri	6.736
Altônia	12.496
Alvorada do Sul	7.152
Amaporã	3.725
Ampére	11.657
Anahy	2.041
Andirá	16.439
Ângulo	2.286
Antonia	13.997
Antonio Olinto	6.016

Apucarana	74.812
Arapongas	61.522
Arapoti	16.770
Arapuã	4.046
Araruna	9.888
Araucária	60.622
Ariranha do Ivaí	2.875
Assaí	11.298
Assis Chateaubriand	20.953
Astorga	18.475
Atalaia	2.523
Balsa Nova	6.378
Bandeirantes	20.682
Barbosa Ferraz	8.438
Barra do Jacaré	2.450
Barracão	6.968
Bela Vista da Caroba	3.833
Bela Vista do Paraíso	11.316
Bituruna	10.249
Boa Esperança	5.013
Boa Esperança do Iguaçu	2.087
Boa Ventura de São Roque	4.950
Boa Vista da Aparecida	7.747
Bocaiúva do Sul	6.521
Bom Jesus do Sul	3.811
Bom Sucesso	4.018
Bom Sucesso do Sul	2.224
Borrazópolis	6.143
Braganey	3.839
Brasilândia do Sul	2.819
Cafeara	1.724
Cafelândia	7.617
Cafezal do Sul	3.174
Califórnia	5.860
Cambará	17.349

Cambé	59.098
Cambira	4.474
Campina da Lagoa	9.895
Campina do Simão	3.405
Campina Grande do Sul	21.622
Campo Bonito	3.741
Campo do Tenente	4.760
Campo Largo	60.878
Campo Magro	11.786
Campo Mourão	56.088
Cândido de Abreu	13.713
Candói	9.357
Cantagalo	9.248
Capanena	13.996
Capitão Leônidas Marques	10.773
Carambeí	9.871
Carlópolis	7.948
Cascavel	159.321
Castro	40.446
Catanduvas	7.970
Centenário do Sul	9.424
Cerro Azul	11.782
Céu Azul	6.823
Chopinzinho	14.714
Cianorte	41.533
Cidade Gaúcha	6.260
Civelândia	13.170
Colombo	94.326
Colorado	16.671
Congonhinhas	4.593
Conselheiro Mayrinck	2.602
Contenda	9.020
Corbélia	12.646
Cornélio Procopio	34.797
Coronel Domingos Soares	4.400

Coronel Vivida	17.424
Corumbataí do Sul	3.420
Cruz Machado	11.314
Cruzeiro do Iguaçu	3.476
Cruzeiro do Oeste	12.655
Cruzeiro do Sul	3.674
Cruzmalina	3.605
Curitiba	1.110.189
Curiúva	9.029
Diamante do Norte	4.244
Diamante do Oeste	2.913
Diamante do Sul	2.398
Dois Vizinhos	22.314
Douradina	3.939
Doutor Camargo	4.524
Doutor Ulysses	3.934
Enéas Marques	4.112
Engenheiro Beltrão	11.475
Entre Rios do Oeste	2.467
Esperança Nova	1.601
Espigão Alto do Iguaçu	4.742
Farol	3.037
Faxinal	11.975
Fazenda Rio Grande	30.074
Fênix	3.044
Fernandes Pinheiro	4.425
Figueira	5.239
Flor da Serra do Sul	3.558
Floraí	3.970
Floresta	3.597
Florestópolis	9.782
Flórida	1.724
Formosa do Oeste	5.865
Foz do Iguaçu	168.085
Foz do Jordão	3.168

Francisco Alves	5.102
Francisco Beltrão	49.056
General Carneiro	9.721
Godoy Moreira	2.597
Goioerê	17.532
Goioxim	4.688
Grandes Rios	4.520
Guaíra	24.301
Guairacá	4.866
Guamiranga	5.252
Guapirama	2.932
Guaporema	1.497
Guaraci	3.112
Guaraniaçu	13.866
Guarapuava	98.920
Guaraqueçaba	5.918
Guaratuba	18.466
Honório Serpa	4.723
Ibaiti	15.996
Ibema	5.013
Ibiporã	30.432
Icaraíma	7.671
Iguaraçu	2.431
Iguatu	1.642
Imbau	5.757
Imbituva	14.735
Inácio Martins	7.414
Inajá	2.001
Indianópolis	2.718
Ipiranga	8.686
Iporã	10.850
Iracema do Oeste	2.367
Irati	35.852
Iretama	6.967
Itaguagé	3.031

Itaipulândia	4.210
Itambaracá	4.366
Itambé	3.784
Itapejara do Oeste	5.838
Itaperuçu	13.658
Itaúna do Sul	2.720
Ivaí	8.385
Ivaiporã	26.827
Ivaté	5.370
Ivatuba	1.872
Jaboti	3.014
Jacarezinho	30.039
Jaguapitã	8.387
Jaguariaíva	19.850
Jandaia do Sul	15.419
Janiópolis	5.489
Japira	3.187
Japurá	5.534
Jardim Alegre	7.382
Jardim Olinda	978
Jataizinho	8.374
Jesuítas	6.640
Joaquim Távora	7.617
Jundiaí do Sul	2.397
Juranda	6.407
Jussara	4.226
Kaloré	3.406
Lapa	29.976
Laranjal	4.593
Laranjeiras do Sul	21.012
Leópolis	3.656
Lidianópolis	3.058
Lindoeste	3.768
Loanda	14.200
Lobato	2.694

Londrina	299.309
Luisiânia	4.724
Lunardelli	3.567
Lupionópolis	2.913
Mallet	9.099
Mamborê	9.665
Mandaguaçu	12.685
Mandaguari	23.665
Mandirituba	11.924
Manfrinópolis	2.882
Mangueirinha	12.608
Manoel Ribas	9.515
Marechal Cândido Rondon	30.372
Maria Helena	3.846
Marialva	20.743
Marilândia do Sul	5.819
Marilena	5.223
Mariluz	6.469
Maringá	203.750
Mariópolis	5.092
Maripá	4.844
Marmeleiro	10.036
Marquinho	4.258
Marumbi	3.064
Matelândia	10.732
Matinhos	16.841
Mato Rico	3.572
Mauá da Serra	4.098
Medianeira	27.050
Mercedes	3.301
Mirador	1.513
Miraselva	1.533
Missal	6.664
Moreira Salles	7.771
Morretes	11.687

Munhoz de Mello	2.173
Nossa Senhora das Graças	2.712
Nova Aliança do Ivaí	1.025
Nova América da Colina	2.189
Nova Aurora	11.054
Nova Cantu	7.494
Nova Esperança	19.810
Nova Esperança do Sudoeste	3.490
Nova Fátima	5.036
Nova Laranjeiras	7.765
Nova Londrina	10.221
Nova Olímpia	3.666
Nova Prata do Iguaçu	7.007
Nova Santa Barbara	2.532
Nova Santa Rosa	4.882
Nova Tebas	8.828
Novo Itacolomi	2.016
Ortigueira	20.022
Ourizona	2.879
Ouro Verde do Oeste	3.715
Paiçandu	20.446
Palmas	21.148
Palmeira	21.171
Palmital	12.216
Palotina	18.909
Paraíso do Norte	7.322
Paranacity	6.972
Paranaguá	79.205
Paranapoema	1.569
Paranavaí	55.339
Pato Bragado	2.898
Pato Branco	42.514
Paula Freitas	4.034
Paulo Frontin	4.881
Peabirú	10.550

Perobal	4.089
Pérola	7.924
Pérola D'Oeste	4.407
Piên	6.736
Pinhais	68.598
Pinhal de São Bento	1.579
Pinhalão	4.105
Pinhão	18.399
Piraí do Sul	16.182
Piraquara	36.718
Pitanga	25.463
Pitangueiras	1.922
Planaltina do Paraná	2.371
Planalto	8.529
Ponta Grossa	182.439
Pontal do Paraná	9.044
Porecatu	13.472
Porto Amazonas	2.830
Porto Barreiro	2.736
Porto Rico	1.880
Porto Vitória	2.532
Prado Ferreira	2.368
Pranchita	3.905
Presidente Castelo Branco	3.278
Primeiro de Maio	8.963
Prudentópolis	34.463
Quarto Centenário	4.687
Quatiguá	5.856
Quatro Barras	12.140
Quatro Pontes	2.961
Quedas do Iguaçu	19.254
Querência do Norte	8.334
Quinta do Sol	3.324
Quitandinha	10.630
Ramilândia	2.075

Rancho Alegre	2.905
Rancho Alegre D'Oeste	2.295
Realeza	12.406
Rebouças	10.207
Renascença	5.868
Reserva	17.583
Reserva do Iguaçu	4.634
Ribeirão Claro	9.335
Ribeirão do Pinhal	11.365
Rio Azul	8.909
Rio Bom	2.376
Rio Bonito do Iguaçu	6.730
Rio Branco do Ivaí	2.081
Rio Branco do Sul	15.814
Rio Negro	19.995
Rolândia	34.998
Roncador	7.694
Rondon	5.633
Rosário do Ivaí	4.272
Sabáudia	4.306
Salgado Filho	3.308
Salto do Itararé	4.404
Salto do Lontra	8.109
Santa Amélia	2.912
Santana do Itararé	3.661
Santa Cecília do Pavão	2.680
Santa Cruz do Monte Castelo	5.310
Santa Fé	7.278
Santa Helena	14.890
Santa Inês	1.443
Santa Isabel do Ivaí	5.843
Santa Isabel do Oeste	9.641
Santa Lúcia	2.680
Santa Maria do Oeste	9.126
Santa Mariana	8.443

Santa Mônica	2.192
Santa Tereza do Oeste	6.960
Santa Terezinha do Itaipu	12.460
Santo Antonio da Platina	29.828
Santo Antonio do Caiuá	1.979
Santo Antonio do Paraíso	1.704
Santo Antonio doo Sudoeste	13.361
Santo Inácio	3.332
São Carlos do Ivaí	4.298
São Jerônimo da Serra	6.622
São João	7.494
São João do Caiuá	4.933
São João do Ivaí	9.563
São João do Triunfo	8.517
São Jorge D'Oeste	6.463
São Jorge do Ivaí	4.671
São Jorge do Patrocínio	4.384
São José da Boa Vista	3.823
São José das Palmeiras	2.499
São José dos Pinhais	112.680
São Manoel do Paraná	1.622
São Mateus do Sul	25.236
São Miguel do Iguaçu	18.134
São Pedro do Iguaçu	4.858
São Pedro do Ivaí	5.801
São Pedro do Paraná	1.782
São Sebastião da Amoreira	5.287
São Tomé	3.362
Sapopema	6.001
Sarandi	43.116
Saudade do Iguaçu	2.787
Sengés	11.486
Serranópolis do Iguaçu	3.192
Sertaneja	4.251
Sertanópolis	11.327

Siqueira Campos	11.747
Sulina	3.543
Tamarana	6.020
Tamboara	2.877
Tapejara	7.968
Tapira	4.002
Teixeira Soares	5.937
Telêmaco Borba	41.362
Terra Boa	9.283
Terra Rica	8.601
Terra Roxa	10.290
Tibagi	11.715
Tijucas do Sul	8.541
Toledo	66.943
Tomazina	5.611
Três Barras do Paraná	6.824
Tunas do Paraná	3.004
Tuneiras do Oeste	5.429
Tupãssi	5.557
Turvo	7.579
Ubiratã	13.267
Umuarama	68.686
União da Vitória	35.245
Uniflor	2.215
Uraí	7.497
Ventania	5.123
Vera Cruz do Oeste	5.757
Verê	5.834
Vila Alta	2.906
Virmond	3.074
Vitorino	4.477
Wenceslau Braz	15.173
Xambrê	4.231
Total	6.504.490

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1835

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 219/2001, que introduz alterações na legislação do ICMS.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1859

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, REQUER regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 370/2000, de 30 de outubro de 2000, de sua autoria, que “dispõe sobre a instalação de equipamentos de aquecedores a gás e a respectiva fiscalização no Estado do Paraná”.

Justifica-se tal requerimento pela importância e urgência do projeto, que cria critério para instalação de equipamentos à gás, visando instalações inadequadas, conforme justifica-se no projeto e em sua justificativa.

Termos em que, pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1865

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que a Sessão Ordinária de amanhã, dia 13 de junho, seja marcada no período da manhã.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(aa) WALDYR PUGLIESI

DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Moysés Leônidas, Plauto Miró Guimarães, Algaci Tulio, Antonio Anibelli, Nereu Moura, Divanir Braz Palma, Serafina Carrilho e Cezar Silvestri.

REQUERIMENTO Nº 1842

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1891

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões do Projeto de Lei nº 383/99, item 16, em 1ª discussão, de autoria do nobre deputado Luiz Carlos Zuk, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1892

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões do Projeto de Lei nº 045/2001, item 25, em 1ª discussão, de minha autoria, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1887

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões do Projeto de Lei nº 004/2000, item 09, em 2ª discussão, de minha autoria, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

REQUERIMENTO Nº 1893

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões do Projeto de Lei nº 383/99, item 16, em 1ª discussão, de minha autoria, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1874

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões do Projeto de Lei Complementar nº 025/2000, item 27, em 1ª discussão, de autoria dos ilustres deputados Tony Garcia e Augustinho Zucchi, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1894

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de redação final da Proposição nº 037/2000, item 01, da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1836

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 167/2001, item 13 da Ordem do Dia de hoje, tendo em vista a existência de projeto de lei similar, que já se encontra para sanção governamental.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1873

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, a convocação do jornalista Marcos Formighieri, diretor do jornal A Gazeta do Paraná, para prestar, na sessão plenária da próxima terça-feira, dia 19 de junho, informações sobre denúncias de corrupção no âmbito do Governo do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1886

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER o uso do plenarinho desta Casa de Leis no próximo dia 20.06 das 9h às 12h, para realização de reunião com professores e pais de alunos das Escolas Estaduais para discutir a questão da eleição dos Diretores.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1877

Senhor Presidente:

O deputado estadual supra firmado, REQUER, na forma regimental, a data do próximo dia 16 de agosto às 17 horas, neste Plenário, para realização de Sessão Especial para a entrega do título de cidadania ao senhor Arlindo Alberto Lamb, conforme aprovado pela Lei Estadual nº 10938.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1849

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta colenda Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Tânia Cristina da Silva Rosa, aos 36 anos de vida.

Pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, recebeu ampla manifestação de sentimentos em decorrência de seu passamento. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos sentimentos de pesar de sua família.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1850

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta colenda Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Maria Luiza de Jesus Oliveira, aos 55 anos de vida.

Pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, recebeu ampla manifestação de sentimentos em decorrência de seu passamento. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos sentimentos de pesar de sua família.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1852

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de pesar pelo falecimento do senhor Sebastião Ignácio, ocorrido no dia 09 do corrente mês, na cidade de Ivai-porã.

Requer ainda, que após aprovado pelo Plenário desta augusta Casa de Leis, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada, sito à Rua Paraná, 1189 - Centro - Caixa Postal 53 - CEP 87400-000, Cruzeiro do Oeste, aos cuidados do senhor Valter Ignácio.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 1871

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de pesar ao Arcebispo de Londrina, Dom Albano Bortoleto Cavallin, pelo falecimento de sua mãe, dona Celestina Cavallin, no dia 07 de junho de 2001. Sem dúvida deixará saudades, pois com mestria construiu uma família que sabe amar e respeitar ao próximo.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao seguinte endereço: Cúria Metropolitana de Londrina, Travessa Padre Eugênio Herter, nº 33, Centro, Londrina-PR, CEP 86010-120.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 1872

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do senhor José Carlos Bigatti, ocorrido no dia 11.06.2001, em Ibiporã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1839

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao jornal A Folha da Imprensa, pela passagem do seu 10º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao jornalista Alcy Ramalho Filho, diretor-presidente do jornal A Folha da Imprensa.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Folha da Imprensa, fundada em 25 de junho de 1991 pelo jornalista Alcy Ramalho Filho, mantém ao longo de seus 10 anos, um serviço de qualidade, fruto da visão administrativa de seu diretor-presidente, jornalista e colaboradores.

É indubitável - segundo o acompanhamento que temos feito permanentemente, o sucesso do jornal está ligado à dedicação de seus diretores e assessores.

O jornal A Folha da Imprensa transmite a verdade e a paz semeando a esperança com expressão da vontade majoritária de seus leitores e posição amadurecida com o papel de informar e formar a opinião pública, que abraça a vocação sobretudo com amor.

“Para quem caminha em direção
ao sol, é sempre madrugada.”

Helena Kolody

Por isso é de todo justo este reconhecimento do Poder Legislativo do Estado do Paraná, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e competência.

REQUERIMENTO Nº 1841

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de con-

gratulações ao ministro Milton Luiz Pereira do Superior Tribunal de Justiça, pela sua eleição para o Conselho da Justiça Federal, com as funções de coordenador geral daquele Poder e direção do Centro de Estudos Judiciários.

Requer, ainda, que da aprovação desta, seja dada ciência ao ministro doutor Milton Luiz Pereira (Setor de Administração Federal Sul - Quadra 06 - Lote 01- CEP 70070-600 - Brasília DF).

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1848

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Jurandir Lambertucci e Mônica Lambertucci, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus, que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1851

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Vicente Paulo Choinski e Leoni Choinski, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus, que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos

demais pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1854

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações alusivos aos 50 anos da Cooperativa de Castrolanda, a ser comemorado no dia 20 de junho do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao seu presidente Fraz Borg, através de correspondência a se encaminhada à Praça dos Imigrantes Holandeses, nº 03, Colônia Castrolanda - CEP 84161-960, Castro-PR.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1864

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Teatro Filhos da Lua, pela comemoração de seus 20 anos.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Teatro Filhos da Lua está comemorando 20 anos. Criada em 1981, a Companhia curitibana é voltada ao público infantil e de pesquisa das raízes populares brasileiras.

A Companhia Teatro Filhos da Lua é bastante requisitada na capital e interior, bem como em outros Estados, já que ao longo destes vinte anos construiu sua fama com muito trabalho e dedicação - da mesma maneira que vem enfrentando os muitos desafios que se impuseram e se impõem no dia-a-dia da companhia.

Pela comemoração de seus gloriosos 20 anos, receba a Companhia de Teatro Filhos da Lua, através de seus diretor Renato Perré, Rua Paula Gomes, 394 - ap. 41, CEP 80510-070, Curitiba/PR, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1866

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Paraná, pela posse de sua nova diretoria para o triênio 2001/2002/2003.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 04 de maio do corrente, no Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Paraná, foram empossados os novos membros da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes, para o triênio 2001, 2002 e 2003, que ficou composta da seguinte forma:

Diretoria:

- Presidente: Lauto Stellfeld Filho
- Vice-presidente: Lia Mello de Almeida Rech
- 1º Secretário: Denise Mari Berno
- 2º Secretário: Tereza Emiko Iwamoto
- 1º Tesoureiro: Elcy Marilles Baido
- 2º Tesoureiro: Marcos Antonio Rech

Diretoria de Assuntos Intersindicais:

- Maria de Lourdes G. C. Soares
- Suplente: Maria de Fátima S. Guandalini

Conselho Fiscal:

- Labianca C. Trautwein
- Camile Carvalho C. Leite
- Suplente: Guimara de Cassia S.G.S. Netto

Representante junto à Federação:

- Lauro Stellfeld Filho
- Sandra I.S. Baggio
- Suplente: Lia Mello de Almeida Rech

Pela posse, desejando sucesso à nova empreitada, recebam todos os novos componentes das Diretorias do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Paraná (R. Marechal Deodoro, 252 - 7º andar - Cj. 703 (CEP 80010-010 - Ctba/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1867

Senhor Presidente.

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de parabenização ao grande escritor londrinense Domingos Pellegrini, pelo livro "O Caso da Chácara Chão", no qual recebeu, de forma merecida o Prêmio Jabuti 2000, trazendo orgulho a todos os paranaenses e em especial aos "pés-vermelhos".

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua Pedro A. de Souza, 160, Conjunto Eucalipto, Londrina-PR, CEP: 86031-610.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 1868

Senhor Presidente.

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de parabenização aos organizadores da 41ª Exposição Agrícola da ACEL, que este ano recebeu o nome de Casa Japão e comemora os 93 anos da imigração japonesa na cidade de Londrina, esta colônia que tanto engrandeceu a cultura do Norte do Paraná.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: ACEL - Associação Cultural e Esportiva de Londrina, Paulo Kawassaki, nº 101, Londrina-PR, CEP: 80060-290.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 1869

Senhor Presidente.

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de congratulações ao artista plástico e arquiteto, José Gonçalves, pelo sucesso da exposição "Pinturas Modernas", na Judi Rotenberg Gallery, em Boston (EUA). Sem dúvida merece destaque, pois além de expor as belas obras de arte, honra o nome de Londrina e de todo o Estado do Paraná, trazendo orgulho aos paranaenses, em especial aos "pés-vermelhos".

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Caixa Postal 333, Londrina-PR, CEP: 86010-120.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 1870

Senhor Presidente.

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de parabenização ao 10º aniversário da SPB Propaganda, na pessoa de Spartaco Puccia, que durante estes anos vem sendo referência de competência e profissionalismo na área de comunicação.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: SPB Propaganda, Rua Pedro Marcos Prado, 50, Jardim Lima Azevedo, Londrina-PR, CEP: 86060-070.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 1876

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, parabenização e louvor, ao povo de Matinhos nesta data festiva, quando de comemoração do aniversário deste município.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1878

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações ao Senhor Waldir Oldoni, Prefeito municipal de Lindoeste e ao Senhor Namir Vicente Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Lindoeste, pelo seu 12º aniversário.

Requer ainda, que desta decisão, sejam cientificados os respectivos homenageados, nos seguintes endereços: Prefeitura Municipal de Lindoeste, Rua Marechal Rondon, s/n, CEP: 85.826-000, telefone (045) 237-1124 e a Câmara Municipal de Lindoeste, Rua Marechal Rondon, s/nº - CEP: 85.826-000, telefone (045) 237-1246 Lindoeste-PR.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O município de Lindoeste comemora hoje o 12º aniversário de emancipação político-administrativa e se destaca como um dos municípios de perspectivas promissoras da região, cuja base da economia está concentrada na agropecuária e prestação de serviços.

Fruto da fusão de dois distritos muito próximos (separado por menos de 10 quilômetros de trecho asfáltico - Lindoeste guarda, na formação do seu nome, um pedaço de cada distrito: Cielito Lindo e Alvorada do Oeste: em razão disso, houve muita especulação dos moradores, uns sugerindo Alvorada Linda; outros Cielito do Oeste.

Lindoeste foi colonizada em função da exploração da madeira existente na sua região. Em 1964, estabeleceu-se uma vila na Colônia São Francisco e que se dominou Alvorada do Oeste, que assim como posteriormente Cielito Lindo, tinha por objetivo assentar os trabalhadores dessas madeiras que eram originárias do Norte do Paraná e do Rio Grande do Sul. Criado pelo Lei Estadual nº 9006 de 12 de junho de 1989 e instalado em 1º de janeiro de 1990, onde foi desmembrado de Cascavel.

Desta forma, gostaria de parabenizar o município de Lindoeste pelo seu 12º aniversário, solicitando, para tanto, o voto favorável dos nobres pares, para realizar esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 1890

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ponta Grossa, em especial ao Presidente da entidade, Senhor Carlos Alberto Egg, que no último dia 07 de junho recebeu no Teatro Municipal São Paulo, o Prêmio do 4º Festival "Nossa Arte Nacional" no gênero música, resultado de um trabalho conquistado com esforço e dedicação de pais, alunos, funcionários e direção da referida entidade.

Do aprovado, requer ainda, que seja comunicado ao presidente da APAE de Ponta Grossa, Senhor Carlos Alberto Egg, na Rua Monteiro Lobato, 2420, cidade de Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1843

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo: voto de aplausos e congratulações, ao senhor Prefeito Municipal de Matinhos, Arcendino Duarte, extensivos ao vice-prefeito, secretários, vereadores, demais autoridades constituídas e ao povo em geral, pelos 34 anos de emancipação política daquele município.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A população de Matinhos, festeja nesta data juntamente com seus mandatários e administradores municipais seus 34 anos de emancipação política, com júbilo, progresso, paz e alegria.

Seu prefeito entrega à população as primeiras obras de um grande projeto de revitalização da cidade nesta data. Matinhos, uma das mais belas praias do litoral paranaense, busca recuperar o tempo perdido.

REQUERIMENTO Nº 1814

Senhor Presidente:

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de louvor, ao doutor Edécio Marques dos Reis, diretor do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, pelo destacado trabalho que vem desenvolvendo na direção daquele departamento municipal.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Departamento de Produção Vegetal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, tem como atribuições entre outras igualmente importantes, a recuperação de áreas denominadas Fundo de Vale, mediante a restauração ou o replantio da vegetação nativa e/ou apropriado ao local, preservando o meio ambiente em prol da melhoria das condições de vida do povo, principalmente daqueles que residem nas imediações.

Nosso requerimento para o envio de voto de louvor ao doutor Edécio Marques dos Reis, em reconhecimento à sua dedicação e ao seu profissionalismo no trabalho que desenvolve em favor do meio ambiente, busca valorizar o labor daquele que se doa com toda a competência, na melhoria cada vez maior, das condições ambientais saudáveis a serem usufruídas pela valorosa população do nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 1853

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER voto de louvor ao

doutor Cláudio César da Costa, médico-auditor nos municípios de contenda e Araucária, clínico generalista e gerente médico do plano de saúde, pelo lançamento do livro de sua autoria, intitulado Manual de Auditoria Médico-Hospitalar.

A auditoria médica visa ao controle e assistência médica prestada aos usuários dos serviços públicos de saúde, com a difícil tarefa de manter equilibrada a relação custo/receita/benefícios das entidades públicas, no estímulo da melhoria dos padrões de atendimento médico à comunidade de um modo geral.

A propósito, em julho de 1993 foi regulamentado o sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde, onde as prefeituras municipais passam a ser co-responsáveis pelos atendimentos do SUS e controle das verbas para saúde.

Igualmente em janeiro deste ano, o Ministério da Saúde publicou uma nova portaria, a Noas-Sus 01/2001, onde reforça a necessidade da auditoria médica, no controle das verbas de saúde, em processo regular de verificação, avaliação e regulação da assistência médica, para a perfeita aplicação das verbas públicas, onde cada prefeitura deve ter médicos especialmente nomeados, para controle, avaliação e auditoria dos procedimentos e serviços de saúde prestados aos usuários de forma que as verbas destinadas sejam aplicadas adequadamente.

Dá a oportunidade do livro Manual de Auditoria Médico Hospitalar, no qual se encontram normas de Conduta e Atribuições da Equipe de Auditoria; Código de Ética Médica e o Auditor, Glosas e as cobranças indevidas; auditor Médico do SUS; Norma Operacional Básica do SUS - 2001 e Auditor Médico Municipal, uma vez a escassez de livros sobre o assunto.

Requer, outrossim, depois de ouvido o duto Plenário, seja dado conhecimento ao homenageado, doutor Claudio César Veiga da Costa, ao senhor ministro da Saúde; ao senhor secretário Estadual da Saúde e aos prefeitos municipais do Estado, acompanhado de cópias do presente requerimento, face a relevância da matéria.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) ELI GHELLERE

Endereço:

Doutor Cláudio César Veiga da Costa
Rua Coronel Dulcídio, 1101, ap. 301
CEP- 80-250-100 - Curitiba PR.

REQUERIMENTO Nº 1815

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Secretaria da Fazenda, Ingo Hubert, solicitando informações sobre qual é a participação de Curitiba e Região Metropolitana no total do ICMS

arrecadado no Estado do Paraná, nos últimos cinco meses.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1822

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente à Corregedoria da Polícia Civil, para que a mesma tome providências necessárias, tendo em vista as declarações injuriosas e difamatórias do ex-delegado de Rio Branco do Sul, Bradock, veiculadas na imprensa do Estado do Paraná, desde o seu afastamento do cargo.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 1833

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência, para REQUERER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Tribunal de Contas, solicitando a imediata remessa de todas as peças processuais referentes à prestação de contas do município de Rio Branco do Sul, no período compreendido entre os anos de 1993 a 1996, bem como manifestação daquela corte de contas referentes à aprovação ou desaprovação destas contas.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 1875

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente, ao Ilustríssimo senhor Renato Navarro Guerreiro, presidente da Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações (SAS-quadra 6- Edifício Ministro Sérgio Motta, 70-313-900- Brasília- Distrito Federal), registrando agradecimentos à agência pelo atendimento da solicitação da comunidade da Região Metropolitana de Curitiba, com a alteração na legislação tarifária, passando a referida tarifação de conurbada para local.

A Região Metropolitana de Curitiba, beneficiada com a alteração tarifária, reivindica tal atendimento, apoiado por este deputado e por esta Casa Legislativa, que aprovou requerimento deste parlamentar datado de 16 de setembro de 1999, onde reforçamos o apelo da comunidade metropolitana de Curitiba, agora contemplada com o benefício da equiparação na tarifação local.

Termos em que pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1881

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao secretário Estadual da Fazenda, senhor Ingo Hubert, solicitando que coloque à disposição deste deputado, bem como a outros que tiverem interesse, acesso ao SIAF (Sistema Integrado de Administração Financeira).

O acesso ao SIAF em nível federal, já está disponibilizado aos membros do Congresso Nacional, podendo os parlamentares consultar todas as informações referentes à execução fiscal e orçamentária da União, sendo que tais informações podem ser acessadas pela rede mundial de computadores - Internet, através de um código especial e uma senha exclusiva ao parlamentar.

No âmbito do Estado do Paraná, o mesmo serviço pode ser disponibilizado aos deputados estaduais e, é o que se requer neste momento.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O SIAF contém o detalhamento da execução orçamentária, e tais informações são fundamentais para que o parlamentar possa efetivamente exercer a sua função principal que é a fiscalização.

A recente Lei de Responsabilidade Fiscal, destina um capítulo inteiro sobre a transparência, controle e fiscalização da gestão fiscal, e o cumprimento do estabelecido nesta lei, depende de informações detalhadas da execução fiscal e orçamentária, o que se encontra no sistema supra citado.

Além do disposto na Lei Complementar 101/2000, a publicidade da administração pública foi elevada a categoria de Princípio Constitucional, conforme do disposto no artigo 37, da Constituição Federal, constituindo assim um dever do Poder Executivo e um direito do Poder Legislativo, o acesso a tais informações.

Por fim esta Casa não pode ficar à mercê de informações dadas a conta-gotas, como ocorreu recentemente por ocasião da publicação e prestação de contas do Poder Executivo, referentes ao quadrimestre, no qual as informações chegaram minutos antes da sessão de Prestação de Contas, impossibilitando que os parlamentares pudessem fazer qualquer análise sobre os dados apresentados.

REQUERIMENTO Nº 1882

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, senhor Ramiro Wahrhastig, e à diretora da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná, senhora Suzana Maria Souza, para que informe a esta Casa a situação funcional do professor Alfredo Luiz Teixeira Soares Braga, especialmente no que tange a procedimentos

administrativos disciplinares movidos contra o referido professor.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica pelo fato de haver notícias de que procedimentos administrativos disciplinares estão sendo movidos contra os professores de forma arbitrária constituindo verdadeiro abuso de poder, inclusive havendo decisões em Mandado de Segurança, suspendendo tais procedimentos.

REQUERIMENTO Nº 1883

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor diretor presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) solicitando informações sobre a execução do Protocolo de Intenções, firmado entre a Copel e os reassentados de Segredo I e Segredo II, referente a implantação do Projeto Sabor de Segredo.

1 - O que foi executado do previsto no protocolo de intenções?

2 - Qual o custo total dos investimentos realizados até o presente momento?

3 - Do programa de investimento em infra-estrutura industrial estabelecido pela Copel com os reassentados, o que foi implantado?

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 1884

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor diretor presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, solicitando informações sobre convênio firmado entre a Copel e a Associação mantenedora de Projetos de Desenvolvimento em Comunidades Isoladas e/ou Carentes/ Amprodec.

1 - Qual é o termo do convênio?

2 - Qual o orçamento e demais custos pagos pelos serviços prestados pela Amprodec?

3 - quais as atividades prestadas pela entidade para a Copel?

4 - Onde fica a sede da entidade?

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 1885

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor diretor presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, solicitando as informações elencadas abaixo sobre os serviços prestados à Copel pelo senhor João Arnoldo Gors.

1 - Quais os serviços prestados pelo senhor João Arnoldo Gors?

2 - Se houver, qual o grau de parentesco do senhor João Arnoldo Gors, com os diretores da Copel?

3 - Valor do salário que recebe da companhia?

4 - Se este senhor possui outras rendas, além do salário de atividades decorrentes junto à Copel?

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 1895

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja tornado sem efeito o requerimento aprovado do deputado Carlos Simões, que requer envio de expediente à Corregedoria da Polícia Civil.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(aa) TONY GARCIA, ALGACI TULIO, ANTONIO ANIBELLI, MARCOS ISFER e JOSÉ MARIA FERREIRA.

REQUERIMENTO Nº 1880

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDU), pedido de informações sobre liberação de verbas e aprovação de projetos através do Programa Paraná Urbano, nos municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu, desde a implementação da referida linha de crédito, no final do ano de 1995.

Gostaríamos de obter um relatório detalhado sobre os seguintes itens:

- projetos apresentados e aprovados para as referidas cidades, com verbas do Paraná Urbano;
- valor da contrapartida das prefeituras (nem todas as obras necessitavam dessa contrapartida);
- obras concluídas;
- atual estágio das obras bancadas com esses recursos, que tem como agente financeiro o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- empreiteiras que realizaram ou ainda trabalham nas obras resultantes destes projetos;
- se existem projetos que já foram aprovados, mais ainda não tiveram suas obras iniciadas;
- valores das parcelas, dívidas totais e prazos para pagamento.

O Programa Paraná Urbano deixa de existir a partir deste mês. O Governo do Estado está providenciando os relatórios de prestação de contas junto ao agente finan-

ceiro, enquanto prepara a implantação de uma nova linha de crédito denominada Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, que deverá substituir o primeiro no auxílio às administrações municipais para realização de obras de infra-estrutura.

No período em que vigorou, milhões de reais foram liberados aos prefeitos, com o aval dos governos federal e estadual, para execução de obras que têm como objetivo elevar a qualidade de vida da população.

Então, para que esta Casa possa cumprir seu papel fiscalizador da aplicação desses recursos, financiados por até 10 anos, as informações solicitadas serão de inestimável importância.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1840

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do artigo “Associação Comercial do Paraná, manifesto sobre a Copel”, publicado à folha 09 do dia 08 do corrente na Gazeta do Povo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao doutor Marcos Domakoski, Presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP), bem como ao doutor Francisco Cunha Pereira Filho, diretor-presidente da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial do Paraná, em manifesto esclarecedor, divulgou o sentimento de 8 mil associados quanto ao assunto da privatização da Copel.

A Associação Comercial do Paraná reconhece o papel histórico desempenhado pela Copel, nos últimos 50 anos, que abriu caminho para o desenvolvimento social e econômico chegar às grandes cidades, aos pequenos municípios e a todas as fronteiras.

Num cenário em que suprir a demanda por energia se transforma no maior desafio brasileiro, a Copel deve permanecer em mãos do Governo do Paraná, pois a Copel é um patrimônio paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1844

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembleia Legislativa, do artigo “A Verdade Dói”, de autoria do jornalista e professor Gaudêncio Torquato, publicado no jornal Folha do Paraná, do dia 08 de junho/2001, à folha 04.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Doutor José Eduardo de Andrade Vieira,

diretor-presidente do jornal Folha do Paraná, bem como ao professor Gaudêncio Torquato.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O jornalista Gaudêncio Torquato, em artigo publicado no jornal Folha do Paraná, à folha 04, do dia 08 do corrente, sob o título: “A Verdade Dói”, afirmou.

“A população brasileira está com raiva da falta de seriedade, da falta de planejamento, da incúria e do desleixo.”

O doutor Rubens Approbato Machado, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por ocasião da posse do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio de Melo, usando do espaço da OAB, entidade que, ao longo da história brasileira, desde sua fundação, prima por se posicionar na vanguarda da defesa do ideal democrático e dos princípios da cidadania, conseguindo interpretar a indignação social contra um estado de coisas.

REQUERIMENTO Nº 1863

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Assembléia Legislativa do Estado do artigo “O Não da ACP à Venda da Copel” publicado no jornal Folha do Paraná - editorial do dia 07 de junho de 2001.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(aa) MARCOS ISFER

ALGACI TULIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 237/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 1º, da Lei Estadual nº 11250, de 15.12.95, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criado o município de Foz do Jordão, desmembrado do município de Candói, com os seguintes limites e confrontações: inicia-se no Km 404,7, da Rodovia BR-373 que liga a BR-277 a Pato Branco; desse ponto segue por linha perimétrica cruzando um banhado até a nascente do córrego denominado Arejado, segue acompanhando o referido córrego pela margem direita no sentido descendente, confrontando com o município de Candói no sentido Sudoeste até o Rio Jordão; desse segue pela margem direita do referido rio, agora confrontando com o município de Pinhão, no sentido sudoeste até o Rio Iguaçu, desse segue pela margem direita do referido rio, agora confrontando com o município de Manguierinha, no sentido sudoeste até o Km 427 da BR-373, cabeceira da ponte de liga Candói a Man-

gueirinha, desse segue pela referida rodovia no sentido noroeste, confrontando com o município de Candói até o km 404,7, da Rodovia BR-373 onde iniciou-se e encerra a presente descrição.”

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa corrigir erro cometido na elaboração da lei que deu origem à criação do município de Foz do Jordão. Naquela oportunidade, conforme está amplamente comprovado pelos mapas existentes e anexos ao presente, foi erroneamente descrito no artigo 1º da lei o nome do córrego localizado na divisa entre os municípios de Candói e Foz do Jordão como sendo “Córrego Talaveira”, quando o correto é “Córrego Arejado”.

Portanto, esse projeto visa tão somente a correção do nome desse córrego, não alterando qualquer outro elemento da mencionada lei.

Assim sendo, contamos com o apoio e aprovação desse projeto de lei por parte dos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 238/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigadas as empresas que necessitam de Licença Ambiental para funcionamento, que ao término do mesmo apresentem junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o Passivo Ambiental, sem o quê não será concedido o Certificado de Encerramento das Atividades.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.05.2001.

(a) NEIVO BERARDIN

JUSTIFICATIVA:

Já se tornou praxe, no Estado do Paraná, empresas que ao encerrarem suas atividades abandonam todo o material inservível e muitas vezes altamente tóxicos no grande lixo que em suas consciências é a natureza. Um dos exemplos mais recentes é o que ocorreu no município de Adrianópolis, onde a mineradora ali existente, Plumbum do Brasil Mineradora S/A abandonou a céu aberto os resíduos de chumbo, contaminando o solo e a população das proximidades do empreendimento.

Para que possamos punir os responsáveis e exigir a recuperação imediata, logo após o término do empreendimento, apresentamos o projeto de lei que determina às empresas a apresentação do Passivo Ambiental logo após o término de suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 239/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam criadas as Zonas de Perigo Ambiental - ZPA consideradas os locais onde existem a possibilidade de ocorrência de acidentes que possam causar um dano Ambiental de tal magnitude que poderá comprometer uma população ou um ecossistema.

Parágrafo Único: o local de cruzamento de rodovia com rios de utilização para abastecimento público ficam desde já declarados como Zona de Perigo Ambiental - ZPA.

Art. 2º - Caberá ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, com a colaboração da Defesa Civil, através de decreto, proceder a análise e declarar um local como Zona de Perigo Ambiental - ZPA, onde constará a delimitação da área, o grau e possibilidade do risco, os efeitos que este perigo possa causar, as condições de seus controle e os setores responsáveis pela prevenção e pela execução do plano de ação, quando da ocorrência do perigo.

§ 1º - O IAP poderá, através de decreto, definir parâmetros mínimos para a criação de Zonas de Perigo Ambiental - ZPA.

§ 2º - A comunidade organizada Ong's, o IAP, a Defesa Civil podem sugerir a criação de Zonas de Perigo Ambiental - ZAP.

§ 3º - O IAP fica responsável pela integração, contatos e reuniões com os órgãos federais envolvidos quando as ZPA's abrangerem estradas ou áreas federais.

Art. 3º - As Zonas de Perigo Ambiental deverão ter, na área abrangida pelo quilômetro anterior e posterior ao local de perigo:

a) a devida sinalização, planejada de forma que colabore para prevenir a possibilidade de perigo ambiental potencial;

b) as obras mínimas que colaborem para que os riscos de acidentes ambientais sejam minorados, tais como: amuradas de contenção, iluminação noturna, redutores de velocidade, sonorizadores, pintura de faixas no leito das estradas e rodovias. etc.

c) placas, no tamanho apropriado, identificando o local, o perigo ambiental potencial e a orientação do procedimento para avisar às autoridades responsáveis pelo atendimento em caso da ocorrência do perigo ambiental;

d) postos telefônicos, como equipamento mínimo que facilite o aviso das ocorrências;

e) quando possível e necessário, posto com equipes de segurança e patrulha para supervisão e orientação da população;

f) outros recursos necessários.

Art. 4º - O IAP - Instituto Ambiental do Paraná ficará encarregado da orientação aos demais órgãos seja de âmbito federal, estadual ou municipal dos procedimentos sob suas responsabilidades para com as Zonas de Perigo Ambiental.

Parágrafo Único - Poderá o IAP formar Comissões de Controle de Zonas de Perigo Ambiental por município, congregando representantes do IAP, Defesa Civil, Prefeitura, Comunidade envolvida e de Órgãos Federais.

Art. 5º - À Defesa Civil competirá elaborar e executar:

a) os planos de prevenção dos perigos potenciais de cada Zona de perigo Ambiental;

b) os planos de ação para o caso da ocorrência dos perigos ambientais;

c) realizar os devidos treinamentos necessários à consolidação e possíveis alterações dos planos de prevenção e dos planos de ação previstos nos itens "a" e "b" deste artigo;

d) colaborar e oferecer sugestões ao IAP referente aos itens previstos no artigo 3º que colaborem na redução dos perigos ambientais potenciais evidenciados em cada Zona de Perigo Ambiental.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A preocupação básica da criação das Zonas de Perigo Ambiental, que doravante chamaremos de ZPA, é a de que necessitamos proteger, principalmente o fortalecimento de Água às nossas comunidades.

A situação potencial de perigo que queremos evidenciar é que os rios que fornecem esta água às nossas comunidades, têm em pelo menos um de seus trechos cortado por rodovias ou ferrovias, quer seja municipal, estadual ou federal, o que representa um risco potencial de exatamente neste trecho ocorrer um acidente em que, devido ao tombamento ou despejo de agentes químicos, ou qualquer outro agente poluidor, que pela sua ação possa comprometer os reservatórios de abastecimento público que são os destinos de suas águas.

Portanto, temos que fornecer ao Instituto Ambiental do Paraná e à Defesa Civil orientações e condições para que possam analisar estas ZPA's, ver da necessidade de declaração como tal.

Após isto, ou até no próprio decreto definirá os responsáveis pelos procedimentos de sinalização, obras e implantação dos demais meios que possam caracterizar e proteger estas ZPA's de forma que os que ali passarem o façam com o cuidado necessário para que não haja possibilidade de ocorrer um acidente ambiental.

Imaginemos que por uma situação qualquer, uma cidade de 100.000 habitantes que tenha apenas um reservatório de abastecimento público e que este reservatório seja abastecido por um rio cruzado por uma rodovia ou outra estrada qualquer e que, por não ter as orientações e sinalizações necessárias, um motorista imprudente cause um acidente, que sua carga tóxica caia no rio e esta contamine o reservatório. Primeiro, ele sabe que causou um acidente ambiental, sabe que aquele rio abastece água para 100.000 pessoas, como ele vai avisar, a quem ele vai avisar e através de que meio?

Pior é se realmente o reservatório é atingido pelo agente tóxico, e este agente realmente contamina o reservatório e sua recuperação para estar em condições de utilização de suas águas levará 30 dias. Como iremos abastecer esta cidade de 100.000 habitantes de água por 30 dias? Com que recursos, com que meios? Que plano existe para tal situação?

Prevenir, garantir, evitar, estar preparado, estas são medidas necessárias. este é o objetivo.

PROJETO DE LEI Nº 240/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam suspensos a eficácia e os efeitos das disposições da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que “Autoriza o Poder Executivo a implementar a reestruturação societária da Copel, alienar, dar em caução ou oferecer em garantia ações do Estado no capital daquela Companhia, bem como contratar operações de crédito, financiamentos ou outras operações por si ou pela Paraná Investimentos S/A e adota outras providências”, em seu inteiro teor, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da aprovação e publicação da presente lei.

Art. 2º - Ficam suspensos a eficácia e os efeitos das disposições do Decreto nº 718, de 04 de maio de 1999, que institui o Conselho de desestatização da Companhia Paranaense de Energia - Copel, “para implementação do processo de reestruturação societária e desestatização”, aprovados pela Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, em seu inteiro teor, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da aprovação e publicação da presente lei.

Art. 3º - Ficam igualmente suspensos os efeitos decorrentes da execução de todos e quaisquer contratos administrativos em vigor, atos de gestão e negociais, praticados por força do Decreto nº 718, de 04 de maio de 1999, decorrentes da utilização das autorizações contidas na Lei nº 12.335, de 08 de dezembro de 1998, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação da presente lei.

Art. 4º - Fica vedada ao Poder Executivo Estadual, por força desta lei, a prática de quaisquer atos administrativos, de gestão ou negociais, com fundamento na delegação outorgada por força das disposições da Lei nº 12.335, de 08 de dezembro de 1998, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação da presente lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal, em seus artigo 2º, ao instituir como Poderes da União: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, assegurou a cada um deles, independência e harmonia no relacionamento entre si, prevalecendo o princípio constitucional em relação aos Poderes Estaduais.

A Constituição Estadual, em seus artigo 53 define a competência da Assembléia Legislativa, como sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, para dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

IV - dívida pública, abertura e operações de crédito;

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

E, no artigo 54, a competência privativa da Assembléia Legislativa, para:

XXVII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XXIX - dispor sobre limites e condições para concessão de garantias do Estado em operações de crédito;

XXIX - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa de outros Poderes;

XXXIV - autorizar operações de natureza financeira externa ou interna.

O artigo 65, assegura a iniciativa das leis complementares e ordinárias a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral da Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Na definição da competência privativa do Governador, o artigo 87 dispõe taxativamente do inciso XX que somente - “mediante autorização da Assembléia Legislativa”, poderá “subscrever ou adquirir ações, realizar ou aumentar capital, desde que haja recursos hábeis, de sociedade de economia mista ou de empresas públicas, bem como dispor, a qualquer título, no todo ou em parte, de ações ou capital que tenha subscrito, adquirido, realizado ou aumentado”.

A Lei de introdução ao Código Civil Brasileiro, Decreto - Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942, em

seu artigo 2º, estabelece o princípio da modificação e revogabilidade das leis.

No parágrafo 1º estabelece que - “a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

O parágrafo 2º dispõe que - “a lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a parir das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.”

O presente projeto de lei, ao propor a suspensão, por prazo determinado, da eficácia das disposições da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, viabiliza norma de eficácia temporária que, estabelecendo disposições especiais à execução da lei ora existente, não modifica nem revoga as suas disposições, apresentando-se como alternativa para dirimir o conflito ora existente, de forma a superar o impasse existente quanto à manutenção ou não da referida lei.

Legalidade da Iniciativa e Precedentes

A iniciativa do presente projeto de lei se insere dentre as atribuições que a Constituição Estadual comete aos membros do Poder Legislativo, mormente quando trata de matéria atinente à manutenção ou não de autorização concedida pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo para prática pertinente à reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia - Copel e, à disponibilidade de suas ações.

No caso específico da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, subscrita pelo Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, Senhor Giovani Gionédís, Secretário de Estado da Fazenda e, Senhor José Cid Campêlo Filho, Secretário do Governo, a iniciativa é de proposições que visem a sua alteração, modificação, suspensão de efeitos e revogação, não sofre qualquer vedação legal, em face da norma geral que disciplina o processo legislativo, porquanto a matéria por ela regulada, já foi objeto de legislação anterior, que veio a ser modificada em sua essência por legislação posterior.

Ademais, a própria Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, em seu artigo 12, ao revogar a Lei nº 11.253, de 21 de dezembro de 1995, subscrita pelo Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado e o Senhor Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda, sancionado pelo mesmo governo, mantém o precedente da revogabilidade de legislação anterior.

Fatos Novos

A dimensão da crise energética instalada, decorrente da constatação da amplitude da deficiência da produção, geração e distribuição de energia no País, que levou o Governo Federal a suspender o processo de privatização no setor e a editar Medida Provisória instituindo a Câmara de Gestão da Crise Energética, para gerenciar o racionamento de energia elétrica a vigorar nos Estados a partir de julho próximo, traz uma nova realidade que o Estado do Paraná, e sobretudo os representantes do povo na Assembléia Legislativa não podem desconhecer.

O presente projeto de lei, tem por esopo resguardar direitos e interesses da população do Paraná e buscar com a postergação do processo de privatização da Copel pelo prazo de 90 dias, tempo suficiente para angariar informações atuais e seguras a respeito das conseqüências que o racionamento de energia, a nível nacional, irá provocar na economia. Com certeza novas diretrizes da política energética, implicarão em rever os conceitos com relação ao valor km/h., complexos de geração e transmissão, influenciando positivamente na valorização das ações da Copel, cujos recursos serão aplicados na área de saúde, segurança, educação e principalmente no saneamento da Paranaeprevidência, resguardando assim os direitos dos aposentados e pensionistas.

Entidades empresariais de expressiva representação social e econômica como:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Federação das Associações Comerciais Industriais e Agrícolas do Paraná, Federação do Comércio do Estado do Paraná, Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná, e a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, também recomendam a postergação do programa de privatização da Copel, bem como grande parte da população do Paraná.

Pelos fatos acima descritos, solicitamos aos nobres pares a aprovação desta propositura.

PROJETO DE LEI Nº 241/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação Paranaense de Controle do Câncer Ginecológico, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense de Controle do Câncer Ginecológico, é uma sociedade civil de direito privado, tendo sua sede na Rua Cambará, nº 585, 4º andar, centro, Londrina, Estado do Paraná, inscrita no CGC-MF, sob o nº 02.460.572/0001-89, fundada em 08 de março de 1997.

A entidade foi declarada de Utilidade Pública municipal, através da Lei nº 7.384, de 27 de abril de 1998.

A Associação Paranaense de Controle do Câncer Ginecológico, tem entre outros objetivos os seguintes: instituir e desenvolver programas de assistência à mulher visando o controle do câncer ginecológico e das mamas; prover recursos financeiros para a manutenção do pro-

grama paranaense de controle do câncer ginecológico; desenvolver programas de apoio à família, à maternidade e à infância, de acordo com a legislação pertinente; e cooperar com organismos públicos e privados no desenvolvimento de programas de interesse comunitário, para tanto celebrando convênios, acordos e contratos para consecução de seus objetivos.

Diante do exposto, esperamos poder contar com o devido apoio dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 242/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Incentivo ao Produtor de Algodão - Paraná + Algodão, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB-PR., que tem como objetivo a recuperação e expansão da cultura do algodão no Estado do Paraná, dentro dos padrões tecnológicos e ambientais de produtividade e qualidade, bem como estimular investimentos públicos e privados, visando promover o processo de verticalização e agroindustrialização, oferecendo incentivos fiscais aos produtores rurais interessados.

Art. 2º - O programa tratado no artigo 1º define pré-condições mínimas de qualidade de fibra do algodão e de práticas conservacionistas e fitossanitárias, que o produtor deverá observar, para se candidatar aos benefícios previstos nesta lei:

I - Que comprove através de documentação legal, a utilização de sementes de algodão, em quantidade compatível com a área plantada, de variedades recomendadas para o Estado do Paraná, produzidas e adquiridas de produtores de sementes devidamente registrados no Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

II - Que comprove, o uso de assistência técnica e, através de laudo técnico, que tenha realizado a incorporação e eliminação de restos culturais, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a colheita, com o objetivo de controle de pragas e doenças da lavoura de algodão, em especial o bicudo do algodoeiro.

III - Que, se solicitado pelos órgãos de pesquisas, disponibilize o manejo empregado em sua lavoura.

IV - Que disponha de sistema de eliminação de embalagens de agrotóxicos e adoção de práticas de redução de resíduos e de controle de poluição ou contaminação do meio ambiente, de acordo com disposições normativas oficiais.

V - Que não esteja inadimplente com suas obrigações junto à Receita Estadual.

§ 1º - O disposto no item I, em caráter excepcional, não se aplica para o ano safra 2000/2001.

§ 2º - No caso previsto no item IV, é facultado ao produtor rural, comprovar a utilização de infra-estrutura, de natureza comunitária ou coletiva.

Art. 3º - Aos produtores de algodão que atenderem os pré-requisitos definidos no artigo 2º, será concedido um incentivo fiscal de até 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação - ICMS, incidentes sobre o valor de comercialização de algodão.

Art. 4º - O incentivo previsto no artigo 3º, será pago ou creditado, de forma progressiva, vinculado à qualidade da fibra de algodão, atestada pelo Órgão Competente de Classificação do Estado, segundo:

I - Características das fibras de algodão - incentivo:

- a) Fibra padrão tipo 8/0 ou inferior, não terá incentivo;
- b) Fibra padrão tipo 7/8: 50% da alíquota do ICMS;
- c) Fibra padrão tipo 7/0: 60% da alíquota do ICMS;
- d) Fibra padrão tipo 6/7: 70% da alíquota do ICMS;
- e) Fibra padrão tipo igual ou superior à 6/0: 75% da alíquota do ICMS.

Art. 5º - O Programa Paraná + Algodão terá duração mínima de 03 (três) anos, tendo sua avaliação aferida por órgão a ser designado pelo Poder Executivo que emitirá parecer sobre sua continuidade ou não.

Art. 6º - São beneficiários do Programa Paraná + Algodão, os produtores rurais, pessoas físicas e jurídicas, regularmente inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado, que queiram os benefícios fiscais de que tratam os artigos 3º e 4º e seus parágrafos, que atendam as pré-condições mínimas definidas no artigo 2º e que concorram com o disposto no artigo 10.

§ 1º - Os produtores rurais interessados na obtenção do benefício de que trata o artigo 3º deverá se cadastrar junto ao Órgão determinado pelo Poder Executivo, através de laudo técnico, preenchido por profissionais devidamente habilitados.

§ 2º - Sempre que atendidas as exigências mínimas do Programa, prevista no artigo 2º, o beneficiário inscrito durante a vigência desta lei usufruirá dos incentivos, pelo prazo de vigência do Paraná + Emprego.

Art. 7º - Não será concedido o incentivo previsto nesta lei aos produtores que comercializarem algodão em carvão para fora do Estado do Paraná.

Art. 8º - A classificação do algodão será feita pelo Órgão Oficial de Classificação - CLASPAR - Paraná, ou por outra entidade autorizada e conveniada pelo Ministé-

rio da Agricultura e do Abastecimento com o Estado do Paraná.

Art. 9º - O valor do incentivo previsto nos artigos 3º e 4º, será pago ou creditado ao produtor de algodão diretamente pela indústria de beneficiamento, por ocasião da comercialização do produto, ou por incentivo concedido e anotado na guia de recolhimento quando a operação de pagamento do ICMS for realizada pelo próprio produtor, que poderá utilizá-lo como crédito do ICMS, após registro nos livros fiscais competentes.

Art. 10 - Fica criado o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão - FUNGODÃO, de acordo com a finalidade preconizada no artigo 12.

Parágrafo Único - O beneficiário do Paraná + Algodão, quando do recebimento do incentivo financeiro, deverá destinar 15% (quinze por cento) do valor total recebido ao referido Fundo.

Art. 11 - Além da fonte descrita no artigo anterior, o FUNGODÃO poderá receber outras contribuições dos produtores, das indústrias de beneficiamento, de dotações de natureza orçamentária do Estado e de instituições nacionais e internacionais.

§ 1º - A administração do FUNGODÃO, prevista neste artigo, será exercida por membros do Poder Executivo e representantes de entidades não governamentais do setor agrícola e industrial.

Art. 12 - Os recursos do FUNGODÃO, serão aplicados prioritariamente na pesquisa do algodão, objetivando a produtividade e qualidade das fibras, o controle das pragas e doenças da cultura, o treinamento de mão-de-obra e a realização de eventos técnicos, de acordo com o que for preconizado em regimento interno do referido Fundo.

Art. 13 - Caberá ao Poder Executivo regulamentar este Programa, competindo-lhe ainda:

I - eleger outros requisitos que auxiliem o enquadramento e concessão dos incentivos fiscais previstos nesta lei;

II - fixar normas e definir critérios para aplicação dos recursos do FUNGODÃO, em conjunto com os membros do Conselho Gestor do Fundo;

III - fixar normas e disposições complementares ao fiel cumprimento da presente lei e sua regulamentação;

Art. 14 - No prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente lei, o Poder Executivo editará normas complementares ao seu fiel cumprimento.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) NELSON TURECK

PROJETO DE LEI Nº 243/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Aos contribuintes que não tenham incorrido em infração de trânsito, fica instituído desconto no valor anual do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, nos seguintes patamares:

I - dez por cento (10%) no caso de não ter cometido infração de trânsito no ano civil anterior;

II - quinze por cento (15%) no caso de não ter cometido infração de trânsito nos dois últimos anos civis;

III - vinte por cento (20%) no caso de não ter cometido infração de trânsito nos três últimos anos civis.

Parágrafo Único - Os percentuais referidos nos incisos anteriores não serão cumulativos.

§ 2º - Constitui infração de trânsito a inobservância de qualquer preceito do Código de Trânsito Brasileiro, Legislação Complementar ou Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAM.

Art. 2º - Para a concessão de benefício previsto no artigo anterior serão consideradas as infrações das quais o infrator tenha sido notificado, pessoalmente ou através de remessa postal ou qualquer outro meio tecnológico hábil.

Parágrafo Único - A notificação devolvida por desatualização de endereço do proprietário do veículo será considerada válida para todos os efeitos.

Art. 3º - O desconto estabelecido nesta lei fica condicionado aos pagamentos do IPVA no prazos de pagamento já estipulados na Lei nº 13.026/2000, mantendo-se os descontos previstos naquela lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

É fato público que o trânsito no nosso Estado bem como em todo o Brasil encontra-se caótico - muitas são as campanhas que vêm sendo feitas em busca de uma maior conscientização dos motoristas que na contumaz desobediência das normas de trânsito colocam suas vidas, bem como a dos demais, em risco constante.

Mas mesmo a deflagração de tantas campanhas não tem surtido o efeito desejado, já que diminuiu o número de acidentes, mas não chegou ao desejado patamar que nos permita dizer que o trânsito está mais seguro.

O Código de Trânsito Brasileiro estabelece pesadas multas por infração às suas regras, bem como pontuação na carteira de motorista. Entendemos que assim como está se punindo os transgressores podemos igualmente distinguir os bons motoristas, estimulando-os

ainda na observância integral às leis de trânsito, bem como incentivar a adimplência do pagamento do IPVA, que sabe-se tem representado grande ônus ao orçamento de grande parte da população, principalmente daqueles que não possuem veículos apenas para o lazer, mas, também como instrumentos de trabalho.

Diante dos argumentos acima expostos, solicitamos o apoio dos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 244/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam revogado o artigo 5º da lei nº 13.035/2001.

Parágrafo Único - As atividades relativas à administração do sistema penitenciário, bem como as concernentes à supervisão e à fiscalização da aplicação de penas de reclusão e de detenção retornam à esfera de competência da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) ALGACI TULIO
RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A rebelião no presídio de Piraquara, que hoje já está no seu sexto dia, infelizmente já não é uma notícia incomum - temos assistido em nosso Estado episódios contínuos senão deste porte (com 4 mortos, sendo um deles funcionário do sistema penitenciário, que morreu em serviço), de proporções ainda maiores, se levarmos em consideração a destruição que os presos vêm causando (e que oneram sobremaneira os cofres públicos), a falta de segurança a que os agentes penitenciários ficam expostos no seu dia-a-dia (pois a cada rebelião os presos saem mais fortalecidos) e o crescente estado de revolta em todo o Estado, seja pelo exemplo de famílias desfeitas pela morte de seus pais, seja pelo descaso das autoridades com os episódios cada vez mais frequentes nas penitenciárias de todo o Estado.

Não podemos mais conviver com esta realidade, como se ela não fosse nossa. Como cidadãos paranaenses, temos o direito à segurança (que é cada vez mais inexistente, já que o crime organizado está sendo comandado de dentro dos presídios). Como seres humanos, não podemos ficar alheios àqueles que estão em celas lotadas, em condições desumanas de sobrevivência.

O sistema penitenciário está falido, sem nenhum poder - quem manda é o crime organizado. Dentro dos presídios, os agentes penitenciários muito pouco podem fazer e uma rebelião é eminente o tempo todo, já que a sua realização é de uma facilidade que espanta até os mais experientes. No momento em que explode o conflito

é que é possível se verificar a fragilidade do sistema penitenciário: celulares em grande quantidade, armas de grosso calibre, munição abundante, além de uma organização impecável de um código de ética respeitado entre os presos.

As penitenciárias são verdadeiras masmorras, tanto para quem está cumprindo pena como para quem trabalha no local. Atualmente quem entra para trabalhar num presídio não sabe se retorna - trabalhar tornou-se um risco tão grande que só o assustador desemprego que impera no mercado de trabalho faz com que os agentes não abandonem seus postos. Estão expostos, indefesos, aos "comandos" que imperam dentro dos presídios.

A situação é urgente. Os presídios são verdadeiras bombas prestes a explodir, colocando em risco a população que, mais indefesa ainda, está aqui fora.

As nossas polícias, já desfalcadas de pessoal, veículos e equipamentos (sem falar nos salários desanimadores) estão cuidando da população aqui de fora. O sistema de segurança do Estado já é bastante complexo e acompanhamos diariamente diversos problemas envolvendo esta área - como as recentes movimentações da Polícia Civil, a greve na Polícia Militar (que envolveu até as famílias dos policiais quando esposas foram interceder em frente ao Comando) e que não foram resolvidos, já que as corporações que fazem a segurança do Estado estão no aguardo de decisões do Governo para sanar seus problemas.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública, a que estão afetas as corporações Civil e Militar, além de outros órgãos acessórios, no nosso entendimento está sobrecarregada com mais esta atribuição de administrar o sistema penitenciário do Estado. Esta atribuição, anteriormente afeta a pasta da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, passou para a esfera da SESP pela Lei nº 13035 de 04 de janeiro de 2001 (Lei que alterou a estrutura organizacional do Estado do Paraná).

Com o objetivo de proporcionar um esforço concentrado na resolução deste grave problema do sistema penitenciário do Paraná, retornando sua administração à SEJU, estamos propondo a revogação do artigo 5º da já referida lei. Entendemos que desta forma, haveria condições de administrar com mais atenção esta área da segurança pública.

Não é possível que a sociedade civil continue convivendo com a vulnerabilidade de segurança que, a cada vez que explode uma rebelião nos presídios, se afigura. Não podemos viver mais expostos a afrontas que os "comandos" nos impõem de dentro das penitenciárias - este desafio precisa ter uma resposta à altura e não se trata de coibir apenas com punições severas o insólido arrojo e crescente petulância dos criminosos - ações para reformulação de todo o sistema penitenciário fazem-se necessárias e mais que urgentes. Entendemos que a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania tem condições de promover um estudo eficiente e rápido para a

tomada de decisões eficazes e com a urgência que o momento e situação caótica exigem.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Apenas uma consulta a Vossa Excelência. Nós fomos procurados na manhã de hoje, pelo presidente do Fórum Popular contra a venda da Copel, deputado Nelton Friedrich, que pediu que consultasse Vossa Excelência por ocasião da leitura no Expediente, do Projeto de Iniciativa Popular, na possibilidade de, ainda assim, encaminhar para ser anexado a esse projeto, cerca de 10 a 12 mil assinaturas, que foram entregues no final da tarde de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós receberemos com maior prazer e vamos acolher ao projeto original.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós estamos com projeto popular, estamos encaminhando de acordo com o Artigo 244.

O artigo 244 fala o seguinte: “A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa, de projetos de lei, subscritos por no mínimo um centésimo do eleitorado paranaense, distribuído pelo menos por 50 municípios, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles, obedecendo as seguintes condições...”

Isso tudo foi cumprido já, então nós estamos encaminhando ao departamento Legislativo, para atender o Artigo 244.

No Pequeno Expediente, deputado Neivo Beraldin.
Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Dois assuntos nos trazem na tarde de hoje, a usar do Pequeno Expediente e do Horário da Liderança do PDT.

O primeiro deles, se refere aos nossos professores do Estado do Paraná, que remeteram a nós, deputados, à sua Excelência o governador Jaime Lerner, à secretária da Educação, as seguintes cartas:

(Lê):

12/06/2001

Exmo.Sr.

Jaime Lerner

MD. Governador do Estado do Paraná

Nós, professores, professoras e funcionários deste Estado, temos uma história para lembrar. Há dois mil anos existiu uma pessoa humilde que passou a toda

humanidade as mais lindas lições de amor, de moral e do bem. Esse foi sem dúvida um homem incomparável. Porém, reunindo amigos e pretensos companheiros para uma ceia, foi beijado por aquele que o traiu. E é assim que nos sentimos, infelizmente a história se repete.

As lições de Cristo poucos entenderam e o beijo de Judas continua nas nossas faces, das pessoas que ainda hoje repassam as mesmas lições do mestre. Continuamos sempre senhor governador, a acreditar em Cristo e em tudo o que representa um ideal de vida. Em nossas mãos, Vossa Excelência já esteve adquirindo conhecimentos que seriam impossíveis obter sem a sua primeira escola.

Será que hoje, dignidade significa tão pouco? Será que essa foi a sua formação? Esquecendo-se do futuro, não só do Estado, mas principalmente de pessoas preparadas e que sempre deram o melhor de si? Se hoje o Paraná é o que é, não se deve à sua administração, mas sim ao funcionalismo que realmente impulsiona o futuro. Agora, Vossa Excelência acaba com carreiras, com vidas doadas a este Estado que amamos tanto. Que castigo merecemos por isto? Por Educar? Por formar cidadão? Que pena senhor governador, mas o poder, a ganância e o desprezo falam mais alto. Não aceitamos portanto o beijo de Judas, daquele que trai o seu povo, daquele que não tem mais consciência o que é verdadeiro e leal.

Encerramos esta mensagem, rogando ao nosso verdadeiro mestre que o proteja e ilumine. O futuro só a Deus pertence. Talvez nos encontremos novamente e quem sabe seus netos, bisnetos etc., não terão mais a oportunidade que Vossa Excelência já teve.

Esta é a carta ao governador, dos senhores professores, professoras e funcionários do Estado.

Carta à Alcyone Saliba:

(Lê):

Excelentíssima Senhora

Alcyone Saliba

MD Secretária de Estado da Educação

Funcionária do Banco Mundial

Pois é, primeiramente descobrimos que no Paraná, não há professores capacitados para exercer o cargo de secretária da Educação. E assim foi necessário importar de outro Estado, alguém que de educação já demonstrou não entender muito bem, o nosso sistema de finanças.

Tudo bem. Não é exatamente esse o seu verdadeiro papel?

Sabe colega, a título de informação nós do Paraná e com a sua conivência, estamos perdendo a carreira sabia disso? A propaganda veiculada no Brasil e até no exterior de que o Paraná é o Estado modelo isso deve-se ao povo paranaense, ao funcionalismo paranaense, aqueles que realmente trabalham para isso, formando, ensinando e preparando cidadãos e cidadãs e não o trabalho dos governantes mas, sempre há aqueles que não aprendem a lição e fazem disso um meio de vida. Imagine só, secretária, grampos nas escolas, já ouviu falar disso

alguma vez? Nós usamos grampos nos cabelos e não para escutas infames.

Enquanto nós, mestres e mestras, funcionários ativos e aposentados sofremos a desdita de perdermos a dignidade, rogamos ao mais sábio de todos os mestres que ilumine seus caminhos, sua consciência e a sua vida.

Um abraço dos mestres, funcionários ativos e aposentados do Estado do Paraná.

(O orador passa a usar neste momento, o Horário da Liderança do PDT).

Carta aos deputados:

(Lê):

Excelentíssimos deputados:

Chegamos finalmente a um impasse.

Reconhecemos a vitória dos senhores deputados. Aquela de acabar com a nossa paciência. Sabe, senhores deputados, começamos a sentir o sabor de derrubar pessoas. Por incrível que pareça, aprendemos essa lição com nossos ex-alunos. Assim é a vida. Vivendo e aprendendo.

Hoje vocês decidem as nossas carreiras votando um projeto de nº 411/2000, o qual nós chamamos de Projeto Titanic 2002, pois com ele afundarão mais de 1.500 pessoas e garantimos a Vossas Excelências que não serão professores, professoras e funcionários deste Estado do Paraná.

Tudo muda e estamos em época de mudanças. Tão necessárias, e faremos com certeza uma limpeza na Assembléia Legislativa.

Afinal, todos nós temos famílias e muitas são numerosas. Vocês acabam com a nossa carreira e nós com a de vocês, já que carreira política nunca mais. O que não nos mata, nos fortalece.

Pensem nisso. Até outubro de 2002.

Nosso abraço, dos membros e funcionários ativos e aposentados do Paraná.

Este era o assunto dos senhores professores.

O segundo assunto, eu e o deputado Eli Ghellere, que formamos a Bancada do PDT, não aceitamos de Sua Excelência o governador, e muito menos do chefe da Casa Civil, algum sentido negativo quanto a movimentação do dia organizados pelos sindicatos, pelos deputados, por aqueles do Paraná que não querem a venda da Copel.

Sua Excelência o governador, através dos seus secretários disse que não reuniu gente, que não tinha “xis” pessoas que era previsto. Pois estamos aqui neste instante, senhor presidente, senhores deputados, desafiando o governador do Estado do Paraná - se ele tem a verdade do lado dele e é suficientemente homem de cumprir a palavra que ele tem empenhado, faça um plebiscito no Paraná, vamos ver se o povo quer a privatização ou não quer. Não seremos nós, deputados que vamos votar um projeto que o povo não quer.

Não votaremos, mas aqueles que votarem, ficarão marcados por uma posição de falta de coragem do governador, de falta de decisão, de falta de ser homem coman-

dando o Estado. Se alguém tem dúvida, que a coloque na rua, consulte a população, vá ouvir a dona-de-casa, o estudante, o funcionário público, o industrial, o profissional liberal e a sua família, que é o Paraná, para ver se querem vender ou não a Copel.

Governador, mentir e querer induzir a imprensa falada, escrita e televisada, onde o senhor paga e não tem a coragem e não é homem de abrir, para nós, as contas da Secretaria de Comunicação deste Paraná, porque cada pedido feito nesta Casa é rechaçado pela Bancada Governista. Se o senhor não tivesse o que esconder, governador, e não fosse mentiroso como o é, apresentaria os gastos feitos no Paraná, com a comunicação. Vir mentir que teve “x”, “y” ou número do seu quociente, arbitrado por gente assalariada do governo e capacho - não aceitamos. Não aceitamos em nome daquelas pessoas que ali estiveram ontem. Se o número não chegou na quantidade que o governador desejava e que era anunciado, ele que faça plebiscito.

Volto a dizer: seja homem, Jaime Lerner! Consulte a população que o elegeu! Seja homem de decisão! Vamos fazer um plebiscito! Vamos ver se a Copel é do povo para tapar buraco da incompetência desse governo que aí está!

Encerro, senhor presidente agradecendo e uma vez mais cumprimentando os mestres, as professoras, os funcionários ativos e inativos deste Paraná, que terão, no dia de amanhã, orgulho de saberem que nesta Casa teve deputados e deputadas que lutaram por aqueles que nos ensinaram a ler e a escrever, e que aqui defendemos até o último instante. Tenham certeza, mestres, nós não faltaremos com vocês.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ELI GHELLERE

Pela Ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Eu gostaria de anunciar a presença e que constasse nas atas dos trabalhos, do nosso prefeito do PDT, Hugoberto Moreira Sales e também do vereador e seu assessor, de São Miguel do Iguaçu, Chico do Sindicato.

Obrigado por suas presenças.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho à tribuna, para chamar a atenção desta Casa, como já o fizemos há um mês e alguns dias atrás, quando trouxemos para o plenário da Assembléia um abaixo-assinado, uma manifestação dos agentes penitenciários, que naquela ocasião já demonstravam o conhecimento que tinham, de que teríamos uma nova rebelião na Penitenciária Central do Estado. Este material todo veio para esta Casa, encaminhamos em formas de requerimento ao

secretário da Segurança Pública, e lamentavelmente, de lá para cá o senhor secretário da Segurança Pública praticamente desconheceu e não tomou nenhuma atitude, quando os agentes já anunciavam que teríamos uma rebelião com mortes na Penitenciária Central do Estado.

Infelizmente, nenhuma providência foi tomada. O senhor secretário da Segurança Pública se limitou a baixar uma portaria, determinando aos policiais um novo tipo de vestimenta que deve ser utilizado nas delegacias de Polícia. Com isso o secretário se preocupou! O senhor secretário se preocupou na nova promoção dos delegados de Polícia, e isso aconteceu!

O senhor secretário da Segurança Pública se preocupou em fazer mudanças de delegados, de uma cidade para outra; com isto ele se preocupou! Lamentavelmente, com o mais importante o senhor secretário esqueceu, não deu a mínima atenção e aí estão os resultados, senhores parlamentares. Não se trata de uma questão pessoal deste parlamentar com o secretário, afinal de contas não o visito, há muito tempo já. Não tenho nenhum vínculo com o secretário, embora pertença ao meu Partido, e eu acho que até deveria pedir o seu afastamento do PTB.

Mas, venho à tribuna pedir à bancada governista que leve ao governador do Estado essa negligência do secretário da Segurança Pública, essa sua irresponsabilidade, ao não tomar nenhuma providência daquilo que foi colocado pelos agentes penitenciários, num protestos, feito em frente à Penitenciária Central do Estado, há um mês e pouco atrás, onde estive presente e que trouxe essa matéria aqui para Casa.

Dias depois, a Comissão de Segurança desta Casa, o deputado Ricardo Chab, que é o presidente da Comissão dos Direitos Humanos, também foi à Penitenciária Central do Estado, para tomar conhecimento das denúncias que faziam os agentes penitenciários. Nada, absolutamente nada foi feito; o senhor secretário preferiu ficar por aqui, tratando de questões burocráticas, do que tratar do sistema penitenciário. E tudo isso senhor presidente, começou num ato errado do governo do Estado, que nós não cansamos aqui de alertá-lo, que seria a transferência do Departamento Penitenciário, que era vinculado, de direito, de fato e corretamente à Secretaria de Justiça, ele tira e bota na Secretaria da Segurança Pública.

Ora, como é que está a segurança pública no Estado do Paraná? Está aí, diariamente a população sendo assaltada, seqüestrada, os assassinatos, as mortes que ocorrem em todos os cantos, nunca visto um nível e violência, em Curitiba, como estamos vendo agora!

Está aí o povo para dizer, as pesquisa apontaram, pelos meios de comunicação, da intranquilidade que vive o povo de Curitiba, da região metropolitana, do resto do Paraná inteiro, mas aqui, muito mais! Aí, o secretário que não cuida nem da segurança do povo, não cuida também do sistema penitenciário; em menos de 6 meses, 14 mortes verificadas na Penitenciária Central do Estado! Em menos de 6 meses, senhores deputados, é coisa séria, é de se fazer uma reflexão e de se fazer um questionamento.

Mas, afinal de contas, o secretário da Segurança está dando conta ou não está? Na minha opinião, não. Aqui, para o povo que pede segurança, estão aí os resultados, o alto índice de criminalidade que se verifica em Curitiba e na região metropolitana.

Dentro do sistema penitenciário os fatos estão acontecendo e eu trouxe agora, do meu gabinete, esse manifesto que está aqui, que eu li na ocasião, senhor presidente.

Vou tentar utilizar este Pequeno Expediente e ainda o espaço da Liderança do meu partido, para repetilo, para que os senhores saibam o que é que os agentes penitenciários estavam reivindicando.

“Os funcionários do sistema penitenciário do Estado, nesse ato representados pelos agentes penitenciários, abaixo-assinados, na condição de profissionais da área de segurança penitenciária, vêm solicitar uma visita desse conceituado meio de comunicação, deste parlamentar à unidade localizada em Piraquara, para constatações dos seguintes descontentamentos:

1º Obra paralisada, por falta de pagamento, para reforma da Penitenciária Central do Estado, destruída na época da primeira rebelião. Situação precária e de abandono, por parte do governo estadual.” Onde é que está a verba repassada pelo governo federal, para este fim?

2º Falta de equipamento de trabalho, rádios, comunicações e tudo mais; situação intramuro, local para canil, porém não existe nenhum animal, nem cachorro tem para colocar nos canis; falta de efetivo para dar proteção ou se necessário entrar na unidade no caso de motim.

Então, isso é um ponto fundamental, senhores parlamentares. Foi no dia 21 de março que aconteceu esse manifesto. Os agentes penitenciários já não estavam entrando naquela época na unidade prisional, porque não havia segurança.

A inexistência de alojamento para funcionários, a insalubridade, reposição salarial, remanejamento, o desinteresse do Governo em solucionar os problemas existentes no sistema Penitenciário que levam à decadência.

O setor jurídico não funciona adequadamente, e esse é um dos pontos que têm feito com que existam as revoltas no sistema penitenciário. Tem condenado que já está com sua pena vencida e permanece dentro do presídio.

Canteiros de trabalho, falta de material, passagem do sistema de Secretaria da Justiça para a Secretaria da Segurança, somente para acúmulo na pasta da mesma, sendo que a situação do funcionário, agente penitenciário continua a mesma coisa, e aqui vai ainda elencando outros fatos que são de extraordinária preocupação.

Por isso, senhor presidente, estou propondo aqui, hoje, com assinatura minha e do deputado Ricardo Chab, que alteremos, que revogemos o artigo 5º da Lei nº 13.035/2001 que alterou a estrutura organizacional do Poder Executivo, revogando o artigo 5º, e dizendo no

parágrafo único: As atividades relativas à administração do Sistema Penitenciário, bem como as concernentes à supervisão e à fiscalização da aplicação de penas de reclusão e de detenção retorna à esfera de competência da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

Este é o nosso desejo: deste parlamentar e tenho certeza, de Vossa Excelência, deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab
(Assentimento)

Deputado Algaci Tulio, estou atentamente ouvindo a sua explanação, com relação a todos os acontecimentos, e se nós, num breve relato, já tivemos esse entendimento, quando conversávamos a respeito disso, se nós pegarmos aqui um curto espaço de tempo e formos observar o número de ocorrências, de episódios, da Penitenciária Central do Estado, vamos observar claramente que depois da passagem do departamento penitenciário para a Secretaria da Segurança Pública houve um acréscimo de fatos lamentáveis, lastimáveis e que deixa toda a sociedade apreensiva.

Então, é preciso fazer imediatamente o seguinte: a Assembléia tem que tomar para si, essa responsabilidade porque ninguém agüenta mais, deputado, não agüenta a sociedade, não agüenta o coitado do policial militar que está lá há 48 horas sem almoçar, está ali postado de plantão esperando, aguardando o momento de agir, não sabe se invade, não sabe se não invade, não agüenta a família do interno, não agüenta a família do coitado do agente penitenciário, que é a maior vítima de todo esse processo.

Então, eu quero colocar o seguinte: que a Assembléia tome para si essa responsabilidade, de aprovar esse projeto, até em regime de urgência, para que possamos, deputado, transferir imediatamente o Depen de volta para a Secretaria da Justiça.

Um exemplo, que acho que cabe bem nesse processo que estamos vivendo agora: o secretário de Segurança Pública, José Tavares, teve que pedir as vagas dos presos daqui, para quem? Para o ministro da Justiça. Ora, então não é a segurança pública, não é a área da Segurança Pública, há que distinguir o que é a Segurança Pública, o que é cumprimento de pena, o que é preso de juiz, como se fala na linguagem popular.

Então, na verdade, o preso está ali para cumprir a pena que a Justiça lhe impôs. Para isso existe a Vara das Execuções Penais, ou seja, que executa a pena.

O secretário até tem conhecimento, tenho certeza absoluta disso, sei que ele bem conhece, também, o estabelecimento penal, o sistema carcerário, porque foi secretário da Justiça do Paraná, no governo Requião e foi secretário da Justiça agora, no governo Jaime Lerner.

Mas, é preciso dizer que uma pessoa só não pode acumular duas funções tão importantes.

Assim, estabeleço uma pergunta para que o governo nos responda:

- Durante esses 5 dias de rebelião na Penitenciária Central do Estado, o secretário José Tavares, da Segurança Pública cuidou da nossa segurança?

- Não cuidou da nossa segurança. Ele não teve tempo. Ele não fez outra coisa a não ser negociar com presos. Quem é que manda hoje, na segurança pública?

Nós não sabemos. É o Tavares que manda de direito mas de fato ele não manda, porque hoje, ele está lá, envolvido na negociação.

A negociação está terminando agora, segundo o que estou sabendo. Recebi uma ligação que está prestes a terminar a rebelião. Mas, quantas horas de sono perdido não teve o secretário Tavares?

Por isso e por outras razões é que nós dois estamos apresentando esse projeto para que revogue a passagem do Depen, para a Segurança Pública, para que o Depen seja devolvido à Secretaria da Justiça, e que o secretário da Justiça faça valer a sua condição de secretário, cuidando dos estabelecimentos penais.

Porque uma pessoa só, um ser humano não dá conta. É humanamente impossível. Nem se o Tavares fosse super-homem.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO

Deputado Ricardo Chab, as negociações tocadas pelo secretário foram desastrosas, e se não fosse a interferência do ministro da Justiça, José Gregório, certamente não chegaríamos a um denominador comum, porque tem que se dizer aqui: lamentavelmente um pai de família, um servidor público, um agente penitenciário tombou morto.

Na quarta-feira passada, deputado Moysés, nós já tínhamos dentro do presídio, para mostrar que o controle do presídio está fora das mãos da segurança, quatro mortes.

Quarta-feira da semana passada! somente ontem, veio à tona esse fato.

A situação é grave, estamos entrando hoje no sexto dia dessa rebelião que já fôra anunciada antecipadamente e que, lamentavelmente, por irresponsabilidade. É por isso que peço a cabeça do secretário da Segurança Pública.

Não é possível, está desgastado, não tem a mínima condição de continuar a exercer a função de secretário da Segurança Pública, muito embora seja um homem da área, mas lamentavelmente deixou muito a desejar.

Com aparte o deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Deputado Algaci, primeiro gostaria de cumprimentá-lo pela colocação eloqüente e dizer que o primeiro que falou aqui desta tribuna, que o Tavares não servia para a segurança, fomos nós, exatamente porque conhecemos o perfil dele.

Ontem, aquelas cenas que vi da Penitenciária do Paraná, não analisei nem como deputado, analisei como cidadão. Nós vivemos num estado de total insegurança.

Lembrei-me do poeta Chico Buarque de Holanda; tem uma canção dele que diz: “vai chegar uma hora, que nós vamos chamar o ladrão invés de chamar a polícia, porque o ladrão está melhor aparelhado”.

Os agentes penitenciários, conheço essa situação até por causa de Londrina, vivo também essa situação lá, mas as imagens mostram a fragilidade do nosso governo. Aqui não se trata nem de fazer crítica, é até construtiva, o Tavares, a figura dele é frágil hoje, lamentavelmente, porque ele não tem nem argumento para falar, quando o faz publicamente.

Hoje, a televisão no Brasil e no mundo inteiro está prestando um serviço, mas um serviço que nós não estávamos acostumados, que mostra a realidade.

O Tavares quando vai para a televisão, hoje em especial lá na própria penitenciária, está inseguro, e é o homem que cuida da segurança.

Então, não combina a insegurança dele demonstrada tacitamente na televisão, com o cargo que ele ocupa.

Quero dizer a Vossa Excelência, que está pronto um projeto que eu quis apresentar, já há dois, quatro meses atrás, a exemplo do que se fez em São Paulo, que criou a Secretaria Penitenciária.

Nós estamos em uma fase de enxugamento, mas hoje, como disse o deputado Chab precisamos ter alguém que cuide dessa responsabilidade. Quando o deputado Tavares saiu da Secretaria da Justiça, assumiu a Secretaria da Segurança, levou o DEPEN para lá porque ficou com “olho gordo” de uma verba de 15, 16 bilhões que veio do governo federal e que era para ser utilizada na Secretaria e ele foi pela ganância e vai morrer pelo pecado capital que é a gula.

Concordo com Vossa Excelência. Se fosse o governador Jaime Lerner o, tiraria hoje e não deixaria para amanhã, porque está demonstrando a insegurança do governo.

O SR. ALGACI TULIO

Obrigado, deputado Moysés Leônidas. Nosso tempo está esgotado. Eu gostaria de dizer que o secretário tomou para si toda e qualquer negociação. Esqueceu da Pastoral Carcerária, esqueceu do Conselho Penitenciário que existe, esqueceu de todo mundo que poderia ser útil nessas negociações, até das senhoras dos agentes penitenciários e hoje está lá a viúva com uma filha para criar, porque o agente penitenciário, com dez anos de trabalho, perdeu a vida pela irresponsabilidade, pela negligência do governo, na pessoa do senhor secretário.

Tenho certeza absoluta que esta família entra com uma ação contra o Estado, pela negligência e irresponsabilidade do seu secretário, que não levou em consideração o protesto e o abaixo-assinado passados a este parlamentar e a esta Casa pelos agentes penitenciários.

O SR. PRESIDENTE (Cezar Silvestri)

Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Foi um sucesso absoluto a manifestação produzida ontem aqui em Curitiba, pelo povo do Paraná, em que pese o esforço do governador Jaime Lerner para impedi-lo, pressionando as escolas para que os professores não viessem manifestar o seu inconformismo com este governo, em que pese a área de transporte pressionar os proprietários de ônibus do Paraná para que não cedessem ônibus para que o povo pudesse vir a Curitiba, em que pese as manifestações da imprensa, por parte do Governo, tentando diminuir este grandioso movimento da população do Paraná. O sucesso foi absoluto.

Milhares de pessoas vieram às ruas de todos os cantos deste querido Paraná para, como partícipes desse momento histórico para o nosso Estado, porque pela primeira vez a população se utilizou daquilo que lhe faculta a Constituição do Estado, para apresentar aqui neste Parlamento, um projeto de lei a fim de resguardar os seus interesses e aí reside a grandeza desse fato histórico para o Paraná. O povo, cumprindo com aquilo que está escrito na nossa Bíblia, na nossa Constituição, veio às ruas para manifestar e trazer nas suas mãos o seu peito e apresentar a esta Casa o projeto de lei.

Hoje a imprensa do Paraná, alguns jornais, e ontem a televisão, divulgaram números que não correspondem com a realidade, e observando a leitura dos jornais hoje, logo constatei que foi uma matéria orquestrada pelo governador Jaime Lerner ou pelos seus asseclas. Uma matéria que tinha mais ou menos o mesmo perfil em todos os jornais da capital e do interior, tentando menosprezar, desvalorizar e diminuir o manifesto do povo do nosso Estado.

O governador que está ali no Palácio Iguaçu, ilhado numa fantasia absoluta, governador que tem a petulância e a “cara-de-pau” de dizer que: “o manifesto da Associação Comercial do Paraná, da FIESP, do Sindicato dos Trabalhadores, da FAEP, da APP, da OAB, da OCEPAR, de todas as federações representativas do Paraná, não representam os sentimentos do nosso povo!”

O governador Jaime Lerner, tenta, na verdade, diminuir o nosso movimento, porque estaria ilhado na sua fantasia, na sua loucura de continuar governando o Paraná da forma mais indesejada possível. E o nosso movimento, o movimento do povo do Paraná foi coroado de pleno êxito, a começar lá pela Praça Santos Andrade, onde foi abençoado pelo Bispo de Curitiba Dom Pedro Fedalto, que emitiu uma nota. Diz a nota:

(Lê):

“Quem é proprietário de um bem pode dispor do mesmo, se não lhe faz falta.

Um esposo ou um pai pode alienar seus bens, se não fica prejudicada a esposa ou os filhos, quando os tiver.

Quando se trata de bens dos bens de uma entidade jurídica é necessária a aprovação da Assembléia ou se os estatutos prevêem esse poder, para a diretoria.

A Copel é um bem jurídico.

Para ser privatizada, devem ser consideradas as seguintes razões:

1ª - A Copel pertence ao Estado do Paraná e está produzindo energia para a população paranaense.

2ª - A Copel é rentável, dando lucro para o Estado.

3ª - Com esse lucro, podem ser feitos novos investimentos.

4ª - Se não for utilizado o lucro para novos investimentos, reverterá em benefício do Estado que o pode aplicar na educação, na saúde, na agricultura, na construção de novos presídios, na conservação das estradas e em outras obras.

Estaria a favor da privatização, se fosse deficitária e prejudicasse o bem comum do povo paranaense.

Por estas razões, pronuncio-me contra a privatização da Copel no momento.

Curitiba, 11.06.2001.

(a) PEDRO FEDALTO

Arcebispo de Curitiba"

Meus irmãos, minhas irmãs, caros deputados e deputadas. Quem ousaria duvidar do nosso Arcebispo de Curitiba - Dom Pedro Fedalto, um homem moderado, um homem tranqüilo, calmo e que tem uma posição muito clara de nunca ser precipitado nas suas decisões? E ele, em pessoa, foi lá nas escadarias da Universidade Federal do Paraná, para abençoar o povo do Paraná e para abençoar a marcha da população que, naquele momento, se dirigia a este Poder e à Praça Nossa Senhora da Salete.

Senhor presidente e senhores deputados, não nos interessa a opinião do governador Jaime Lerner, porque não tem moral, não tem crédito para dar opinião. Se ele vem a público dizer que eram duas mil, três mil, quatro mil pessoas que estavam no manifesto, não tem para nós a mínima importância. Não tem o mínimo significado, porque o governador Jaime Lerner não tem moral para fazer qualquer análise sobre as pessoas que aqui vieram, porque ele está na sua "Ilha da Fantasia" - no Palácio Iguaçu, fechado para o povo do nosso Estado, sem dar ouvidos às ruas e à população.

Desta forma, falo aqui, em nome do nosso PMDB, que desde o primeiro instante esteve contra a venda da Copel, desde o primeiro minuto, e continuaremos firmes e acreditando que venceremos esta parada. O povo do Paraná será respeitado nesta Casa. Não tenho dúvidas, senhores deputados, que a população vai sair vitoriosa, que os deputados obedecerão o sentimento que vem das ruas, que a população não será frustrada. E a maioria dos parlamentares, dignos representantes do povo do nosso Estado, não dirá não, não virará as costas ao povo e dirá - SIM. Erguerá sua voz e dirá NÃO ao governador que não

tem medido esforços para destruir o patrimônio do Paraná, que não tem medido nenhuma atitude para, na sua ânsia voraz, pertinente, destruir o Paraná.

E, ao concluir, senhor presidente, quero alertar aos deputados governistas na frase que o governador falou sábado para a imprensa. Alertado que foi pela maioria dos seus assessores de que a venda da Copel representaria um estrago absurdo na sua credibilidade, que nós não sabemos onde está esta credibilidade, mas ele se virou para o Chefe da Casa Civil e teria dito o seguinte: "Olha, Alcení, me dê o gosto de uma derrota".

Senhores deputados, o governador Jaime Lerner está em final de mandato, e a ele, perder ou ganhar tanto faz, porque provavelmente depois da sua derrota irá embora do Paraná e será consultor da Copel em Londres, se vender a Copel.

Agora, a vocês, deputados que estão aqui, acredito que faz muita diferença isso, ao governador é fácil dizer: "...me dê o prazer de derrota..." Ele que já foi derrotado, pelo senador Álvado Dias em 86, quando foi candidato a vice-governador; foi derrotado em 85 pelo Roberto Requião quando disputou a Prefeitura de Curitiba. Por isso ele já sabe o gosto amargo da derrota. Mas, evidentemente, nesse instante ele fala até zombando dos seus companheiros: "...me dê o prazer da derrota..."

Por isso, senhores deputados, vejam em que mato Vossas Excelências estão lenhando. O governador diz, porque ele não pode nem mais ser candidato, porque ele sabe que andar nas ruas é um perigo de vida até, porque a população já não agüenta mais vê-lo, pelos desatinos, pelas atitudes enlouquecidas que tem cometido contra o Paraná. Por isso, a ele não interessa mais nada. Agora, a Vossas Excelências, interessa sim, interessa estar de bem com o povo do Paraná.

Por isso, façam um apelo, reflitam, não fiquem do lado de um governador moribundo. Fiquem do lado do povo, este sim, dá gosto, e dá prazer de estar do lado, que é a população que nos manda aqui para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Cezar Silvestri**)

Quinto orador inscrito, Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados. O Secretário Rossoni perguntou se o som está melhor. Está bem melhor, sim, só que tem alguém batendo em algum lugar e está repercutindo aqui. Mas, tudo bem.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, veja, o som ficou maravilhoso, quero parabenizar a Mesa. O único problema é que os microfones estão todos ligados, e quando um deputado fala, a pessoa escuta lá no retorno. Então, a Mesa teria que tomar essa providência, talvez para desligar os microfones dos deputados e ligar apenas quando o deputado solicitar, para que não dê o retorno, e o retorno das conversas acabe por prejudicar a pessoa que está discor-

sando. Mas, de qualquer forma, eu quero parabenizar a Mesa pela melhora na qualidade do som que deu a esta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço o alerta. E espero que os funcionários que estão no controle do som recebam esta questão e que providenciem, porque o controle da Mesa dá essas condições.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Inclusive estou preocupado, porque se eu aumentar o tom da minha voz, talvez eu atrapalhe a entrevista do Deputado Algaci Tulio.

Senhor presidente, o jornal diz aqui o seguinte: “O Governador Jaime Lerner enviou nota oficial afirmando que respeita o direito de livre manifestação”.

Olha, sempre tardiamente o nosso governador.

Acompanhei a caminhada de todos os políticos do Paraná e nunca vi uma declaração dessas do Governador Lerner no tempo da ditadura, nunca. Ele sempre estava em outra. Nenhuma palavra para combater a violência se praticava contra a liberdade de imprensa, contra as artes, contra a cultura, nunca se manifestou para defender os interesses dos sindicatos, nada. Agora, os tempos são outros, ele diz isso, que respeita o direito de livre manifestação. Mas, tenho convicção que o movimento que está se verificando, em outras palavras, não representa o pensamento da sociedade paranaense. Veja bem, aquilo tudo que está acontecendo não representa o pensamento da sociedade paranaense! O próprio Alcení Guerra disse o seguinte: “Governador, tem uma pesquisa aqui onde 77% das pessoas entrevistadas são contra a venda da Copel”. E, aliás, o Secretário Alcení Guerra está muito preocupado com o número de pessoas que as Oposições trouxeram para essa manifestação. Talvez, senhores deputados tenhamos falhado no seguinte: se tivéssemos procurado o Secretário Alcení Guerra, e pedido para ele colocar, por exemplo, bicicletas das Lojas do Pedro, talvez nós tivéssemos muito mais gente na manifestação que fizemos ontem.

Essa manifestação de ontem, para aqueles que querem ver, foi uma síntese do pensamento do povo do Paraná. Senão vejamos: qual a manifestação da Federação da Agricultura do Estado do Paraná? Contra venda da Copel.

O que é que falaram aqueles que estão agregados na Ocepar, Organização das Cooperativas do Paraná? Contra a venda da Copel, as Cooperativas. Bom! Vamos caminhando. A Associação Comercial, como se posicionou a Federação das Associações Comerciais do Estado do Paraná? Contra a venda da Copel.

Então vejam bem: cooperativas, agricultura, associações comerciais. Como se posicionaram os industriais do Paraná? Contra a venda da Copel. Como se posicionou o comércio do Estado do Paraná? Contra a venda da Copel. Como se posicionaram os professores do Estado

do Paraná? Contra a venda da Copel. Como se posicionou o conjunto dos partidos políticos com as exclusões naturais? Contra a venda da Copel. Como é que se movimentou o movimento Social dos Sem-Terra, maior movimento talvez, no Brasil, nos dias de hoje? Contra a venda da Copel. A Igreja Católica. Tivemos a presença de dom Pedro Fedalto na Praça Santos Andrade e aqui Dom Ladislau B. no ato em frente ao Palácio Iguaçu. Como é que se manifestaram vários dirigentes evangélicos? Contra a venda da Copel. O próprio governo diz que tem pesquisa de 77% de pessoas do Paraná, contra a venda da Copel. As emissoras de televisão, os jornais fizeram outros levantamentos, bem mais favoráveis. Agora o senhor Alcení Guerra está preocupado em diminuir o número de pessoas que estiveram aqui.

Talvez esteja aí, companheiros deputados da Oposição, a saída para chegarmos à dívida do Estado do Paraná, porque em uma manifestação, que sejamos isentos, pela experiência que temos, e não vem ao caso o número de pessoas, pelo menos dez mil pessoas nós tínhamos. Por que diminuem? Diminuem o número das pessoas que estiveram na manifestação da mesma maneira que diminuem a dívida do Estado do Paraná.

Chegaram a dizer que ela era de cinco bilhões, mas sabemos que passa de quinze. Talvez seja o mesmo cálculo.

Agora o que precisamos é recobramos as nossas convicções. Falei aqui, em um dos primeiros pronunciamento em relação à problemática Copel, dentro desta Assembléia. Do jeito que as coisas estavam caminhando nós, no meu entendimento não tínhamos solução. Qual era a palavra de “ordem” então? Vamos às ruas. E foi o que fizemos. As manifestações que colhemos de todos os cantos apontam nessa direção, que nós estávamos certos. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Cezar Silvestri)

Consulto Vossa Excelência se ocupará o Horário das Oposições?

O SR. WALDYR PUGLIESI

Ocupo o Horário das Oposições. Muito obrigado.

Senhor presidente, nós somos políticos. Mas como tem gente covarde na política hein? Barbaridade. Quantos prefeitos que não sabem representar o mandato que têm, afinando diante de um governador do Estado! Mas porquê tanto medo, qual a retaliação?

Qual a perseguição? Por que não se levantam, num brado de independência? Prefeitos que não tem coragem de similar a vinda de cinquenta pessoas, de seu município, que querem vir, e a covardia desses que não apontaram a cabeça para fora, que trabalharam para impedir que os ônibus, muitos deles contratados, pudessem trazer os nossos companheiros para esta Capital, esse é o governo neoliberal.

Eu tenho aqui está na Folha do Paraná, de hoje, Oded Grajew, da Associação Brasileira de Empresários

pela Cidadania. Diz ele: “pela primeira vez na história o homem enfrenta uma ameaça real de auto-extinção, as mudanças climáticas, as crises de água e de energia, mostram que o modelo neoliberal está exaurindo o planeta. “A venda da Copel está inserida neste projeto neoliberal, o neoliberalismo é o pai da fome, da miséria e do desemprego, acabam, sob a égide da política neoliberal, com aquilo que existe no mundo todo. Estão falando, com relação à venda da Copel, coisas inimagináveis.

O presidente da Copel, por dentro, come o fígado da Copel, como diz o povo. Eu nunca vi e nunca será demais a gente repetir isso.

Como é que pode um presidente de uma empresa desmerecê-la, quando ela não merece esse desmerecimento? Falar que nós temos condições de competir com outras empresas do setor, olha, é abusar da inteligência daqueles ainda possuidores de poucos neurônios, porque não é possível brincar com a inteligência de todo um povo! Olha, falei que não interessa muitas vezes, o número: a representatividade, isso sim, interessa. Ou será que aqueles que se fizeram presentes, através da palavra de Dom Pedro Fedalto, necessitavam estar aqui, na frente do palanque? Ora, quantas vezes nós não podemos estar nos lugares onde gostaríamos de estar, quantos milhares e milhares de professores ou de trabalhadores gostariam de estar aqui, mas era uma segunda-feira, o dinheiro é escasso para a grande maioria, a não ser para esses que estão já com a mala pronta para se apropriarem do patrimônio, que se chama Copel, e foi construído pelo povo do Paraná há mais de cinquenta anos, numa luta que se somou durante todas essas décadas. Quem é que tem esse dinheiro?

Esses que estão esperando os aumentos das tarifas é que estão ali, isolados no Palácio Iguazu. Esse governo me faz lembrar outra figuração. Um cantor que não era bom cantor, para tentar chegar ao público, resolveu achar uma saída aí começou a tocar violão, quando depois de algum tempo, já dedilhando o violão, foi se apresentar, alguém falou: Está lá, só e mal-acompanhado...”

É o que está acontecendo com este governo: está isolado ali atrás das grades que colocaram em torno do Palácio Iguazu.

E eu espero, espero mesmo que os deputados que tenham em determinado momento pensado em votar contra a privatização da Copel e que depois mudaram de opinião, que voltem à posição anterior e votem contra a privatização da Copel, porque senão, no nosso entendimento, estará se cometendo um grande crime contra o amanhã, contra o futuro do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela Ordem, Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de registrar a presença aqui, nesta Sessão de hoje à tarde, do Presidente da

Câmara e Vereadores de Realeza, Vereador Noemar Rampaneli, do Vereador Sumair Zucchi, meu irmão, que aqui está, do Vereador Orlando Barela e do Vereador Osvaldo da Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrada a visita dos ilustres Vereadores visitantes, nos Anais desta Casa.

Pela Ordem, Pequeno Expediente, Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, nós também recebemos a visita do Presidente da Associação dos Professores, professor Romeu, e de pais de alunos de algumas escolas do interior do Estado.

Conforme entendimento com Vossa Excelência há um projeto que diz respeito às comunidades, relativo ao processo educacional no nosso Estado, no que tange à eleição de diretores.

É de autoria do Deputado Irineu Colombo, subscrito por vários deputados da Assembléia, que está apto para ser colocado em votação.

A Secretário de Estado da Educação, tinha manifestado que até o dia 30 deste mês de junho, um projeto seria enviado à Casa, em compromisso com os servidores da área de educação. Como possivelmente, se até lá não for votado, a solicitação que faço, é que, de alguma forma, a Assembléia Legislativa, dê uma resposta à comunidade educacional, colocando o projeto de iniciativa do Poder Legislativo, que é do Deputado Colombo, em pauta na discussão na próxima semana.

Se for possível no dia 20, que é uma quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo à Questão de Ordem de Vossa Excelência, solicitando colocar na Ordem do Dia do dia 20.

Será colocado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA (Questão de Ordem)

Senhor presidente, quero registrar aqui, a presença do senhor Lázaro Corrêa da Silva, um dos primeiros administradores da Regional do Pinheirinho, hoje atualmente morando em Jacarezinho.

Quero registrar a presença desse grande líder comunitário e também funcionário da Prefeitura de Jacarezinho.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrada a visita do nosso companheiro de Jacarezinho, da nossa região.

Com a palavra, Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, com a sua aquiescência, cederia o horário para o Deputado Augustinho Zucchi e peço permissão para o líder, se posso me inscrever no horário da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está inscrito, deputado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Obrigado.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Gostaria de comunicar ao Plenário que logo mais, terminada a Sessão, nós vamos ter uma reunião, novamente, da Comissão de Segurança Pública, última reunião pública, para tratar do estatuto da Polícia Civil.

Vamos receber hoje as Emendas propostas pelos Grupos que estudam a violência na Universidade Federal do Paraná, pessoal da Igreja Católica, da Paz, enfim, um segmento civil organizado, que deve apresentar as Emendas. E ao mesmo tempo, vou repassar, senhor presidente, se me permite, no plenário ao Deputado Algaci Tulio, que é o relator da CPI do Grampo, um Pedido de uma Informação que fiz lá atrás, quando começou a história de grampo, e hoje é que recebo, dizendo aqui, assinatura do Alcení Guerra, com relação aos grampos, Deputado:

“Investigação de Indício de Crime por escuta telefônica, ocorrida na cidade de Araucária, envolvendo os integrantes da Casa Militar é atribuição legal da Polícia Judiciária”.

É uma explicação que acho vai colaborar com a CPI do grampo.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não só registrar o que Vossa Excelência referiu, mas esta Presidência quer aproveitar a oportunidade para cumprimentar os membros da Comissão de Segurança, pelo excelente trabalho que está fazendo, de ouvir todos os segmentos envolvidos, e que têm interesse no Estatuto da Polícia Civil.

Queremos registrar também entre nós, a presença do deputado federal “Roveda” (?). Temos a máxima satisfação em recebê-lo nesta Casa.

Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhores deputados, visitantes da Assembléia Legislativa na data de hoje.

Ocupo esses cinco minutos, Deputado Divanir Braz Palma, apenas para fazer uma reflexão.

Não me importa, Deputado Nereu Moura, comentarmos aqui quantas pessoas vieram, etc. e tal. Sempre quando houve dúvida, em qualquer ação, no aspecto social, isso é muito importante, nós que militamos na vida pública, quando achamos que está certo ou está

errado, se foi grande a repercussão de determinado fato, ou não, temos que proceder ao princípio da empatia.

Não sei quantas pessoas tinha aí, Deputado Nereu Moura, mas gostaria que o Governo do Paraná colocasse 300, Deputado Vanhoni, em frente ao Palácio, para defender a venda da Copel.

Gostaria de fazer o processo de análise ao inverso.

Será que nós, deputados, temos que ficar nos jogando uns contra os outros? Será que esta decisão, de vender a Copel, no Paraná, atendendo aos interesses não sei de quem, vai ficar quem sabe, para nós aqui nos digladiarmos, os que são contra e os que são a favor?

Quem sabe não sejam muitos a favor?

Apenas e tão somente há orientação do Governo para que seja procedido desta forma.

Acho que temos que raciocinar, senhor presidente.

Daqui a pouco, Deputado Vanhoni, o que vai acontecer é o seguinte: O Congresso Nacional vai acabar por decidir, a interrupção da privatização das empresas de energia neste País, e vamos ficar aqui “com o picolé na mão”.

Vamos ficar aqui, apenas e tão somente, a população do Paraná, olhando quais foram os deputados que defenderam a venda da Copel e quais foram contra.

Por isso o seguinte: é um movimento que, em uma segunda-feira, deputado Vanhoni, aonde todos trabalham, aonde há realmente um envolvimento da população com o seu cotidiano, é difícil que as pessoas venham para uma manifestação pública, principalmente uma manifestação que é dirigida para um assunto que interesse ao Paraná mas que não tem um show, um atrativo que pudesse concentrar, quem sabe, milhares de pessoas, como alguém poderia supor.

Mas, o que temos que imaginar, é o princípio da empatia.

Gostaria de ver abaixo-assinado no Paraná, a favor da venda da Copel. Queria ver quantas assinaturas, a população do Paraná colocaria em um abaixo-assinado, a favor da venda da Copel.

Porque já que se diz que a população não está muito ligada na questão da Copel, acho que é um grande engano.

A população não está apenas opinando com relação à venda da Copel. A população opina com relação a um direcionamento do Estado do Paraná.

Está é a realidade.

Se fosse discutir a questão da Copel, uma questão de energia, puramente, uma questão de uma empresa construída ao longo de 44 anos, do Paraná, até que a discussão poderia ser diferente.

Mas a população se volta a discutir o encaminhamento dado pelo Governo do Paraná. E quero chamar a atenção desta Casa, em duas manchetes de jornais.

Em uma delas o Secretário Chefe da Casa Civil há algum tempo atrás, eu guardei, estampou na primeira página do Estado do Paraná dizendo o seguinte - houve negociação, sim. Tira a responsabilidade do governo e

joga aqui para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aonde diz que os deputados por isto ou por aquilo e coisa e tal poderiam estar decidindo os rumos desta empresa do nosso Paraná.

A outra, agora, apela...

(Término do Tempo)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo um minuto para Vossa Excelência concluir seu pronunciamento.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Outra manchete agora apela aos senhores deputados - Ora, não vamos nos deixar levar pela emoção - não vamos vender a Copel seria o caos. E nós assistimos, você acha que a população do Paraná vai concordar com esta afirmativa que tem que vender a Copel porque senão o Estado estaria num verdadeiro caos? É claro que a população se volta contra todas estas afirmações. Só que esta afirmação não tem o intuito, de esclarecer a população sobre a venda da Copel. esta afirmação tem o intuito, sim, de deixar aqui na Assembléia, aqui para nós decidirmos o que vamos fazer com a Copel e para deixar que os deputados então se manifestem.

Parabéns, Deputado Divanir Braz Palma, Vossa Excelência, que procura alternativa para esta questão, alternativa como teve o governador de São Paulo quando negociou com o Fernando Henrique para não vender agora a sua empresa de energia.

Então, deveríamos procurar alternativa, mas não deixar que aqui deputados e mais deputados pudessem colocar a Assembléia nesta encruzilhada e com certeza absoluta o Paraná inteiro, por mais que muitos não acreditem, está acompanhando esta história.

Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero cumprimentá-lo pelo comportamento que Vossa Excelência teve em todo este episódio que nós vivemos no dia de ontem.

O seu comportamento só o engrandece. Agiu de maneira isenta, imparcial, com espírito democrático, presidindo na plenitude aquilo que Vossa Excelência praticou no dia de ontem, comparecendo à praça para receber o projeto de iniciativa popular, referendado por mais de 120 mil pessoas. Vossa Excelência só fez crescer no conceito de todos nós.

É este o registro que com prazer estou fazendo neste momento.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradeço a Vossa Excelência esta manifestação.

SRA LUCIANA RAFAGNIN (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar no plenário, nas galerias do plenário, a presença de vários agricultores que com-

põem a Frente Sul da Agricultura Familiar, e também dizer que esses agricultores, cerca de 50 agricultores, estarão durante o dia todo de amanhã e também depois de amanhã, dias 13 e 14, estarão fazendo um jejum como forma de pressionar o Governo Federal para que ele receba a comissão, a coordenação da frente sul, receba e atenda essas propostas da agricultura familiar e também de pressionar o governo do Estado do Paraná que também agilize as propostas que já foram entregues há vários dias, inclusive há meses, e que o governo tem em mãos essas propostas e até agora não deu nenhum encaminhamento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sejam bem-vindos à nossa Casa de Leis.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, era nossa intenção fazer as alusões que fez o nosso Líder, Waldyr Pugliesi, até porque no início deste processo a, gente começou designado pelos companheiros como coordenador dessa frente contra a privatização da Copel. Ao final, todos nós nos transformamos em verdadeiros coordenadores.

Mas eu faço das palavras do Waldyr Pugliesi, as minhas palavras e quero também neste momento registrar meus agradecimentos e tenho certeza de todos que participaram da marcha de ontem, agradecimentos ao Comando Geral da Polícia Militar, ao Comando de Policiamento da Capital, ao BPTRN, ao Diretran, à Prefeitura Municipal de Curitiba, ao Prefeito Cásio Taniguchi, na pessoa de seu secretário do Governo, Benoni Manfrin - não colocaram nenhuma objeção ou obstáculo, para que se instalasse o palanque na Avenida Cândido de Abreu, defronte à Assembléia.

Também os nossos cumprimentos e agradecimentos à Polícia Rodoviária Estadual e a Polícia Rodoviária Federal, com quem mantivemos prévios contatos e também ao setor específico da Copel, que providenciou a instalação da chave necessária para se instalasse o chão que era necessário instalar.

Registro todos esses agradecimentos, porque foram pessoas com quem conversamos, para que pudessem nos ajudar no desenvolvimento dessa marcha, sem nenhum contratempo. E agradecer também, de modo especial, à imprensa, na pessoa de nosso integrantes do Comitê de Imprensa aqui da Assembléia, pela cobertura que deram ao evento.

Desde as primeiras horas de ontem, a imprensa televisionada e falada, através das rádios e os próprios jornais, mostravam e divulgavam a marcha e acompanharam *paripassu* o seu desenvolvimento, desde a Praça Santos Andrade até o final do ato público, defronte à Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Como presidente da CEI, encarregado de investigar a Sanepar, trago hoje um pré-relatório realizado junto à Sanepar. Esse relatório visa demonstrar indícios de irregularidades, com referência à venda de parte da Sanepar, ao Grupo Dominó, além do prejuízo ao Paraná, decorrente de tal operação.

(Lê):

“Fato nº 01 - Desequilíbrio acionário/gestão da empresa

O Grupo Dominó Holdings S.A. possui 34,75% do total de ações da Sanepar. Constatou-se um equilíbrio entre o número de ações adquiridas e o comando operacional exercido pelos diretores indicados por tal grupo na gestão da Sanepar; em relação às atribuições dos diretores indicados pelo Governo do Estado, detentor de 52,49% do total de ações. (Doc. 02).

A seguir tem-se exemplos extraídos do estatuto Social vigente na Sanepar, atualizado até a 78ª Assembleia Geral Extraordinária, de 21 de fevereiro de 2001, onde constam as atribuições de cada diretoria (Doc. 06 a 15):

Exemplo: ABRANGÊNCIA DAS DIRETORIAS INDICADAS PELO GRUPO DOMINÓ, DETENTOR DE 34,75% DAS AÇÕES TOTAIS DA EMPRESA:

1 - DO DIRETOR SUPERINTENDENTE:

a) planejar a expansão dos serviços de saneamento da Companhia e coordenar a elaboração do Plano Diretor de Saneamento da Companhia bem como acompanhar a aplicação das metas estabelecidas, promovendo sua constante atualização, tudo em conjunto com o Diretor de Operações;

b) desenvolver sistemas de organização e métodos;

c) propor metas, instrumentos normativos e decisório que definam as políticas de planejamento do sistema de saneamento da Companhia;

d) estudar e promover a introdução de novas tecnologia e serviços na Companhia;

e) planejar e coordenar a aquisição de equipamentos, materiais e serviços de mão-de-obra para os planos de expansão, em conjunto com o Diretor de Operações;

f) desenvolver estudos de mercado;

g) planejar e coordenar as atividades de comercialização dos serviços;

h) substituir o Diretor-Presidente em suas ausências;

i) coordenar, em conjunto com o Diretor de Operações, a contratação de empresas de serviços de sanea-

mento básico, visando adquirir novas tecnologia operacionais para a Companhia. (Doc. 12)

2. DO DIRETOR FINANCEIRO:

a) planejar e coordenar as atividades econômico-financeiras;

b) estudar e propor diretrizes e normas para execução da política econômico-financeira;

c) promover o acompanhamento do orçamento da Companhia, de acordo com os planos e programas estabelecidos;

d) gerir a captação das receitas operacionais e captar as receitas extra-operacionais;

e) promover a captação de recursos externos à Companhia, quando necessários;

f) administrar a aplicação dos recursos financeiros;

g) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros, quanto às formalidades, legais, administrativas, orçamentárias e contratuais, interagindo com os demais órgãos da empresa e com as partes envolvidas;

h) promover o registro contábil das operações realizadas pela empresa;

i) em conjunto com o Diretor de Relações com Investidores, administrar a política acionária da Companhia;

j) empreender, em conjunto com o Diretor Administrativo, estudos e propor alternativas que objetivem o equilíbrio econômico-financeiro dos planos de expansão patrocinados pela Companhia;

k) elaborar, em conjunto com o Diretor de Operações e o Diretor Administrativo, o Orçamento Anual e o Plano de Negócios da Companhia. (Doc. 12 e 12a)

3. DO DIRETOR DE OPERAÇÕES

a) planejar, coordenar e manter o controle das atividades de operação, manutenção, projetos, implantação e modernização do sistema de saneamento;

b) promover orientação normativa aos órgãos da Companhia em sua área de atuação;

c) programar, coordenar e controlar as atividades referentes a execução dos projetos e do orçamento de investimentos;

d) propor a especificação técnica dos equipamentos, materiais e serviços de mão-de-obra, para os planos de expansão;

e) elaborar e gerenciar os contratos, promover instalação e/ou aceitação dos projetos referentes a planta necessária à prestação dos serviços de saneamento;

f) orientar e acompanhar a elaboração e implantação de norma, métodos e rotinas operacionais, de acordo com as metas estabelecidas;

g) propor à Diretoria a celebração de contratos de parceria com outras empresas de saneamento;

h) realizar análise do mercado visando a melhoria da qualidade dos serviços existentes;

i) acompanhar as atividades da área no que se refere à sua participação no programa de expansão;

j) operar e manter o serviço de saneamento, comercializando os serviços e suas facilidades, administrando o faturamento dos serviços prestados, efetuando o planejamento do desenvolvimento dos serviços e operacionalizando sua implementação;

k) planejar e coordenar, em conjunto com o Diretor Superintendente, a aquisição de equipamentos, materiais e serviços de mão-de-obra para os planos de expansão;

l) executar, em conjunto com o Diretor Superintendente, o Plano Diretor de Saneamento da Companhia;

m) efetuar a aquisição de materiais correntes destinados a atender as necessidades da empresa, no que for aplicável;

n) proceder o recebimento, o armazenamento e a distribuição de materiais e efetuar o controle de estoques.

o) elaborar, em conjunto como Diretor Financeiro, e com o Diretor Administrativo, o Plano de Organização, o Orçamento Anual e o Plano de Negócios da Companhia. (Doc 12a)

Exemplo: ABRANGÊNCIA DE CADA DIRETORIA INDICADA PELO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, DETENTOR DE 52,49% DAS AÇÕES TOTAIS DA EMPRESA:

4. DO DIRETOR PRESIDENTE

a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

b) propor matérias ao Conselho de Administração;

c) coordenar as atividades de auditoria interna;

d) acompanhar a programação executiva e a avaliação final dos resultados;

e) desenvolver e coordenar as atividades do serviço jurídico da Companhia;

f) desenvolver e coordenar a política de comunicação social;

g) representar a Companhia perante o poder concedente e empresas afins;

h) representar a Companhia perante outras empresas congêneres do setor de saneamento para estabelecimento de políticas conjuntas;

i) representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;

j) apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária. (Doc. 11 e 12)

5. DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

a) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e comunicação entre os acionistas, Bolsas de Valores e Mobiliários (CVM);

b) estudar e propor diretrizes e normas para as Relações com Mercado;

c) promover a valorização das ações da Companhia no mercado financeiro, através da permanente divulgação de informações ao mercado financeiro, pertinentes às operações da Companhia. (Doc. 12a)

6. DO DIRETOR ADMINISTRATIVO

a) coordenar o desenvolvimento de estudos de caráter organizacional, prestando assessoramento específico para a solução de problemas administrativos a todas as áreas da empresa;

b) administrar os serviços de transporte da empresa, buscando dar atendimento às necessidades de locomoção de pessoal, equipamentos e cargas em geral;

c) planejar, coordenar e orientar o apoio administrativo, referente à administração, manutenção e conservação de prédios;

d) planejar, coordenar e executar as atividades relativas a administração de pessoal;

e) promover e estimular a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de recursos humanos;

f) administrar as atividades relativas à assistência médica, odontológica e social dos empregados e seus dependentes, bem com atender as obrigações inerentes à segurança do trabalho;

g) empreender, em conjunto com o Diretor Financeiro, estudos e propor alternativas que objetivem o equilíbrio econômico-financeiro dos planos de pensão patrocinados pela Companhia;

h) elaborar em conjunto com o Diretor Financeiro e com o Diretor de Operações, o Plano de Organização, Orçamento Anual e o Plano de Negócios da Companhia.” (Doc. 13)

NOTA AO ITEM “h”: Caso não haja consenso entre estes Diretores quanto à elaboração dos referidos documentos, deverão tais Diretores deliberar por maioria de votos quanto à versão final dos mesmos. Ressalte-se que são três os Diretores, sendo dois, a maioria, pertencente ao Grupo Dominó, ou seja, quem efetivamente administra a empresa de saneamento do Paraná - Sanepar, com apenas 34,75% de suas ações totais é o grupo Dominó Holdings S.A., pois os documentos citados determinam a gestão da empresa.

Senão vejamos:

Art. 21.

§ 1º do Estatuto:

“O Plano de Negócios da Companhia conterá os planos e as projeções para o prazo de 2 (dois) exercícios financeiros, podendo ser atualizado a cada semestre, e abordará em detalhe:

a) as atividades estratégicas da Companhia, incluindo qualquer projeto para construção ou expansão de instalações;

b) os novos investimentos e oportunidades de negócios, incluindo, os das contratadas e coligadas da Companhia;

c) os valores a serem investidos ou de outra forma contribuídos a partir de recursos próprios ou de terceiros;

d) as taxas de rentabilidade a serem obtidas ou geradas pela Companhia.

§ 2º do Estatuto:

O Orçamento Anual da Companhia refletirá o Plano de Negócios, e deverá detalhar as receitas e as despesas operacionais, os custos e investimentos, o fluxo de caixa, as inversões de recursos com recursos próprios ou de terceiros e outros dados que a Diretoria Executiva considerar necessários.

§ 3º do Estatuto:

O Plano de Organização, o Plano de Negócios e o Orçamento Anual serão elaborados pelo Diretor de Operações, Financeiro e Administrativo. Caso não haja consenso entre estes diretores quanto à elaboração dos referidos documentos, deverão tais diretores deliberar por maioria de votos quanto à versão final dos mesmos, que serão encaminhados para aprovação da Diretora Executiva, como órgão colegiado, não podendo, em função de sua natureza técnica, tal deliberação ser avocada pelo Conselho de Administração. (Doc.11)

Ressalte-se que o Conselho de Administração é o órgão máximo da Sanepar e nem ele pode deliberar sobre tais documentos, pois o Estatuto os exclui de decidir a vida da empresa sobre o argumento de que tais assuntos são de natureza técnica, como se os conselheiros não tivessem conhecimento técnico.

7. DO DIRETOR DE NOVOS NEGÓCIOS

a) prospectar e desenvolver novos negócios;

b) coordenar, dirigir e gerenciar estudos em projetos estratégicos e parcerias em empreendimentos não relacionados diretamente ao objeto principal da Companhia;

c) gerir os contratos de concessão. (Doc 13)

Resumo da abrangência de alguns valores mais significativos

DIRETORES INDICADOS PELO GOVERNO (52,49% das ações totais)	VALOR (em reais)	NATUREZA
1. Diretor Presidente (Doc. 16)	1.619.507,08	Despesas operacionais
2. Diretor de Novos Negócios (Doc. 20)	620.788,38	Despesas operacionais
3. Diretor de Relações com Investidores (Doc. 21)	1.298.843,23	Despesas operacionais
4. Diretor Administrativo (Doc. 22)	741.991,97	Despesas operacionais
5. Diretor Administrativo (Doc. 56 verso)	123.950.000,00	Despesas com Pessoal

DIRETORES INDICADOS PELO GRUPO DOMINÓ (34,75% das ações totais)	VALOR (em reais)	NATUREZA
1. Diretor Superintendente (Doc. 17)	728.165,11	Despesas operacionais
2. Diretor Financeiro (Doc. 18)	441.739,00	Despesas operacionais
3. Diretor de Operações (Doc. 19)	1.493.184,51	Despesas operacionais
ALGUNS VALORES SIGNIFICATIVOS		VALOR
• Receitas comerciais (anual) - (Doc 56 verso)		679.754.000,00
• Despesas comerciais (Doc 56 verso)		54.227.000,00
• Custo dos produtos e serviços (Doc 56 verso)		217.666.000,00
• Contas a receber de clientes (Doc 55 verso)		169.532.000,00
ALGUNS VALORES SIGNIFICATIVOS		VALOR
• Estoques (Doc 55 verso)		9.829.000,00
• Receitas de aplicações financ. (Doc 55 verso)		12.666.000,00
• Disponibilidades-pos.31.12.200 (Doc 55 v.)		11.958.000,00
• Programa de Investimento (Doc 31)		184.234.000,00
• Financiamentos (circulante) - (Doc 56)		79.859.000,00
• Empreiteiros e Fornecedores (Doc 56)		43.264.000,00
• Financiamentos (longo prazo) - (Doc 56)		736.425.000,00
• Juros e encargos financeiros (Doc 56 verso)		23.606.000,00
• Receitas financeiras (Doc 56 verso)		7.383.000,00
• Estoque de obras (imobilizado) - (Doc 61)		11.186.000,00

* Dados extraídos do Relatório Anual de Administração - Exercício de 2000 (Doc 42 a 69)

NOTA:

• Não foi relacionada a conta do imobilizado (sistema de água e esgoto), por não existir gerenciamento dinâmico, bem como obras em andamento, por considerar o programa de investimento).

• As despesas referentes à assistência social e previdenciária, há uma estrutura organizacional com autonomia e conselhos.

• Salários e encargos no circulante já compuseram a conta de despesas ou rateio (salários a pagar).

Fato nº 2 - Venda de ações com valor abaixo do patrimônio líquido

O Governo vendeu 34,75% das ações totais da Sanepar pelo valor de R\$244 milhões (Doc. 32), quando o valor do patrimônio líquido no exercício financeiro de 1997 era de 970 milhões de reais (Doc. 80), sendo que 34,75% desse valor totalizariam 337 milhões de reais, portanto houve a transferência do dinheiro público para o setor privado no total de R\$93 milhões.

NOTA: Tomamos como referencial o patrimônio líquido correspondente ao exercício financeiro de 1997,

uma vez que a operação de venda das ações da Sanepar ocorreu em meados de 1998, e o patrimônio líquido deste ano ainda não havia sido apurado.

Fato nº 3 - Recursos aplicados na área social X recursos captados a fundo perdido X lucratividade

A Sanepar aplicou em obras sociais no período de 1998 a 2001, abrangendo os programas Saneamento Rural, Vilas Rurais, Prosanear e Morar Melhor, o valor de R\$47 milhões e 586 mil, e recebeu no mesmo período, como repasse a fundo perdido, o montante de R\$27 milhões e 195 mil (recursos de terceiros não onerosos) - (Doc. 24).

Como resultado da aplicação líquida de recursos da empresa em investimento e custeio, obteve-se o valor de R\$20 milhões e 391 mil, ou seja, uma média de R\$5 milhões e 97 mil por ano, o que significa apenas 0,75% das receitas operacionais do exercício financeiro de 2000, que totalizaram R\$679 milhões e 754 mil (Doc 56 verso)

Ressalte-se que o ano de 2000, não fugiu a esta regra, visto que as aplicações totalizaram R\$9 milhões e 881 mil e o ingresso a fundo perdido foi de R\$4 milhões e 904 mil, o que resulta numa aplicação líquida da empresa de R\$4 milhões e 977 mil, inferior, portanto a média dos últimos quatro anos. Isso significa que quanto maior é a lucratividade da empresa, menor vem sendo a aplicação no social (Doc. 27).

Senão vejamos: em 1999, a lucratividade líquida por ação da Sanepar foi de R\$0,18, enquanto que no exercício financeiro de 2000, atingiu o patamar de R\$0,41 por ação, aumento, portanto, de 127%. (Doc. 56 verso)

NOTA: A Sanepar objetivando essa exacerbada busca por lucratividade, esquece que administra por concessão, um fator essencial de saúde pública, ou seja, “o saneamento básico”.

OBSERVAÇÕES:

1. Nos valores de aplicação, discriminados neste item, incluem-se os valores com o custeio da empresa nos programas sociais (Saneamento Rural, Vilas Rurais, Prosanear, Morar Melhor) - (Docs. 24 a 28).

2. Nas informações prestadas pela Sanepar não foram evidenciados os valores com gastos referentes a tarifa social das entidades de Utilidade Pública, por isso não foram destacados (Docs. 29 e 30).

Fato nº 4 - A Sanepar adota um modelo de tarifação injusta com a classe menos favorecida

A tarifação adotada pela Sanepar, com base no Programa Nacional de Saneamento - Planasa, já extinto, cobra por um consumo mínimo, e considera subsídios cruzados em que as cidades abastecidas que geram lucro cobrem o prejuízo das deficitárias. Em relação a Curitiba, esta subsidia com o seu lucro o prejuízo de um elevado número de cidades.

Com essa sistemática ultrapassada, os que consomem menos de 10 m3/mês, geralmente a classe menos

favorecida, acabam subsidiando quem possui consumo real acima de 10 m3.

Ressalte-se que a maioria dos consumidores que pagam taxa mínima, tem seu consumo mensal entre 4 e 6 m3, não havendo a cobrança do consumo real medido, ferindo assim o Código de Defesa do Consumidor, na medida em que fornece apenas parte do serviço que cobra.

Fato nº 5 - Aval sem contrapartida dos parceiros estratégicos

O Governo do Estado forneceu 100% do aval do financiamento obtido pela Sanepar junto ao Governo japonês para o Paranasan, todavia, possui apenas 52,49% do total de ações da Sanepar, enquanto os parceiros, também beneficiados com o empréstimo, não ofereceram garantias adicionais. (Doc. 34)

Esses recursos, segundo declaração do Diretor Financeiro da Sanepar à Comissão Especial de Investigação, totaliza 390 milhões de dólares e a Sanepar já licitou em torno de 225 milhões de reais, tendo ingressado na empresa algo em torno de 130 milhões de reais, conforme extraído das notas taquigráficas da CEI da Sanepar. (Docs. 33 e 34)

Fato nº 6 - Provável privatização da Copel tem duplo sentido

Quando da venda de parte das ações do capital social da Sanepar, a Copel adquiriu 15% das ações do total privatizado, pois faz parte do Grupo Dominó detentor de 34,75% das ações totais da Sanepar (Doc. 06).

No caso da Copel vir a ser privatizada, ocorrerá de forma direta, a venda de mais uma parte da Sanepar, o que é mais grave, e sem necessitar da anuência do Legislativo, uma vez que as ações da Sanepar estão inseridas no patrimônio da Copel. O que caracteriza uma intenção implícita do Governo do Estado em se desfazer de forma inescrupulosa do patrimônio dos paranaenses.

CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO

1. Adotar medidas para alteração imediata do estatuto social da Sanepar, visando reequilibrar o mando da gestão da empresa em relação à sua composição social e acionária.

2. Adotar medidas para ressarcimento dos recursos a fundo perdido recebidos pela Sanepar, em benefício dos parceiros estratégicos, considerando tais valores como adiantamento para aumento do capital do governo.

3. Determinar um percentual dos investimentos ou receitas da Sanepar para aplicação na área social que seja representativa das suas reais necessidades, e que tenha a participação do Poder Legislativo.

4. Adotar medidas legais cabíveis no sentido de responsabilizar o governador Jaime Lerner, bem como a diretoria da Sanepar, por ele indicada, visando ressarcir os prejuízos causados ao patrimônio público, pela venda

de parte da Sanepar por preço inferior ao valor líquido patrimonial, o que significa evasão de dinheiro público.

5. Determinar que a tarifação da Sanepar seja efetivada pelo consumo real medido e não por uma estimativa de consumo mínimo de 10m /mês, sem amparo em base científica, e efetivado de forma injusta.

II - RELETÓRIO PARCIAL **SOBRE PROJETO EMERGENCIAL DO KARST**

OBJETO

Este relatório parcial visa demonstrar indícios de irregularidades e desperdício de obras emergenciais do Karst.

FATO Nº 1 - RIMA Posterior à Realização das Obras.

A Sanepar, após empenhar a vultosa quantia de R\$17.442.000,00 (dezesete milhões e quatrocentos e quarenta e dois mil reais) (Cod. 127), os valores originais do período de 1995 a 2000, é que foi contratar estudo de impacto ambiental - Relatório de Impacto Ambiental (Rima) no valor de R\$198.820,00 (cento e noventa e oito mil e oitocentos e vinte reais) em 03.03.2000, ou seja, após a obra estar concluída em quase 100%, tendo em vista seu início em julho de 1995. (Docs. nºs 128 e 129).

FATO Nº 2 - Prejuízo pela falta de estudo prévio.

A falta de estudos detalhados na fase de projetos, precipitou a empresa a dispendar tamanha fortuna numa obra, a qual, pela natureza e circunstâncias poderia se justificar, porém, naufragou no prejuízo de ver, ao final da obra, um resultado que atualmente opera com 200 litros por segundo, e conforme informado pela Sanepar há autorização do IAP para operar até 300 litros por segundo, quando a previsão inicial era de 600 litros, por segundo, atingindo, portanto, apenas 50% da meta prevista. (Doc. 131).

RECOMENDAÇÃO

Instaurar procedimentos no sentido de identificar os responsáveis pelo fracasso do projeto emergencial responsabilizando-o pelo desperdício de recursos públicos.

IV - RELATÓRIO **MAISON SERVIÇOS TÉCNICOS** **PROFISSIONAIS LTDA**

PROJETO

Constatação de fortes indícios de prática de fuga de passivo trabalhista com atribuição de ônus à Sanepar.

Assim também constatou-se fatos pertinentes ao preenchimento irregular de vagas sem concurso público, obrigatoriedade determinada pela Constituição Federal.

FATO 1 - Fuga de passivo trabalhista com atribuição de ônus à Sanepar e preenchimento de vagas sem concurso público.

A empresa Maison Serviços Técnicos Profissionais Ltda, manteve com a Sanepar desde 1993 até 1999, 1.100 (mil e cem) funcionários e mais um número elevado de veículos, renovando o referido contrato por 06 (seis) anos sem licitação. (Doc 38).

O contrato era renovado a cada ano, por seis anos consecutivos, como se fosse serviço de uso contínuo, conforme preceitua a Lei nº 8666 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Doc. 35).

A nova licitação em 1999, diminuiu o número de pessoal para 485 (quatrocentos e oitenta e cinco). (Doc. 38).

Contrato ganho pela empresa Mercado Construções.

Esse contrato foi renovado no final do ano passado por mais um período de um ano, com 385 (trezentos e oitenta e cinco) funcionários.

O valor do contrato de 1999 foi de R\$12.182.358,00 (doze milhões, cento e oitenta e dois mil e trezentos e cinquenta e oito reais).

Em 2000, foi de R\$10.250.000,00 (dez milhões e cinquenta mil reais) para fornecer 388 (trezentos e oitenta e oito) pessoas. (Doc. 38).

Ressalte-se, então, qual era o valor atualizado monetariamente pago de 1993 a 1999, quando o número de pessoas era de 1.100? (segundo o diretor administrativo da Sanepar, Luiz Carlos Bueno Filho) (Doc. 37).

Consta da relação de empregados, encaminhada pela Sanepar com seus respectivos salários e encargos sociais de apenas 366 pessoas (Docs. 148 a 156), cujos salários variam de R\$514,60 (quinhentos e catorze reais e sessenta centavos) a R\$7.397,46 (sete mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta e seus centavos). (Doc. 149).

As vagas preenchidas e seus respectivos cargos e valores de salários, sofrem o acréscimo de 36,80% a título de encargos, os quais se não foram totalmente recolhidos, resultarão em passivo trabalhista da empresa contratada e da Sanepar como contratante, respondendo esta subsidiariamente.

Como a Empresa Maison não existe mais, sendo que encerrou suas atividades em 1999, todo o eventual passivo trabalhista recairá somente à Sanepar (Doc. 35)

As pessoas que faziam parte do contrato entre Sanepar e Maison em 1993, salvo alguns que se demitiram ou foram demitidos, continuam na Sanepar, até agora, prestando serviços dos mais variados, sob a gerência da mesma. (Doc. 157 a 182).

A Sanepar, para preencher uma vaga desse tipo de quadro de pessoal contratado, o faz como se fosse serviço técnico administrativo, através de licitação para contratação de serviços, em burla inequívoca de concurso público, que é exigência constitucional.

Tal ato só é possível com a conivência da diretoria da Sanepar, aliada à Inspeção do Tribunal de Contas do Estado, que mantém técnico exclusivo para fiscalizar as atividades da empresa, tendo, inclusive, uma sala e equipamentos à sua disposição, cumprindo expediente normal na Sanepar, bem como de outras pessoas poderosas externas à Sanepar.

Esse tipo de procedimento para preenchimento de vagas da empresa, facilita a inclusão de pessoas na Sanepar, que o grupo do alto escalão da mesma recolhe a seu bel prazer, e define ainda os salários que os escolhidos irão perceber, agindo como se fora uma empresa privada, bastando para isso uma comunicação à empresa contratada, para que essa atualize seu cadastro para emitir o faturamento mensal, com isso:

a) Fica facilitada sob maneira o protecionismo, o senhorio, o desmando, o mau uso do dinheiro público, pois tal empregado, se concursado teria salário menor. Exemplos:

CARGO	SALÁRIOS E ENCARGOS	DOC. Nº
Assistente de Comunicação de Imprensa VII	R\$7.397,46	149
Engenheiro Técnico VII	R\$7.397,46	157
Assistente de Comunicação e Imprensa IV	R\$3.427,72	156
Analista de Informação IV	R\$3.427,72	149
Assistente Comunicação e Imprensa III	R\$3.155,50	154
Analista Progr. Org. IV	R\$3.427,32	154
Assistente de Comunicação Imprensa IV	R\$3.352,53	148
Engenheiro Civil IV	R\$3.247,31	148
Assistente Social IV	R\$3.364,62	148
Assistente Social III	R\$3.115,22	149
Assistente Social II	R\$2.727,74	150
Geólogo III	R\$2.803,93	153
Agente Técnico Administrativo VII	R\$2.192,28	150
Advogado III	R\$2.597,83	153

b. Outro exemplo, desnecessário citar, é a inclusão da esposa de coordenador da área de recursos humanos, bem como de ex-empregado aposentado da Sanepar. (Doc. 156)

c. A razão da Gerência de Unidade de Recursos Humanos em parecer 1274/99, explica que “ressaltamos que é inviável a contratação de qualquer outra empresa”, que não a empresa Maison Serviços Técnicos e Profissionais Ltda., esta que foi contratada pelo período de 30 dias.

Senhor presidente, solicito a Vossa Excelência, não falta muito, ou se assim entender, poderei então concluir meu pronunciamento amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Isso Vossa Excelência já está inscrito no Pequeno Expediente de amanhã.

O SR. NEIVO BERARDIN

Não! O Pequeno Expediente não...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Grande Expediente.

O SR. NEIVO BERARDIN

O assunto é tão grave, senhor presidente, que evidentemente teremos, penso eu, nas próximas horas, o afastamento da diretoria da Sanepar pelo Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário das Lideranças.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Gostaria, senhor presidente, de parabenizar o Deputado Neivo Berardin pelo seu relatório e dizer que é por essas e outras que precisamos pensar seriamente em privatização.

Esses “cabides de empregos”, esses exageros levam a esta situação que está a Sanepar hoje. O Estado é mau gerente, o Estado sempre foi mau gerente, tem que cuidar das coisas essenciais.

Parabéns, Deputado Neivo Berardin!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Quero registrar a presença do presidente da Câmara de Itibagui, Aristeu Ribas; os vereadores Nelson Pavezi e Nicolau Carvalho e também, o presidente da Câmara Municipal de Imbituva, Gaspar W. Neto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Colocando ao deputado Divanir que, na verdade o que precisa não é acabar, necessariamente, ou privatizar tudo, é fiscalizar; a Assembléia Legislativa exercer em profundidade o seu dever enquanto Órgão Fiscalizador e acima de tudo, acabar com a corrupção no Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PF; PSB; PSC; PST; PSL;

PPS.

(**Declinam**)

Consulta a Liderança do PT. Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor deputado Divanir Braz Palma, aproveito, o meu pronunciamento não é a esse respeito, da Sanepar, mas aproveito para fazer uma breve reflexão, porque pelo o que o deputado Neivo Beraldin trouxe aqui, há um desvio de dinheiro público de uma empresa que cuida da água.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

É o caso do Banestado, também, ilustre deputado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

É o caso do Banco do Estado, que o seu Secretário de Governo, o senhor Giovani Gionédis e outros administradores do seu governo deixaram um rombo de cinco milhões e seiscentos para o povo pagar.

Mas, esse debate nós faremos amanhã, com bastante tempo, se é para trocar impressões a respeito do Governo do Estado, Banestado, essas coisas.

Agora, o que me traz à tribuna é a respeito da manifestação de ontem, da Copel. Acho que é difícil fazermos uma análise, se tivermos que ser pautados pelo Chefe da Casa Civil, o ex-deputado e ex-ministro, hoje Chefe da Casa Civil o senhor Alceni Guerra. Porque eu vi que a manifestação de todos os deputados acabaram e a própria imprensa, a própria mídia ficou pautada por essa colocação de que se tinha duas, três, vinte, quinze mil, acho que o debate que a sociedade paranaense quer e que temos que fazer é em relação ao processo de privatização da Copel e saber se a Copel deve ser privatizada ou não.

O governador e o Governo do Estado têm colocado a necessidade peremptória de a Copel ser desestatizada, por duas razões. Primeira: de que não vai haver possibilidade de a Copel competir com a energia elétrica de outras companhias; segundo lugar: que é um bom negócio para o Estado do Paraná, que vai trazer dinheiro, e esse dinheiro vai poder ser aplicado em saúde, educação e em outras áreas.

Parece-me que do ponto de vista do que vai acontecer com o Estado no futuro, essa afirmação cai por terra, porque, primeiro, São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina não terão energia para vender ao Paraná. O único Estado que tem energia para vender para outros, é o Paraná, isto é, para entrar no mercado da competição, e aí a lei do mercado é que vale. Se é ela que vale, não precisa ser nenhum grande entendedor na área de Economia. Nós sabemos que quem tem o produto mais barato, tem condições de colocar no mercado o seu produto, e o nosso produto é um produto

barato, porque é com base na água e a matriz energética que São Paulo e outros Estados terão que desenvolver, pelo menos na região Centro e Centro-Sul do nosso País, está apontada pela matriz energética oriunda da exploração de usinas termelétricas, a gás, que custam duas vezes mais do que isso.

Então, do ponto de vista do mercado, mesmo que as outras companhias sejam privatizadas - o que não vai acontecer, porque o Governo Federal já suspendeu a privatização de Furnas e da Cesp e do controle da Cesp, do rio São Francisco, não serão privatizados e São Paulo não vai privatizar a Cesp, pelo menos está suspenso - não há razão. Do ponto de vista estratégico, se pensarmos que o Governador Jaime Lerner assumiu esse Governo em 95, tendo uma orientação clássica, uma obsessão que em certos modelos, em certas medidas teve sucesso, que é de industrializar o Estado do Paraná, não podemos pensar que o Estado vai continuar sendo um Estado agrário, vai continuar sendo um Estado de manufatura para os próximos cinquenta anos; os paranaenses, os brasileiros têm que tentar a ousadia de disputar o mercado, agregar valor do ponto de vista da industrialização dos produtos primários, oriundos do interior do nosso Estado e transformá-los, isto é, industrializá-los, fazer com que se agregue valores, gerando renda, gerando riqueza e empregos, dando melhor qualidade de vida para o nosso povo. Isto é correto.

Para isso, o governo fez um projeto chamado Paraná mais Emprego e tratou de trazer aqui para a Região Metropolitana de Curitiba e algumas cidades próximas de Curitiba, algumas indústrias com incentivo fiscal. Não importa se discordamos do método ou não, mas de fato, algumas indústrias estão colocadas; um processo de industrialização, sobretudo no setor metal-mecânico e automotivo, se instalou de forma importante no nosso Estado. Agora, imaginemos o que vai acontecer com o Brasil nos próximos dez anos, então, se mudar a matriz energética, e para você resolver o abastecimento de energia no Brasil, no mínimo, temos um cenário de dez anos pela frente, sequer para aumentar a nossa capacidade em vinte por cento, que são os que os técnicos estão dizendo da matriz energética brasileira. O Paraná tem uma chance, tem energia sobrando, tem a possibilidade de construção de mais uma usina na base da água, na região de Capanema e tem a possibilidade, como termelétrica e outras usinas, de no mínimo cinquenta por cento a mais de oferta de energia elétrica no nosso Estado. Quer dizer, do ponto de vista de industrialização, de ter esse insumo, para que o Estado do Paraná, nos próximos dez anos se consolide como um grande pólo industrial da região Sul da América Latina. O Estado do Paraná tem uma posição de destaque nesse cenário. São Paulo não tem condições de competir conosco, neste momento, Minas Gerais também não. Não por causa da questão da energia, mas em função da sua localização estratégica. O Paraná tem uma abertura com o Oceano Atlântico e tem uma relação privilegiada com os vizinhos do Mercosul, sobre tudo com

Argentina e Paraguai, países aqui do Mercosul importantes para esse processo.

Do ponto de vista do campo, nós temos um momento privilegiado, que é a agricultura poder se desenvolver e agregar valor, do ponto de vista do desenvolvimento econômico nos produtos primários, que são produzidos pela nossa indústria, pela nossa agricultura e pela nossa pecuária, seja na transformação do couro, seja na transformação da soja, do milho, na exportação “*in-natura*” ou em processo primário de transformação, mas sim, de agregar valor nesses produtos.

Se nós pensarmos no Paraná dos próximos dez anos, a Copel não pode ser privatizada, do ponto de vista do lucro que a Copel vai ter, ela deu, no ano passado, 540 milhões, somente com a liberação de tarifa que está acontecendo com o governo federal, que liberou, por causa do problema energético: o que vai acontecer no final deste ano? A Copel vai ultrapassar, tranquilamente, um bilhão de lucros, em relação ao ano passado.

O que nós temos pela frente? Ora, o Governo tem razão, tem um problema de caixa. Tem um problema de caixa: Parana-previdência, pagamento dos aposentados, nós sabemos dessas dificuldades.

Se nos próximos dez anos, a lucratividade da Copel está com a tendência de alta, quer dizer, ela vai ser duplicada, triplicada, quadruplicada, do ponto de vista da sua lucratividade, e se a energia vai ser importante para atrairmos investimentos industriais, tanto para o interior quanto para as grandes cidades, o governo tem a chave na mão, do ponto de vista de pensar um Paraná para o futuro, ter uma saída absolutamente coerente, com toda política que o governo vem desenvolvendo. Porque, em primeiro lugar: se é para resolver o problema de caixa dos aposentados, o Paraná tem um terço da sua lucratividade.

Recentemente, os paranaenses fizeram um esforço, para que o dinheiro, de 25 anos de Itaipu - mesmo conforme contrário à legislação, fosse liberado para que o governo fizesse caixa para pagar o salário dos aposentados.

Ora, nós podemos, tranquilamente, solicitar um empréstimo de um bilhão e meio no BNDS, e caucionar 150 milhões de reais todo o ano, durante dez anos, pagando este bilhão e meio com juros de 6% ao ano.

Vejam bem, a parte do Governo do Estado do Paraná, da lucratividade da Copel - sem mexer nos seus investimentos próprios, será, nos próximos dez anos, na ordem de trezentos a trezentos e cinquenta milhões de reais. Precisamos caucionar 150 milhões junto ao BNDS, para conseguirmos um empréstimo de um bilhão e meio, para resolvermos o problema dos aposentados do Parana-previdência.

Então, vejam que com isso o governo tem uma possibilidade gigantesca de gerir o Estado do Paraná, não há caos pela frente, no nosso horizonte. Sou otimista com o que pode acontecer com o Paraná, se mantivermos a Copel.

Preocupa-me a venda da Copel diante do que está colocado, porque a tendência do que aconteceu com todos os ativos que o Governo do Estado vendeu nestes últimos oito anos, foi de que esses ativos praticamente desapareceram.

Algum deputado tem a garantia de que um bilhão de reais será aplicado nos próximos cinco anos, na área da educação? Desenvolvimento tecnológico? Desenvolvimento na área de saúde? Para gerar emprego no Estado do Paraná? Para gerar investimento na área de energia?

Se estamos pensando no Paraná do futuro, o governador do Estado, o chefe da Casa Civil deveriam, no mínimo, ser um pouquinho mais coerentes com a sua proposta de vir a esta Assembléia e expor aonde esses recursos deveriam ser aplicados, do ponto de vista de desenvolver o nosso Estado.

Se a iniciativa privada, comprar a Copel, não teremos garantia de que o lucro da Copel será no investimento de energia elétrica.

A usina prevista de Capanema, pode não acontecer, se a iniciativa privada adquirir a Copel. As termelétricas podem não acontecer. Não vai depender da Copel. Hoje, depende da Copel e do dinheiro do Estado.

Então, por isso, o grande debate, não é se havia três mil pessoas ou cinco mil, porque nós, que somos contrários à venda, sabemos que o povo do Paraná é contra a venda da Copel. Então, mil pessoas, trezentas pessoas, em frente ao Palácio Iguaçu, dizendo para o governador não vender a Copel, é o que nos basta. Acho que os paranaenses já perceberam esse momento importante e a gravidade do momento.

Desculpe, senhor presidente, mas quero lhe agradecer, porque Vossa Excelência fugiu à regra, e de duas maneiras. Primeiro, da maneira tradicional de se comportar com qualquer Deputado que usa da tribuna. E em segundo, porque, em especial, sou deputado Ângelo Vanhoni, que Vossa Excelência tem um carinho todo especial, em não permitir que eu use um segundo após, pelo tempo expirado, e desta vez o senhor foi absolutamente benevolente.

Quero deixar aqui um abraço fraterno, ao meu querido Elio Rusch, que tem se comportado de maneira brilhante, na condução da presidência da Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Muito obrigado.

Vossa Excelência está de gravata amarela e já que a seleção brasileira decepcionou todo o Brasil, Vossa Excelência, com a gravata amarela, deu um brilho especial a esta Sessão.

Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PPB, PFL, Liderança do Governo.

(**Todos declinam**)

Encerrado o Horário do Expediente.

Antes da Ordem do Dia, o deputado Luiz Fernandes Litro registra a presença do prefeito Jair Morgan, de Nova Prata do Iguaçu, bem como a presença dos vereadores Ingo e Pedro, também do município de Nova Prata do Iguaçu, e do vereador “Polaco do Perlo”, de Pinhais.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 017/2001, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhado anteprojeto de lei que dispõe sobre o parcelamento de pagamento de multas estabelecidas pelas leis de defesa sanitária vegetal e animal, de preservação do solo agrícola, de inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal, de inspeção e fiscalização da produção, dissertação, do comércio e uso de sementes, mudas, agrotóxicos, fertilizantes e seus congêneres, referentes às atividades da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 018/2001, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar para Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o atual Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, criado pela Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente de sessão anterior, solicitando espaço para uso da tribuna deste plenário, no Grande Expediente na Sessão da próxima segunda-feira. **Transferido para o dia 12/06/2001.**

Expediente subscrito pelo Fórum Popular Contra a Venda da Copel, constante do expediente, encaminhando assinaturas qualificadas (com título de eleitor) distribuídas em 241 municípios do Estado do Paraná, para validar o Projeto de Lei de Iniciativa Popular. **À Diretoria Legislativa, para cumprir o que dispõe o artigo 244 do Regimento Interno.**

Ato nº 02/2001, subscrito pelo Senhor Presidente desta Casa, constante do expediente, declarando constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos Senhores Deputados Tony Garcia, Duílio Genari, Ademar Traiano, Edno Guimarães e demais Deputados, na sessão do dia 06 de dezembro de 2000, com fundamento no parágrafo 3º, do artigo 62 da Constituição do Estado do Paraná, para que, no prazo de 120 dias, apure as freqüentes e sucessivas ocorrências de acidentes na malha ferroviária estadual, notadamente após a concessão do serviço público pela união à Amé-

rica Latina Logística. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ato nº 03/2001, subscrito pelo senhor presidente desta Casa, constante do expediente, declarando constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos senhores deputados Tony Garcia, Valdir Rossoni, Elio Rusch, Luiz Accorsi e demais deputados, na sessão do dia 06 de dezembro de 2000, com fundamento no parágrafo 3º do Artigo 62 da Constituição do Estado do Paraná, para que no prazo de 120 dias apure responsabilidade pela ação e omissão que culminou com derramamento de óleo no Rio Iguaçu, poluindo-o gravemente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ato nº 04/2001, subscrito pelo senhor presidente desta Casa, constante do expediente, declarando constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa de autoria dos senhores deputados Tony Garcia, Duílio Genari, Ademar Traiano, Edno Guimarães e demais deputados, na sessão do dia 06 de dezembro de 2000, com fundamento no parágrafo 3º do artigo 62, da Constituição do Estado do Paraná, para que no prazo de 120 dias investigue e apure indícios de desvio de dinheiro público proveniente do Pronaf e a cobrança de “Comissão para liberação de recursos públicos aos trabalhadores rurais sem-terra.

Ato nº 04/2001, subscrito pelo senhor presidente desta Casa, constante do expediente, declarando constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos senhores deputados Tony Garcia, Duílio Genari, Ademar Traiano, Edno Guimarães e demais deputados, na sessão do dia 06 de dezembro de 2000, com fundamento no parágrafo 3º do artigo 62, da Constituição do Estado do Paraná para que no prazo de 120 dias investigue e apure indícios de desvio de dinheiro público proveniente do Pronaf e a cobrança de Comissão para liberação de recursos públicos aos trabalhadores rurais sem-terra por parte de integrantes do MST no Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ato nº 05/2001, subscrito pelo senhor presidente desta Casa, constante do expediente, declarando constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) membros conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos senhores deputados Plauto Miró Guimarães, Algaci Tulio, Durval Amaral, Basílio Zanusso e demais deputados, na sessão do dia 06 de dezembro de 2000, com fundamento no parágrafo 3º, do artigo 62, da Constituição do Estado do Paraná, para que no prazo de 120 (cento e vinte) dias investigue e apure responsabilidades quanto ao projeto e a construção do prédio do Fórum de Curitiba, do Estado do Paraná, interrompido ante a evidência de falhas técnicas bem como para acompa-

nhar definição de alternativas para solução do impasse criado em razão da obra inacabada. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio e Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de Apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de Apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos senhores deputados Waldyr Pugliesi e Durval Amaral, com apoioamento dos senhores deputados Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Moysés Leônidas, Nereu Moura e demais deputados constante do expediente, solicitando que a Sessão Ordinária do dia 13 de junho seja marcada no período da manhã. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 037/2000, proposta de emenda à Constituição do Estado do Paraná, de autoria do deputado Elio Lino Rusch e outros, altera o inciso I do § 2º do artigo 77, da Constituição do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO.

Chamada nominal dos senhores parlamentares. Serão necessários 33 votos que aprovam.

Solicito a chamada nominal pelo deputado Valdir Rossoni.

(É procedida a chamada nominal)

Cinquenta deputados votaram favoravelmente à aprovação da Proposição nº 037/2000, em 2ª discussão. **Está aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 390/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que concede o título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná, à irmã Firmina Maria. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/99, de 033.08.99).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 635/99 de autoria da deputada Serafina Carrilho, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Campo Mourão. **Aprovado. (Publ. no DA nº 186/99, de 06.12.99).**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 179/2000 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que torna obrigatória a realização de exame de surdez em crianças nascidas em Hospitais Públicos e Instituições Hospitalares que recebam verbas públicas do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CC e CSP. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 425/2000, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que torna obrigatório, através da Secretaria de Estado da Educação, a inclusão no currículo escolar da disciplina de educação ambiental em todas as Escolas Públicas do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECE. EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica de Moradores do Município de Quintandinha- PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 144/99, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre transporte gratuito e obrigatório de Policiais Militares Fardados. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e

COPTC. EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Vamos neste turno votar o projeto ressaltada a emenda.

Os senhores deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. NEREU MOURA

Para Encaminhar, senhor presidente?

(Assentimento)

Senhor presidente, concordamos com o projeto do deputado Pastor Edson, até de forma excepcional, porque os policiais militares estão com defasagem salarial e em greve para melhorar o seu rendimento.

Acho que esse projeto do deputado Pastor Edson Praczyk, vem em uma boa hora, fazendo justiça aos policiais militares, que diariamente se deslocam daqui para lá e de lá para cá, na defesa e na segurança da população do Paraná.

Desta forma, conclamo aos deputados do PMDB e aos demais companheiros da Oposição, PPS, para votarmos favoravelmente ao projeto do deputado pastor Praczyk.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação.

Os deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Vinte e um deputados aprovam o projeto.

Os deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se.

Vinte e três.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, por favor, peço verificação de votação.

Foram contados vinte e seis votos favoráveis ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já foi feita a verificação, nobre deputado. Vossa Excelência, no momento em que foi anunciado, deveria ter questionado.

O SR. NEREU MOURA

Ele está questionando, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está questionando posteriormente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente?

(Assentimento)

Senhor presidente, com todo o respeito, não tem os vinte e três votos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos senhores parlamentares que rejeitem o projeto, queiram levantar-se.

Vinte e três.

Está rejeitado o projeto.

Conferiu, deputado José Maria?

O SR. NEIVO BERALDIN

Na minha conta, senhor presidente, há vinte um senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência não contou o deputado Spada e o deputado Valdir. Já está anunciado, foi feita a recagem, matéria vencida. Nós temos que louvar a contagem do 1º Secretário e eu também fiz a conferência, se o secretário errou, eu errei também.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/99, de autoria do deputado Péricles de Holleben Mello, que autoriza o Poder Executivo a isentar o pagamento da taxa de cédula de identidade às pessoas com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 207/99****P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Péricles de Holleben Mello, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a isentar o pagamento da taxa de cédula de identidade às pessoas com renda mensal de até 3 salários mínimos.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da emenda apresentada em Plenário, pelo senhor deputado Durval Amaral, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável à emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 15.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Apoioamento:

Sérgio Spada, Caíto Quintana, Algaci Tulio, Geraldo Cartário, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Moysés Leônidas e Marcos Isfer.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar Programa de Incentivo à Agricultura Paranaense e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC.**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 004/2000.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia. Ficam impedidos, os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, de cobrarem taxa de inscrição em concursos públicos de ingresso em seus quadros. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Em votação a emenda,
Solicito a verificação de votação pelo 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Senhor presidente, eu exijo a lista de chamada para eu não errar, para não colocar a minha palavra em dúvida.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, questão de justiça; é preciso reparar a verdade. Efetivamente quando o deputado Valdir Rossoni e Vossa Excelência contaram 23, realmente existia, porque estavam aqui atrás os deputados Elio Rusch e Ricardo Maia. Quero pedir desculpas a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado, e diante das excusas de Vossa Excelência, não há necessidade de se fazer chamada nominal.

O SR. VALDIR ROSSONI

Parece que aqui só há um ou dois, que sabem contar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 106/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Garcia, visa impedir os órgãos da Administração

Pública direta e indireta de cobrarem taxa de inscrição em concursos públicos de ingresso em seus quadros.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças apresentaram pareceres favoráveis à matéria. Agora esta Comissão é chamada a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da emenda apresentada em plenário.

Pretende o autor da emenda substitutiva geral, sanar o vício de origem, pois a iniciativa do processo legislativo, que atribui atividade de natureza administrativa a órgão da administração pública direta e indireta, é exclusiva do senhor governador (art. 66, IV - Constituição Estadual).

Sendo assim, somos de parecer favorável à emenda.

Sala das Comissões, em 08.05.2001.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSI** - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, José Maria Ferreira, Carlos Simões, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Algaci Tulio, Orlando Pessuti, Marcos Isfer e Geraldo Cartário.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores das Vilas São José e Monte Castelo, com sede e foro no Município de Ivaiporã - PR. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a União das Associações de Ivaiporã - UNAI. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 022/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que autoriza o Poder Executivo a criar no âmbito da malha rodoviária estadual a rodovia denominada "Caminho Ecológico do Iguaçu". **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CT. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 1º da Lei nº 12.965, de 26 de outubro de 2000, que declarou de Utilidade Pública a Escola de Educação Especial Nova Esperança. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/99, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a

obrigatoriedade das empresas de ônibus intermunicipais concederem desconto de 30% no valor total dos bilhetes e passagens para idosos acima de 65 anos. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, CF E COPTC. EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 054/99, de 24/05/99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 265/99

P A R E C E R :

1) **Do Projeto:**

O presente projeto de lei, do eminente deputado Pastor Edson Praczyk, visa conceder desconto de 30% (trinta por cento) no valor das passagens para idosos acima de 65 anos.

O projeto se enquadra entre as atribuições deste Poder. Entretanto, a redação e a forma legislativa requerem melhor adequação com a boa técnica legislativa a ser levada em consideração pela Comissão de Redação. Assim, e para adequar minimamente o texto à técnica legislativa, apresento a seguinte Emenda Corretiva:

a) o Artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - As empresas de ônibus de linhas intermunicipais concederão desconto de 30% (trinta por cento) no valor da passagem para idosos acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade”.

b) Suprimam-se os artigos 9º e 10 para dizer:

“Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

2. **Do Voto:**

Sob os aspectos de abrangência desta Comissão, nada há que impeça a regular tramitação do projeto de lei, ressalvadas as emendas indicadas no texto do parecer. Voto favorável.

Sala das Comissões, em 23.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 265/99
EMENDA CORRETIVA

“Art. 1º - As empresas de ônibus de linhas intermunicipais concederão desconto de 30% (trinta por cento) no valor da passagem para idosos acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade”.

c) Suprimam-se os artigos 9º e 10 para dizer:

“Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer, Hermes Fonseca, Antonio Carlos Belinati e Durval Amaral.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 265/99

P A R E C E R :

Para análise desta Comissão, o presente Projeto de Lei nº 265/99, de autoria do deputado Edson Praczyk, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de ônibus intermunicipais concederem desconto de 30% no valor total dos bilhetes de passagens para idosos acima dos 65 anos.

Ressalte-se que a medida contida no referido projeto de lei pode vir a encarecer o valor dos bilhetes para os demais usuários, pois as empresas do setor, como é de praxe, devem incorporar este desconto à sua planilha de custos. No entanto, por ser uma medida de caráter social que vem beneficiar aos cidadãos da terceira idade, que vêm enfrentando grandes dificuldades de sobrevivência, e tendo recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou nenhum óbice quanto à constitucionalidade e legalidade do presente projeto, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

PÉRICLES MELLO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 265/99

P A R E C E R :

Para análise desta comissão, o presente Projeto de Lei nº 265/99, de autoria do deputado Edson Praczyk, dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de ônibus intermunicipais concederem desconto de 30% no valor total dos bilhetes de passagens para idosos dos 65 anos.

Por ser uma medida de caráter social que visa beneficiar aos cidadãos da terceira idade, que vêm enfrentando grandes dificuldades de sobrevivência, e tendo recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou nenhum óbice quanto à constitucionalidade e legalidade do presente projeto, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.09.99.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

PÉRICLES MELLO - Relator

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Existe um projeto de lei que já assegura a isenção na tarifa intermunicipal nos ônibus metropolitanos e nos ônibus municipais, para todo e qualquer cidadão que tenha mais de 65 anos de idade.

Se nós aprovamos este projeto com 30% de desconto, estaremos fazendo uma injustiça àqueles cidadãos com mais de 65 anos que moram nas regiões metropolita-

nas e estaremos, com certeza, dando um benefício a mais para as empresas concessionárias de serviço público, no que se refere a ônibus, razão pela qual encareço aos deputados, tanto de Situação quanto de Oposição, para que a gente aqui mantenha esse benefício, principalmente cidadãos com mais de 65 anos que se valem do transporte intermunicipal, principalmente nas regiões metropolitanas.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Eu acho, procedente as afirmações, as colocações do deputado Durval Amaral, mas queria fazer uma sugestão, meu nobre Líder do Governo, de que aprovássemos o projeto hoje, porque está versando sobre a constitucionalidade e amanhã apresentássemos uma Emenda para que fosse mudado o teor do projeto e pudéssemos fazê-lo, conforme a Constituição da República.

Desta forma faço este apelo a Vossa Excelência.

O SR. DURVAL AMARAL

Não é permitido encaminhar de novo, senhor Presidente, mas só a título de esclarecimento. Como estamos apreciando a constitucionalidade, não é possível nesse momento aprovarmos, já que o projeto é flagrantemente inconstitucional.

O SR. EDSON STRAPASSON (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A Constituição, realmente, como citou o deputado Durval Amaral, permite que pessoas com mais de 65 anos tenham acesso gratuito ao transporte coletivo, até intermunicipal metropolitana de característica urbanas. Entendo que o deputado Edson Praczyk acabou, nesse projeto, querendo que as pessoas idosas tivessem um desconto nas linhas rodoviárias de mais distância. Acho que nesse momento recusar este projeto sumariamente, não seria de bom alvitre. Sugiro até que, acompanhando o encaminhamento do deputado Nereu, aprovássemos quanto a questão, o projeto pudesse receber emendas e pudesse ser melhor esclarecida esta questão.

O SR. NEIVO BERALDIN (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, quero louvar a iniciativa do Pastor Edson, sobretudo porque essas empresas de ônibus - não vou generalizar, mas muitas delas, por exemplo, a Garcia, Sulamericana, Princesa dos Campos e a Graciosa exploram o transporte intermunicipal através de um monopólio, e cabe a essa Assembléia Legislativa elaborar um novo regulamento a fim de que o Poder Executivo possa promover uma concorrência pública, e a fim de que essa Assembléia Legislativa possa conhecer a planilha de custos, porque os preços que são praticados hoje no Estado do Paraná são abusivos, além de considerarmos o monopólio que têm essas empresas. Elas ainda ganham muito na remessa de encomendas.

Todos podem notar que os ônibus hoje têm 4, 5 metros de altura porque além dos passageiros normais, tem aquele bagageiro que lhe dá mais um tanto de receita.

O monopólio dos ônibus do Paraná precisa ser acabado através de um regulamento, visto que o atual foi feito por decreto, em 1950, e, nós estamos compactuando, na verdade, com um monopólio que custa muito para o povo, especialmente o povo mais simples, que é aquele que usa o ônibus.

Vejam vocês que se nós quisermos ir ao litoral, só temos a Graciosa; se nós quisermos ir aos Campos Gerais, só temos a Princesa dos Campos; se nós quisermos ir ao Oeste, só temos a Sulamericana; se nós quisermos ir a Londrina, é a Garcia. Isto representa mais de 80% das Linhas de volume de passageiros do Estado. Mais grave ainda, essas concessões estão vencidas! Mais grave ainda, o governo atual, o governo Lerner, alongou as concessões por 2 anos, por decreto!

Mais grave ainda, apresentei um decreto legislativo sustando o projeto do Executivo. Esse projeto não tramitou na Casa. Isso é preciso, que efetivamente tramite na Casa, deputado. Naturalmente, o que propõe o pastor Edson Praczyk, acho até pouco diante do que eles têm faturado e não reinvestido nas empresas, mas sobretudo investido em compra de terras no Mato Grosso e outras empresas, enquanto o "tadinho" do trabalhador quer viajar até Céu Azul, no Oeste e tem que pagar a passagem até Foz do Iguaçu, porque não tem passagem até Céu Azul.

Por exemplo, um cidadão de Umuarama, gostaria de ver Terra Rica, no Noroeste do Estado. Por que é que em Terra Rica o ônibus não entra na cidade e, o pessoal tem que ir no outro município para poder embarcar e vir para Curitiba? Por quê?

Há poucos dias, o deputado Nelson Garcia dizia: "Não, essas empresas não têm acesso à rodoviária do município, porque tem o monopólio lá e ela não pode permitir.

Então, minha gente, esse é um assunto polêmico, sobretudo de responsabilidade daqueles que foram eleitos pelo povo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pelo ordem, deputado Nereu Moura, depois o deputado Cezar Silvestri.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Estou apresentando à Mesa, nesse instante, um requerimento pedindo a retirada do projeto por 10 sessões, até porque o pastor Edson Praczyk não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Informo a Vossa Excelência, nobre Deputado, que ele já foi adiado por 10 sessões e não podemos adiá-lo novamente.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Então encaminhamos para votar a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Os senhores parlamentares que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Vinte e dois (22) deputados aprovam o projeto.

Vinte e quatro (24) rejeitam o projeto.

Rejeitado.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/99, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que altera redação da Lei nº 12556/99 e dá outras providências. (Contribuição Previdenciária). PARECER FAVORÁVEL da CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 085/99 de 02.08.99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 383/99

P A R E C E R :

Do Projeto

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, visa conceder anistia da contribuição previdenciária para os Fundos de Natureza Previdenciária de que trata a Lei nº 12398, de 20 de dezembro de 1998, e conforme redação dada pela Lei 12566, de 25 de maio de 1999, para os servidores públicos civis e militares do Estado do Paraná, inativos, bem como pensionistas, com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos de idade.

Também visa corrigir uma disposição anômala contida no artigo 80 da Lei nº 12398/98 que determina a cobrança para os fundos previdenciários pela soma dos rendimentos ou proventos dos servidores que ocuparem dois cargos constitucionalmente acumuláveis.

Do Parecer

Sem dúvida tem havido uma grande reação por parte da sociedade no referente à cobrança de contribuições previdenciárias, no caso de inativos ou pensionistas. Diversas liminares têm sido concedidas, determinando que o Estado se abstenha de tais cobranças por serem inconstitucionais, lesando o direito de remuneração e diminuindo proventos.

De outro lado, o artigo 80 da Lei 12398/98 institui uma preciosidade jurídica lamentável, ao determinar que para os efeitos de aposentadoria, o servidor público que ocupe dois cargos deve contribuir não sobre cada um dos cargos ocupados, mas sobre a soma dos vencimentos dos dois cargos. Ora, é doutrina do direito administrativo e constitucional que o servidor público ocupante de dois cargos é contado não como uma pessoa, mas sim como dois cargos, e sua aposentadoria, ou seus direitos e obrigações são referentes a cada cargo. Pela fórmula do artigo 80 da Lei 12398/98, passa a existir apenas um cargo.

Ora, para os efeitos de contribuição previdenciária individual, nota-se um erro, tanto de natureza jurídica, como mesmo atuarial, já que o servidor não se aposente pela soma dos cargos ocupados, mas pelo efetivo exercício de cada cargo e com as contribuições próprias de cada um.

Do Voto

Do exposto, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 383/99.

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, que cria o Pólo Cinematográfico, com sede no município de Cascavel, com o objetivo de fomentar, profissionalizar, desenvolver e incentivar as atividades cinematográficas da região Oeste do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 014/2000, de 14/03/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 065/2000

P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 065/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, que cria o Pólo Cinematográfico, com sede no município de Cascavel, com o objetivo de fomentar, profissionalizar, desenvolver e incentivar as atividades cinematográficas da região Oeste do Estado do Paraná e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 11.04.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente em exercício

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 065/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, cria o Pólo Cinematográfico, com sede e no município de Cascavel, com objetivo de fomentar, profissionalizar, desenvolver e incentivar as ati-

vidades cinematográficas da região Oeste do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, entende que, tendo em vista que o município de Cascavel, há muito tempo desponta como um centro de execução de atividades cinematográficas, onde foram realizados vários filmes de curta e longa metragem.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.04.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/2000, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que autoriza a implementação do ensino religioso na rede pública de ensino. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 057/2000, de 23/05/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 162/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, tem por objetivo autorizar a implementação do ensino religioso na rede pública de ensino do Estado.

A Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar, entende que a Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997, Lei do Ensino Religioso é clara quando demonstra em seu artigo 1º, a proibição de qualquer forma de proselitismo, ou seja, o uso do ensino religioso como forma de divulgação de determinada religião. Baseando-se neste artigo da lei acima citada, torna-se necessário a apresentação do Substitutivo Geral desta Comissão, para o melhor entendimento da abrangência da disciplina proposta pelo projeto em tela e, ao mesmo tempo, retirando o prazo impositivo que havia no artigo 1º, de 180 dias para a implementação da disciplina na rede pública de ensino.

Isto posto, somos de parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 162/2000, por considerá-lo legal e constitucional, na forma do Substitutivo Geral apresentado nesta Comissão.

Sala das Comissões, em 17.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 162/2000

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a implementar no currículo da rede pública de ensino a disciplina Ensino

Religioso, preservando o caráter interconfessional, a liberdade de culto e vedando o proselitismo.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Educação regulamentará a lei, em conjunto com as organizações religiosas, devendo elaborar o conteúdo programático adequado para atender os princípios gerais da formação ética e religiosa.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a firmar convênio com organizações e ou entidades para implementação desta lei, bem como proceder às alterações orçamentárias necessárias para a sua execução.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 162/2000

P A R E C E R :

De autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, o projeto em questão autoriza a implementação do ensino religioso na rede pública de ensino.

O projeto já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, em forma de Substitutivo Geral. Chamada esta Comissão a se manifestar a respeito do mesmo, entendemos ser o ensino religioso de grande importância em todas as séries, como uma área de conhecimento em articulação com os vários aspectos da vida cidadã.

Desta forma, somos de parecer favorável ao projeto em tela.

Sala das Comissões, em 06.06.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/2000, de autoria do Deputado Ricardo Maia, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a instituir a cidade de Sarandi como Capital Turística e Folclórica da Festa de Folia de Reis. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CT. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 081/2000, de 19/06/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 204/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Maia, tem por finalidade autorizar o Governo do Estado do Paraná a instituir a cidade de Sarandi como Capital Turística e Folclórica da Festa de Folia de Reis.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, conclui tratar-se de evento cívico, cultural, religioso e folclórico que visa integrar a comunidade, e mais, verificou que o projeto em tela tem caráter autorizatório, constituindo-se uma mera sugestão ao Poder Executivo, não havendo, portanto, nenhum óbice para sua aprovação.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente e Relator

COMISSÃO DE TURISMO
PROJETO DE LEI Nº 204/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Ricardo Maia, tem por objetivo autorizar o Governo do Estado a instituir a cidade de Sarandi como Capital Turística e Folclórica da Festa de Folia de Reis.

Sobre a matéria, já podemos observar o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Turismo, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa, verificamos, como consta da justificativa do autor, que o festival da Folia de Reis em Sarandi é o maior evento cívico, cultural, religioso e folclórico do município e o maior do gênero em todo o Estado do Paraná.

Diante do exposto, somos compelidos a emitir nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.08.2000.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/2000, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, que institui a inclusão da disciplina de Educação Tributária nas escolas da Rede Pública Estadual de 1º e 2º Graus. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE; EMENDAS FAVORÁVEIS DA CCJ. (Publ. no D.A. nº 095/2000, de 02/08/2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 239/2000

P A R E C E R :

De autoria do deputado Divanir Braz Palma, institui a inclusão da disciplina de Educação Tributária nas escolas da Rede Pública Estadual de 1º e 2º Graus.

Encaminhado em 03/08/2000, o presente projeto foi encaminhado a esta Comissão de Constituição e Justiça, para que seja examinado quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do § 2º do artigo 33 do Regimento Interno.

Fundamentação

Tal propositura foi apresentada visando beneficiar os alunos da Rede Pública Estadual de 1º e 2º Graus.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da proposta em questão, na forma da Emenda Substitutiva Geral, em anexo.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA
PROJETO DE LEI Nº 239/2000

O artigo 1º do presente projeto passará a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir, como disciplina obrigatória, a de Educação Tributária nas escolas da Rede Pública Estadual de 1º e 2º Graus.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 239/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por finalidade instituir a inclusão da disciplina de Educação Tributária nas escolas da Rede Pública Estadual de 1º e 2º Graus.

Encaminhado à Comissão em 18/03/2001, chega a esta assessoria para ser analisado tecnicamente e receber parecer prévio, nos termos do artigo 33, § 7º do Regimento Interno.

Fundamentação

Tal iniciativa, pretende propiciar ao cidadão paraense um embasamento teórico sobre os nossos tributos além da contribuição a nível de arrecadação, benéfica a todos.

Conclusão

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma da Emenda Substitutiva, em anexo.

Sala das Comissões, em 26.03.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, vejo que não só esse item como outros, tratam nessa pauta, da inclusão de disciplina ou matéria no currículo das escolas públicas estaduais de 1º e 2º Graus.

Este projeto, em primeiro lugar, tem um problema de redação. Já não existem mais o 1º e 2º Graus - o que existe é o Ensino Fundamental e Ensino Médio pela nova legislação da Educação. Segundo, em todo disciplinamento com relação a currículo, há uma determinação nacional, do currículo nacional - 75% e 25% de currículo flexibilizado, que serão incluídos mediante propostas pedagógicas oriundas dos professores ou dos trabalhadores em educação.

Então, queria fazer uma espécie de alerta aos Deputados, que no momento que forem colocar esse projeto é perfeitamente cabível, mas que há uma discussão sob o ponto de vista da legalidade com relação à disciplina. Sugiro aos Deputados - inclusive ao deputado Divanir Braz Palma - que se pudesse fazer uma modificação que pudessemos avançar, ao invés do termo disciplina, colocasse no conteúdo, que daí fica absolutamente tranqüilo, não tem ilegalidade e fica garantido o conteúdo, porque, a disciplina aí, enfrenta questões do ponto de vista legal.

É louvável a iniciativa do deputado Divanir Braz Palma. Apenas uma questão de adaptação à regra nacional que, modestia à parte, tenho um estudo aprofundado nessa questão e sugiro ao próprio Deputado que faça uma emenda no sentido de trocar o termo disciplina pelo termo conteúdo, e substituir o termo 1º e 2º Graus, por Ensino Fundamental e Ensino Médio. Vou votar favorável, e dizer que essa idéia do deputado Divanir Braz Palma é uma idéia que a Secretaria da Fazenda, o Governo Federal e o próprio Governo do Estado, há uma preocupação e eu, particularmente, acho que é uma coisa perfeitamente cabível. Tanto é, Deputado, que no Rio Grande do Sul, se você for comprar uma mercadoria hoje - implantado pelo Governo do nosso Partido - você vai comprar a mercadoria na loja para efeito educativo já tem a tabela: calça jeans: 17% de ICMS; produto tal: tantos por cento de ICMS. Já com efeito educativo daquilo que achamos louvável a população pagar, saber o que está pagando e para que servem os recursos.

Obrigado.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, gostaria de cumprimentar o deputado Irineu Colombo, que é professor, e nos deu uma aula da modernização. Realmente, o 1º e 2º Graus, hoje, correspondem a Ensino Fundamental e Ensino Médio. Amanhã entraremos com uma emenda fazendo essa correção e quero contar com os votos dos nobres pares, porque educação tributária, na realidade, estamos tendo por objetivo levar à criança a preocupação de que quando ele vai fazer uma compra, pedir a nota fiscal e saber porque está pedindo essa nota fiscal, e quais são as consequências dela conseguir ou não nota fiscal. Como é importante isso!

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Em votação o projeto do deputado Divanir Braz Palma.

Aprovado.

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia, que altera o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 8207, de 26 de dezembro de 1985. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2000, de 29.08.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 281/2001

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do deputado Nelson Garcia, o Projeto de Lei nº 281/2000, visa alterar o disposto na Lei nº 8207/85, artigo 1º, parágrafo único.

Art. 1º - "Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de São Jorge do Patrocínio, o imóvel constituído das datas de nºs 2, 3 e 4 da Quadra 1, Patrimônio São Jorge, com área de 1800 metros quadrados, transcritos sob número 6929 no livro 3F do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama.

Parágrafo Único - O imóvel objeto de doação destina-se à construção de edifícios públicos necessários à administração e futuro Paço Municipal."

Em sua justificativa o ilustre parlamentar indica que o Município já construiu em outro local o Paço Municipal.

Do Voto

Da análise do texto sob o ângulo legal e constitucional nada há que obste sua normal tramitação legislativa. Assim, parecer favorável à sua tramitação legislativa, e aprovação nos termos dos dispositivos regentes desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 13.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHIA - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 402/2000, de autoria do deputado Beto Richia, que acrescenta duas vagas, conforme especifica a Lei nº 12904/2000. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 170/2000, de 28.11.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 402/2000

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Beto Richia, o projeto em questão acrescenta duas vagas, conforme especifica a Lei nº 12904/2000.

Chamada esta comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, não encontramos óbice que impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 10.04.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 402/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre deputado Beto Richa, acrescenta duas vagas, conforme especifica a Lei nº 12904, de 2000.

A presente proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável.

Chamada esta comissão a se manifestar sobre o assunto, apresentamos parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.05.2001.
(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar um posto do Corpo de Bombeiros com sede no município de Tibagi, Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. (Publ. no DA nº 183/2000, de 11.12.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 428/2000

P A R E C E R :

De autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, o presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a criar e implantar um Posto do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, no Município de Tibagi.

No que cabe a esta comissão se manifestar, conforme lhe preceitua o Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei, pelas razões apresentadas em sua justificativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 428/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, o presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder

Executivo a criar e implantar um posto do Corpo de Bombeiros, com sede no município de Tibagi, Estado do Paraná.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende que a presente proposição é de grande mérito pois visa não só o trabalho de salvar vidas como a importância da prevenção que o Posto de Bombeiros trará a população local.

Conclusão

Diante do exposto, manifestamos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.05.2001.
(aa) RICARDO CHAB - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

Em votação.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, e senhores deputados.

Para informar que este projeto de lei foi apresentado pelos alunos da escola do município de Tibagi, dentro do Programa Parlamentar do Futuro. Nós apresentamos o projeto dos alunos, lá daquele município, para ser apresentado oficialmente nesta Casa de Leis. E esperamos que dentro em breve possa estar implementado o posto do Corpo de Bombeiros daquele município de Tibagi, para fazer frente às necessidades lá existentes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Aprovado.

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 010/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Paiçandu, o imóvel que especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 002/20001, de 19.02.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 010/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Ricardo Maia, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Paiçandu, o imóvel que especifica.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 045/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que obriga os estabelecimentos da rede pública e particular de ensino no Estado do Paraná, a incluir em seus currículos escolares, matéria de orientação vocacional. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 013/2001, de 12.03.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 045/2001

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Eli Ghellere, o projeto em questão obriga os estabelecimentos da rede pública e particular de ensino do Estado do Paraná, a incluir em seus currículos escolares, matéria de orientação vocacional.

Chamada esta comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo, na forma de Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL DO
PROJETO DE LEI Nº 045/2001

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a incluir no currículo escolar dos estabelecimentos da rede pública e particular de ensino no Estado do Paraná, a matéria de orientação vocacional.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 045/2001

P A R E C E R :

De autoria do deputado Eli Ghellere, o projeto em questão tem por objetivo obrigar os estabelecimentos da rede pública e particular de ensino no Estado do Paraná a incluir em seus currículos escolares, matéria de orientação vocacional.

O projeto já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, com Substitutivo Geral que o transformou em autorizatório.

Chamada esta comissão a se manifestar, somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.
(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 045/2001.

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que cria o núcleo regional de educação em Ibaiti. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 022/2001, de 21.03.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 070/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, visa criar o Núcleo Regional de Educação de Ibaiti.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 22.05.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 70/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, tem por escopo a criação do Núcleo Regional de Educação de Ibaiti, vindo instruído com farta documentação que bem demonstra a oportunidade da medida proposta.

O mérito

Como se pode observar, às folhas 07 do processo, a cidade de Ibaiti polariza dez municípios circunvizinhos, mantendo entre eles curtas distâncias e facilidade de acesso. Tal não ocorre com a cidade de Jaguariaíva que, atualmente, sedia o 30º Núcleo Regional de Educação e ao qual estão afetos os municípios de Ventania, Curiúva, Sapopema, Figueira, Japira, Pinhalão, Jaboti, Tomazina, Siqueira Campos, Conselheiro Mairinck, Guapirama, Jundiá do Sul, inclusive Ibaiti, cujas distâncias à sede do núcleo em Jaguariaíva são excessivas, o que causa uma série de dificuldades, inclusive despesas pessoais aos

diretores e orientadores pedagógicos das escolas sediadas nos referidos municípios, quando necessitam tratar de assuntos correlatos junto ao núcleo.

Dentre outras, cabe aos Núcleos Regionais as funções de acompanhamento, controle, avaliação e orientação da parte pedagógica e administrativa das escolas de rede oficial de ensino, o que implica em um contato permanente entre os dirigentes escolares e o pessoal do núcleo, em busca de solução de problemas emergenciais, o que muitas vezes deixa de ser efetivado por absoluta falta de condições seja de transporte, ou até mesmo de recursos financeiros, tendo em vista a baixa remuneração dos professores e a inexistência de verbas nas escolas, para fazer face a tais despesas.

Concluindo, cabe dizer que o projeto de lei é altamente salutar e meritório uma vez que busca solucionar os problemas apontados, com a criação do Núcleo Regional na cidade de Ibaiti, muito mais próximo e acessível às escolas situadas nos municípios acima alinhados o que, indubitavelmente, trará efeitos benéficos à educação daquela região.

Isto posto o parecer é favorável, opinando pela aprovação do Projeto de Lei nº 70/2001.

Sala das Comissões, em 06.06.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, apenas para chamar a atenção, porque nesta questão de núcleo, ainda mais um projeto de Vossa Excelência, é difícil um posicionamento de parlamentares. Mas, só quero chamar a atenção de Vossa Excelência e dos parlamentares aqui presentes, para uma coisa: por iniciativa do deputado Beto Richa, certa feita esta Casa, contrariando o parecer da Secretaria da Educação, retirou o Núcleo de Wenceslau Braz, passando para Jaguariaíva, se não me falha a memória, mantendo uma estrutura inteira de educação em Wenceslau Braz.

Os municípios, a grande maioria, contrários à instalação por causa das distâncias que se criaram para ir ao novo local do núcleo e com nova despesa para a educação, o que origina de Vossa Excelência, neste momento, para correção dessas distâncias, a criação de um novo núcleo em Ibaiti. Portanto, duas despesas para suprir um núcleo que atendia aos interesses de toda a região, porque era centralizado.

Quero fazer este registro, para que possamos perceber de que muitas e muitas vezes, desconsiderando dados técnicos, acabamos acarretando despesas para o Estado no orçamento da educação.

Apenas isso.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Também faço a mesma observação, porque naquela ocasião levantei a polêmica neste Plenário.

A decisão foi política, de sorte que quero me abster de votação, mantendo a minha questão de coerência.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Aprovado.

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 025/2000, de autoria dos deputados Tony Garcia e Augustinho Zucchi, que revoga o inciso II do Parágrafo Único da Lei Complementar nº 76/95, e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. EMENDA DA COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 004/2000, de 21.02.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 025/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria dos deputados Tony Garcia e Augustinho Zucchi, tem por objetivo revogar o inciso II, do parágrafo único, da Lei Complementar nº 76/95, e adota outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucinalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 25/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria dos senhores deputados Tony Garcia e Augustinho Zucchi, objetiva revogar o inciso II, do parágrafo único, da Lei Complementar nº 76/95.

Fundamentação

Esta comissão, ao analisar a matéria, observa a importância da mesma, que, possuindo embasamento constitucional, já que a Lei Complementar nº 76 teve seu espírito distorcido, cumpre restaurá-la em vista dos resultados preocupantes verificados. Como tal modificação visa aperfeiçoar o interesse público, desta forma achamos que devemos nos manifestar favoravelmente à matéria proposta, permitindo que a propositura em tela seja enviada à decisão soberana do Plenário desta Casa de Leis. Com emenda em anexo.

Conclusão

De acordo com o Regimento Interno desta Casa de Lei (Art. 121) somos favoráveis, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08.11.2000.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES EMENDA ADITIVA AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 025/2000

Acrescente-se ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 025/2000, de autoria dos deputados Tony Garcia e Augustinho Zucchi, o Parágrafo Único, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - O disposto neste artigo aplica-se a todas as rodovias estaduais, bem como àquelas objeto de concessão do Governo Federal ao Governo do Estado do Paraná”.

Sala das Comissões, em 08.11.2000

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei Complementar nº 025/2000.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, o líder do governo está requerendo regime de urgência para tramitação de suas mensagens governamentais. Tenho dúvidas a respeito desses requerimentos.

Na realidade, as mensagens governamentais nada mais são do que justificativas para anteprojeto de lei.

Aí é que vem a minha questão de ordem, senhor presidente: se não há nem autuação com número, como é que vamos pedir regime de urgência para esse?

Não deveria haver autuação? Queima esta etapa para, em seguida, haver a solicitação de regime de urgência?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo à questão de ordem de Vossa Excelência, se não foi protocolado ainda o projeto, não há necessidade de votarmos o regime de urgência.

Fica adiado o requerimento do deputado Durval Amaral.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Estou me antecipando, porque estão aqui os dois requerimentos que já foram distribuídos para as lideranças das Oposições.

Então, eles não serão votados hoje?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se não há o projeto apresentado, não tem como se votar.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Mas, o pedido de regime de urgência está aqui, para ser votado hoje. Isso é que eu não estou concordando.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós voltamos com o requerimento quando forem protocolados os projetos.

O SR. DURVAL AMARAL

Os projetos estão protocolados na Casa, senhor presidente. Os projetos já foram recebidos e autuados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já foram lidos?

O SR. WALDYR PUGLIESI

Não. Foi lido no expediente de hoje, mas não existe autuação. É só uma questão regimental. Pode ser até que nós concordemos com as mensagens governamentais.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deixe eu consultar os assessores.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, não querendo efetivamente polemizar, se porventura os dois projetos os quais aprovamos o regime de urgência não tiverem sido lidos no Expediente ainda, é compreensível e procede a questão de ordem do deputado Waldyr Pugliesi; não há problema algum. Se já foram lidos no Expediente, automaticamente são aprovados os requerimentos. Acho que também não há nenhum contratempo a esse respeito. Até sugiro a Vossa Excelência, e peço a compreensão do deputado Waldyr Pugliesi, para que até Vossa Excelência se abstenha em responder agora essa questão de ordem e consultasse depois o Expediente, e desse o encaminhamento necessário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Gostaria de responder essa questão de ordem. Só vamos votar esses requerimentos, sejam esses ou outros, formulados por qualquer parlamentar, após autuados os projetos. Como não foi autuado, só foi lido, não temos o número ainda, deixaremos para votar posteriormente.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Essa é a razão da questão de ordem levantada por mim.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

E já respondida.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1822, de autoria do senhor deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, por favor, esse requerimento do deputado Carlos Simões à Corregedoria da Polícia Civil, eu poderia saber mais detalhes?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao nobre deputado Valdir Rossoni que proceda à leitura do requerimento, já aprovado.

(**É procedida a leitura do requerimento**)

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o senhor não tinha colocado, apenas tinha lido, tinha feito menção ao requerimento; não estava em votação ainda. Quero pedir para discuti-lo, senhor presidente.

O SR. DURVAL AMARAL

Já foi votado, senhor presidente.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Não. Não foi votado, não. O presidente não declarou a votação. O presidente acabou de ler e pedi para verificar o conteúdo do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Algaci Tulio, eu já tinha anunciado que estava aprovado o requerimento, e quando pedi ao 1º Secretário para fazer a leitura, alertei que ele já estava aprovado.

Está aprovado o requerimento. Está aprovado o requerimento, foi isso que anunciei aqui, anteriormente.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, não quero polemizar, mas fica extremamente difícil para nós, que não temos acesso aos requerimentos, como é que vamos votar sem sabermos o teor do requerimento? Acho que o mínimo que esperamos é que, num caso desses, quando é feita a leitura - porque há dúvida do parlamentar, que seja, pelo menos, verificada a votação.

Foi por isso que foi pedido para ler, porque fica difícil para nós. Quem tem acesso aos requerimentos são os líderes do governo e das Oposições; os outros deputados acabam não tendo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo a Vossa Excelência: qualquer leitura integral do requerimento será feita, é que já tinha anunciado que estava aprovado e quando solicitei ao 1º Secretário, anunciei novamente que já estava aprovado. Se for

uma decisão do Plenário, mandarei ler integralmente todos os requerimentos.

O SR. ALGACI TULIO

Aliás, o que seria correto, porque aí não teríamos essas dúvidas. Aprovar um requerimento como esse, senhor presidente, para início de conversa - entendo eu - que nem seria aqui, na Assembléia. O Fórum para encaminhar esse requerimento, seria uma ação do deputado, uma ação judicial contra o delegado de Polícia. Agora, a Assembléia está passando um recibo contra o delegado. Acho que nem a Mesa deveria receber.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB

Presidente, só quero posicionar-me aqui, no seguinte sentido: acho que é uma questão de foro íntimo do deputado com o senhor delegado de Polícia, e o Plenário não tem que votar essas questões particulares. E mais, o autor do requerimento não se faz presente para defendê-lo, senhor presidente, isso é um agravante nesse caso.

Então, acho que de repente não podemos entrar na questão particular. Estamos aqui, votando um requerimento que é de muita peculiaridade, não se atém à questão maior do Estado do Paraná. Há uma desavença pessoal, declarada na imprensa, entre o delegado de Polícia e o deputado, e acho que não podemos fazer esse papel.

O SR. ALGACI TULIO

Só para completar, senhor presidente, além do que, com esse fato, a Assembléia abre um precedente para que a Corregedoria abra um processo contra o delegado, quando entendo que a Assembléia não tem essa autoridade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas ele não está solicitado, nobre deputado, que se abra um processo. Aqui, os termos não são esses.

Assumo um compromisso com os deputados que estão questionando, que vou pegar as notas taquigráficas amanhã e fornecerei a Vossas Excelências e se eu, confesso, se não tiver dado como aprovado o requerimento anteriormente, voltamos a discuti-lo.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, só para encerrar.

É um requerimento, o autor não está no plenário, que envolve a vida pessoal de um servidor público. Entendo que o senhor poderia, não sei se fez em outras ocasiões, retirar da Ordem do Dia, transferir a discussão e resolveremos a situação amanhã, senhor presidente. Não vamos cometer uma injustiça em cima de um servidor público, por uma questão pessoal.

O SR. RICARDO CHAB

Senhor presidente, faço o mesmo apelo do deputado Algaci Tulio à sua sabedoria, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Entendo perfeitamente; inclusive o delegado Braddock é meu amigo; foi delegado na minha cidade, fez um excelente trabalho lá. Agora, esta Presidência não pode abrir mão de uma decisão já tomada e sido anunciada, senão abrimos certos precedentes que não poderemos, depois, corrigir.

Então está aprovado o requerimento.

Qualquer deputado tem condições de apresentar, ainda hoje, nesta Casa, um requerimento tornando o atual sem efeito.

O SR. NEREU MOURA

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Gostaria que Vossa Excelência registrasse voto contrário da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado.

Requerimento nº 1815, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Pela ordem, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor Presidente, depois que houve um incidente aqui nesta Casa, com o envio de um voto de aplausos ao presidente da Copel, requerimento que nós, da Oposição, não tínhamos conhecimento, quero chamar a atenção mais uma vez para o seguinte, e parecer que é pela primeira vez, mas tem um requerimento aqui que não tem importância nenhuma, mas só pelo acontecido: "Requer seja enviado expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Secretaria da Fazenda, doutor Ingo Hubert, solicitando informações sobre o percentual da arrecadação..." não tem importância nenhuma, só que nós tomamos conhecimento, não chegou à Lideranças das Oposições, como bem esse outro. Segundo levantamento que fizemos e informações da nossa Assessoria.

Estou só registrando, sei que não é...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência sabe que não é essa a minha determinação e vou, depois, fazer uma nova reunião com os assessores para que não ocorra mais esse fato, se realmente ocorreu.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor Presidente. Esse requerimento estava adiado, é da semana passada.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Então deve ser isso! Mas, a cautela é necessária para que coisas de natureza desconhecida não venham apanhar ninguém de surpresa.

O SR. NEREU MOURA

Senhor Presidente, pela ordem.

Na verdade, tem razão o líder do Governo, que esses requerimentos foram adiados na Sessão anterior, e a assessoria da Mesa não tem culpa nesta falha. O que poderia ocorrer, senhor Presidente, quando os requerimentos foram adiados, encaminhar novamente à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encaminhar novamente à Mesa. Será feito isso.

Está determinado à Mesa que faça isso.

Deputado Neivo Beraldin - convocação do ex-secretário do Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura.

Esta Presidência entende, pelas informações dos assessores, que não podemos convocar quem não está exercendo função pública. Nós podemos convidá-lo...

O SR. NEIVO BERARDIN

Então, senhor Presidente, entendo que, como ele ocupou um cargo público e administrou dinheiro público, é dever desta Casa poder investigar e acho que a sua presença só poderá ser por convocação, desde que o Plenário delibere. Na Comissão tem que fazer por convite, e aí com certeza ele não virá. Agora, se o Plenário decidir convocá-lo, terá que vir. Assim manda o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito um minuto, para responder à questão de ordem da Vossa Excelência.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, enquanto a assessoria verifica o Regimento, gostaria de pedir-lhe que me permitisse esses instantes, para convocar os membros da Comissão de Justiça à reunião que faremos extraordinariamente amanhã, após a Sessão Plenária, que se dará aqui. Nós convocamos hoje. Foi convocada uma reunião da CCJ, extraordinária, hoje à tarde, mas ficou inviabilizada em função da convocação da Comissão de Segurança, pelo seu presidente, Ricardo Chab. Assim sendo, em virtude do grande número de matéria que temos para apreciar na CCJ, convocamos os membros e pedimos a gentileza, para que eles compareçam na nossa sala de reuniões, após a Sessão Plenária de amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu faria uma solicitação ao deputado Neivo, que postergássemos a votação desse requerimento para amanhã, porque tenho que fazer uma consulta mais ampla para poder responder a Vossa Excelência.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, concordo com Vossa Excelência.

Votaremos, então, amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 1836, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1873, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1881 e 1883 a 1885, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1895, de autoria dos senhores deputados Antonio Anibelli, Tony Garcia, José Maria Ferreira e Marcos Isfer, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Os dois requerimentos do deputado Durval Amaral, líder do Governo, sob pedido de urgência, vamos, depois de protocolar, de autuar, colocar em votação.

Se estiver autuado amanhã, automaticamente será colocado em votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, queria agradecer ao 1º Secretário, de viva-voz, por ter fixado os cartazes de “não fumar”

neste plenário, e cumprimentar a todos os senhores deputados, e funcionários da Casa, que respeitaram. Hoje o ambiente estava mais alegre, mais feliz, e pudemos respirar um ar puro.

Parabéns ao 1º Secretário, por ter nos ajudado a salvar mais vidas e vivermos alegres e felizes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado, nobre deputado Antonio Anibelli.

Requerimento nº 1814, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1833, de autoria do senhor deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1835, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1839, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1840 e 1844, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** (As matérias acham-se publicadas no final deste ata).

Requerimento nº 1841, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1843, de autoria do senhor deputado César Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1848 a 1851, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1852, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1853, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1854, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1859 e 1875, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1863, de autoria dos senhores deputados Marcos Isfer e Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria encontra-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 1864 e 1866, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1867 a 1871, de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constantes do expe-diente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1872, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1876, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1877, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1878, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1880, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1882, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1886, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1890, de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1891, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1894, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para quarta-feira, dia 13, às 10h, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 096, 119, 139 e 150/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 207/99 e 106/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 065, 162, 204, 239, 281, 402, 428/2000; 010 e 070/2001.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 088/2001.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 12 DE JUHO DE 2001.

“Associação Comercial do Paraná, manifesto sobre a Copel”

Gazeta do Povo

No cumprimento do dever institucional que originou sua história, conduziu suas lutas na defesa permanente das causas paranaenses e marcou seu nome na liderança de ações políticas econômicas que mudaram os rumos do Paraná neste século, a Associação Comercial do Paraná vem a público manifestar o posicionamento sobre a privatização da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Consciente da importância que o futuro da maior empresa do Estado exerce sobre a vida de cada paranaense e na busca de uma posição imparcial, isenta e tecnicamente responsável, a Associação Comercial do Paraná abriu suas portas, há seis meses, para um amplo debate, com participação de vários segmentos envolvidos no processo de privatização: os Governos do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, Governo Federal, ex-governadores, partidos políticos, sindicatos e especialistas em energia.

Uma pesquisa consultou os 8 mil associados - pequenos e grandes empresários - que detêm a soberania na condução da Entidade e congregam 240 mil trabalhadores. Dentre os associados, 70% foram contra a privatização da Copel. E, finalmente, esse amplo painel de opiniões e análises foi aprofundado e avalizado nos Conselhos Político, Deliberativo e Superior da Casa.

A Associação Comercial do Paraná expõe sua opinião e cumpre, integral e democraticamente, o papel de uma instituição cujos interesses e responsabilidades estão vinculados ao dever cidadão e com aquele que, com trabalho árduo, esperança e fé, construíram o Paraná forte e economicamente viável em que vivemos hoje.

Considera, portanto, que:

1 - A história da Copel e o padrão de qualidade, reconhecido mundialmente, que alcançou nas áreas de pesquisa, engenharia, informática e tecnologia são resultados da visão privilegiada que tiveram nossos governantes no passado: estadistas como o governador Ney Braga, que aliou geração de energia com o crescimento e o desenvolvimento do Paraná, no setor agrícola e industrial. E os governos que o sucederam e que tiveram a mesma capacidade de antever o futuro, consolidando a imagem da Copel como uma das grandes empresas brasileiras.

2 - A Copel, ao contrário da maioria das estatais privatizadas em 22 Estados, dentro do programa de privatização do setor energético, não é apenas distribuidora ou transmissora de energia. Atua em todas as áreas, de geração a comercialização. Atende diretamente 2.8 milhões de consumidores de energia elétrica, conta com um parque gerador próprio - 18 usinas aptas a produzir, a custo baixo, nos próximos 30 anos - e que responde por 6% de toda a eletricidade consumida no País.

3 - A Copel contabiliza equilíbrio financeiro e participa na composição acionária de empresas estatais e privadas que investem em energia em vários Estados e no Exterior. Concentra áreas de pesquisas e estudos reproduzidos em todo o mundo, conhecimento de valor incalculável que atesta o esforço dos seus idealizadores e do corpo técnico e funcional, ambos de cunho paranaense.

O patrimônio que a Copel concentra hoje, em todos os níveis, é um orgulho para os paranaenses. Conta com esse patrimônio num momento em que o País enfrenta a maior crise de oferta energética de sua história contemporânea, se transforma numa questão estratégica para o Estado. É diante dessa nova realidade que hoje a Associação Comercial do Paraná analisa a privatização da Copel, se alia na defesa dos interesses da sociedade paranaense e sugere:

a) Suspensão imediata do processo de privatização da Copel

Num cenário em que suprir a demanda por energia se transforma no maior desafio brasileiro, a Copel deve permanecer em mãos do Governo do Paraná. Vender a Copel nesse momento, alegando os preços altos que a empresa possa alcançar no mercado diante da demanda superior a oferta, é transformar energia "em commodity", é como especular com o patrimônio familiar.

b) Reavaliação do modelo de privatização do setor energético

A necessidade de obtenção de recursos para compor o Fundo de Previdência do Estado e recuperar o equilíbrio financeiro dentro das determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal - justificativas apresentadas pelo Governo Estadual para a privatização a curto prazo - poderia ser realizada com a venda da participação acionária que a Copel mantém em empresas não vinculadas diretamente à produção de energia.

c) Manutenção da Geração

A geração de energia, já existente como fator estratégico, deve permanecer, neste momento, em poder do Estado. A longo prazo, quando o desafio pela produção for compatível com a demanda em todo o País, a sociedade paranaense poderá debater também a privatização dos segmentos de distribuição e transmissão de energia elétrica, hoje mantidos pela Copel.

d) Ampliação da capacidade instalada

O Paraná conta com potencial energético ainda não explorado, já regulamentado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e que poderia aumentar substancialmente a produção hidrelétrica atual do

Estado. Dessa forma o modelo de ampliação da capacidade instalada, deveria ser direcionada para atrair empresas privadas a investirem em novas hidrelétricas, gerando mais energia e recursos para a economia estadual.

e) Copel, patrimônio dos paranaenses

A Associação Comercial do Paraná reconhece o papel histórico desempenhado pela Copel nos últimos 50 anos, que abriu caminho para o desenvolvimento social e econômico chegar às grandes cidades, aos pequenos municípios, a todas as fronteiras.

Por isso, a geração de energia das 18 usinas que compõem o atual patrimônio da Copel, obtida através da exploração dos nossos rios, do alagamento das nossas terras mais férteis, da tecnologia desenvolvida por técnicos e especialistas locais e dos investimentos da nossa economia deve neste momento ficar nas mãos dos próprios paranaenses.

Participantes nos debates da ACP

Ingo Hübert - Presidente da Copel e Secretário da Fazenda-PR; Alcení Guerra - Chefe da Casa Civil-PR; Osmar Dias - Senador, PSDB-PR; Hermas Brandão - Presidente da Assembleia Legislativa-PR; Jaime Canet Junior - ex-Governador-PR; Emílio Gomes - ex-Governador-PR; Itamar Franco - Governador-MG; Marcelo Siqueira - Presidente da Copasa-MG; Djalma Moraes - Presidente da Cemig-MG; José Eduardo de Andrade Vieira - ex-Senador-PR; Mauro Arce - Secretário de Energia-SP; Guilherme Toledo - Presidente da Cesp-SP; Alvaro Mesquita - Diretor de Relações Institucionais - Aneel; Donizette Rufino - Diretor de Fiscalização Econômica - Aneel; Nelson Luiz de Sousa Pinto - Professor de hidráulica-PR; Antonio Ermírio de Moraes - Empresário-SP, Fórum contra a Privatização da Copel - representantes-PR; Associação ex-funcionários da Copel - representantes-PR.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS MARCOS ISFER E ALGACII TULIO, EM SESSÃO DO DIA 12 DE JUNHO DE 2001.

“O Não da ACP à Venda da Copel”

Folha do Paraná

Em histórica decisão, consubstanciada em manifesto que está sendo publicado hoje nos jornais, a Associação Comercial do Paraná (ACP) alia-se na defesa dos interesses da sociedade paranaense e propõe suspensão do processo de privatização da Copel. A posição da ACP tem o peso da opinião de 70% dos seus 8 mil associados, que vieram sendo consultados ao longo dos últimos seis meses, através de múltiplas formas, compreendendo debates com segmentos envolvidos no processo de privatização, como os governos do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e a esfera federal, ex-governadores, partidos polí-

ticos, sindicatos e especialistas em energia elétrica. O resultado final foi o consenso contra a venda da empresa.

A posição da Associação Comercial do Paraná, cujos associados são pequenos e grandes empresários - consumidores de considerável fatia do volume energético - é um vigoroso alerta contra a obstinada vontade do governo estadual de desfazer-se da companhia estatal de energia elétrica. A Copel é uma empresa que é exemplo de desempenho e eficiência e está no ponto de maturidade que lhe permite lucro, projetos de expansão e melhoria de qualidade.

A ACP ressalta a história da Copel e o padrão de qualidade que a empresa alcançou nas áreas de pesquisa, engenharia, informática, “resultado da visão privilegiada de governantes do passado, como Ney Braga, que aliou geração de energia com o crescimento e o desenvolvimento do Paraná nos setores agrícola e industrial”. Demonstra a ACP, em seu manifesto, que a Copel - geradora de 6% de toda a energia elétrica consumida no País, ao contrário das estatais energéticas privatizadas em 22 Estados - não é apenas distribuidora ou transmissora de energia mas atende diretamente a 2,8 milhões de consumidores e conta com um parque gerador próprio de 18 usinas, aptas a produzir energia elétrica para os próximos 30 anos a custo baixo.

A decisão da Associação Comercial, tornada pública em momento oportuno, pede “a imediata suspensão do processo de privatização da Copel”, num momento em que a demanda de energia se transforma no maior desafio para o governo federal, para os governos estaduais, para a economia brasileira e para a população em geral.

A ACP assume a sensatez de uma entidade de sua tradição e de seu porte ao conclamar que a Copel permaneça em mãos de paranaenses e que vendê-la, neste momento, sob o argumento da cotação alta que possa alcançar, “é como especular com o patrimônio familiar” e “transformar energia elétrica em mercadoria”. A associação sugere que a necessidade de obtenção de recursos para compor o Fundo de Previdência do Estado e recuperar o equilíbrio financeiro dos cofres públicos, dentro das determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - justificativas do governo estadual para a privatização da Copel a curto prazo - poderia ser realizada com a venda da participação acionária que a empresa mantém em empresas não vinculadas diretamente à produção de energia.

O manifesto da ACP é mais um aviso aos deputados que representam o povo na Assembleia Legislativa e a quem cabe revogar a lei vigente que permite a venda da Copel; um aviso de que eles conhecem a posição da população, e contrariá-la será uma traição e abertura de caminhos para suspeições, colocando-se na berlinda perante seus eleitores. Não bastasse a manifestação popular - contrária à privatização e sobejamente conhecida dos parlamentares - a posição da Associação Comercial do Paraná contra o propósito governamental de entregar sua estratégica companhia de eletricidade a mãos estranhas.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 12 DE JUNHO DE 2001.

“A Verdade Dói”

Folha do Paraná

“Os governos arbitrários não se incomodam com a autonomia da toga, nem com a independência dos juristas, porque esses governos vivem rasteiramente da mediocridade, da adulação e da mentira, da injustiça, da crueldade e da desonra. A palavra os aborrece; porque a palavra é o instrumento irresistível da conquista da liberdade”. Esta expressiva lição, pinçada do discurso de Rui Barbosa, por ocasião da posse como sócio do Instituto dos Advogados, em 11 de maio de 1911, pode nos fazer entender melhor o episódio, as circunstâncias e as repercussões do discurso do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato Machado, por ocasião da posse do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio de Melo. O discurso, na presença do presidente da República, fez uma crítica severa ao governo.

Primeira compreensão: o representante da Ordem ali comparecia, a convite do STF, para usar a palavra, numa cerimônia litúrgica em que a voz da entidade sempre se faz ouvir nas posses dos novos presidentes do Supremo. A tribuna era, portanto, um espaço da OAB, entidade que, ao longo da história brasileira, desde sua fundação, prima por se posicionar na vanguarda da defesa do ideal democrático e dos princípios da cidadania.

Não precisava, portanto, pedir licença ao presidente da república para se pronunciar ou para se aconselhar em matéria de linguagem. O discurso, aliás, não usa nenhum qualificativo desabonador à figura do presidente. A defesa ágil de FHC, pela área política, inclusive usando termos chulos, esta, sim, conseguindo dar ao discurso uma carga de contundência lingüística que não carregava. Ou seja, a versão dos que não ouviram ou leram passou a dar o tom da reverberação. Com os naturais exageros.

Segunda compreensão: o argumento de que FHC não podia se defender, dando-lhe a chance de chamar o presidente da OAB de “covarde”, não resiste à mínima lógica. Não se tratava, ali, de estabelecer uma contenda entre personagens ou entidades. As acusações esboçadas por Rubens Approbato - particularmente as referentes à edição e reedição abusivas das MPs - eram e são, há muito, as teses da OAB, do próprio STF, de todo o universo jurídico do País e do Parlamento. Vivemos, como se sabe, um parlamentarismo às avessas, onde o Executivo opera as próprias disposições que ele determina, por meio de MPs, numa inversão total das funções do sistema de governo. Dizer que o governo não tinha como refutar as posições é sofismar, quando sabemos que FHC tem o

poder de mobilizar a rede nacional de TV e rádio, toda vez que quer falar à Nação.

Terceira compreensão: Rui Barbosa é quem tem razão. Os governos costumam, rotineiramente, servir-se de áulicos e medíocres, que não lhe contam a verdade, tentando tampar o sol com a peneira. O governo de Fernando Henrique vai mal e esta verdade não pode ser refutada com adjetivos. O Brasil social é um oceano de angústias, de problemas gravíssimos, como as doenças, a violência que assume proporções fantásticas com o desfile macabro das chacinhas diárias nas periferias das metrópoles, os serviços públicos e privados cada vez mais deteriorados, a desorganização do Estado, a importância dos programas governamentais, a corrupção escancarada, as estradas esburacadas, a falta de perspectivas animadoras. FHC quer se defender de quê? Quer continuar a dizer que o Brasil tem a estabilidade do Plano Real? Ora, o real já deu o que tinha de dar. O País, agora, quer é a melhoria do bem-estar social.

O presidente da OAB não foi mal-educado a indignação social contra um estado de coisas vergonhosas. Pagamos fielmente os compromissos com o FMI, submetidos que estamos a uma rígida política monetária; somos escravos de uma visão internacional que privilegia o capital e a especulação financeira; ajudamos bancos não apenas a sair do sufoco, mas a aumentar extraordinariamente os seus lucros, bastando ver o balanço dos grandes bancos nos últimos meses; estamos vendo a expansão dos contingentes do trabalho informal e os grupos marginais,

as crianças de ruas, os esmoleres, enfim, a estética triste da miséria.

FHC não deve ter gostado, isso sim, dos aplausos insistentes dos presentes naquela cerimônia. A verdade dói e muito. Dizer que eram aplausos corporativistas é também subestimar a nossa inteligência. Não são apenas juízes e advogados que estão indignados com a situação social. As pesquisas confirmam: o brasileiro está com raiva. Raiva da falta de seriedade, da falta de planejamento, da incúria, do desleixo. E se alguém interpreta tal sentimento, viva esse alguém. É preferível a coragem de dizer na cara do presidente o que está errado do que elogio mentiroso ou a punhalada pelas costas. A democracia é o exercício dos contrários. A verdade não escolhe momentos para se fazer anunciar.

Em momentos de crise, como o que estamos vivenciando, o território - espaço que nos acolhe - deve se reencontrar com a Nação, o berço de nossos sentimentos. Nesse instante, a política e seus atores precisam diminuir a carga de mentiras e de ilusão. Chegou o momento da grande verdade. O presidente da República, sua equipe e os atores políticos, poderiam trabalhar nessa linha para diminuir o teatro do Estado e dar razão ao pensamento de André Malraux: "Ser homem é diminuir a parte de comédia". Principalmente, diante da eminência de uma tragédia social.

*Gaudêncio Torquato é jornalista, professor universitário titular em São Paulo e consultor político.